



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

KAIO CESAR PACHECO

**CUIDADO! QUEREM DESTRUIR NOSSA FAMÍLIA:
O DISCURSO DE ÓDIO ÀS PESSOAS LGBTI+ NAS REDES
SOCIAIS TWITTER E INSTAGRAM**

Londrina
2023

KAIO CESAR PACHECO

**CUIDADO! QUEREM DESTRUIR NOSSA FAMÍLIA:
O DISCURSO DE ÓDIO ÀS PESSOAS LGBTI+ NAS REDES
SOCIAIS TWITTER E INSTAGRAM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha II – Psicologia Social e Processos Institucionais.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Fernandes de Carvalhaes

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de
Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

P116c Pacheco, Kaio Cesar.
Cuidado! Querem Destruir Nossa Família : O Discurso de ódio às pessoas
LGBTI+ nas redes sociais Twitter e Instagram / Kaio Cesar Pacheco. -
Londrina, 2023.
119 f. : il.

Orientador: Flávia Fernandes de Carvalhaes.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2023.
Inclui bibliografia.

1. LGBTI+ - Tese. 2. Abjeção - Tese. 3. Discurso de ódio - Tese. 4. Redes
sociais - Tese. 1. de Carvalhaes, Flávia Fernandes. li. Universidade Estadual de
Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. Ili. Título.

CDU 159.9

KAIO CESAR PACHECO

**CUIDADO! QUEREM DESTRUIR NOSSA FAMÍLIA:
O DISCURSO DE ÓDIO ÀS PESSOAS LGBTI+ NAS REDES
SOCIAIS TWITTER E INSTAGRAM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha II – Psicologia Social e Processos Institucionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Fernandes de
Carvalhoes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Sonia Regina Vargas Mansano
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza Universidade
Estadual Paulista Júlio Mesquita – UNESP

Londrina, 15 de fevereiro de 2023.

**Dedico este trabalho às pessoas LGBTI+
e a todes aqueles que se indignaram, se
afetaram e resistiram em momentos
sombrios que vivenciamos em nosso
país.**

AGRADECIMENTOS

À minha querida mãe Izabel, agradeço por sempre ter me incentivado a correr atrás dos meus sonhos e objetivos, sem seu carinho, suporte e cuidado nada disso teria acontecido. Meu exemplo de mulher, que lutou, trabalhou e estudou para proporcionar muitas alegrias. Te amo demais!

Agradeço ao meu amigo e companheiro João Lucas, por todo o incentivo para seguir no mestrado, em meio a uma pandemia “fizemos a praia no quintal de casa”, sem você a jornada teria sido mais penosa. Obrigado por acrescentar afetos, músicas e amor em minha vida.

À minha orientadora Flávia, por ter investido e acreditado em meu potencial, mesmo quando eu não acreditava mais. Lembro-me que antes de sair o resultado do programa de Mestrado eu tive um sonho e nele Flávia aparecia escrevendo uma carta, me convidando para a jornada. Agradeço por partilhar os afetos, incertezas, ansiedades, impressões e (des)orientações.

Agradeço à banca representada pelos professores: Sonia Regina Vargas Mansano e Leonardo Lemos de Souza, obrigado por terem aceito fazer parte deste momento, com a leitura da dissertação, orientações, apontamentos e questionamentos.

À Inês, secretária do programa de Mestrado em Psicologia da UEL, muitíssimo obrigado pelos seus serviços, por auxiliar nas dúvidas e resolver percalços que apareceram.

À minha amiga Nara que me acompanhou em várias situações e momentos fora e dentro do meio acadêmico. Lembro-me de quando foi fazer o Mestrado em enfermagem na USP, fiquei muito feliz pela sua conquista, que veio através de muito estudo e persistência. Seu esforço e tudo que viveu em São Paulo me inspira a continuar e lutar pelos meus objetivos e por aquilo que acredito.

À Ana Rita, pela sua amizade, desde antes da graduação em Psicologia e pelo exemplo na jornada profissional como enfermeira obstétrica que hoje leva luz, cuidado e leveza à muitas mães e famílias.

À Heloisa, parceira de graduação e que me aturou em diversos momentos ao longo de cinco anos, obrigado pela amizade, cuidado e companheirismo, certamente levarei sua influência para a vida.

À Oriane, que foi a primeira pessoa a me parabenizar quando passei na graduação de Psicologia, ofereceu amor, orientação, sabedoria e fé. Tua vida é luz!

À querida Edna, que foi minha professora quando eu era mais novo e que hoje se tornou amiga e fonte de inspiração, de luta, de sabedoria, obrigado por partilhar os afetos políticos que nos atravessaram.

À querida Aletheia, parceira de mestrado e de orientadora, compartilhamos angústias, ansiedades, mas também alegrias, desejos e sonhos.

À Graziela que também me aturou durante a graduação e se tornou parceira de Mestrado, obrigado pela sua amizade e pelo exemplo de profissional que se tornou. Saiba que você sempre terá um lar para visitar em Londrina.

Às colegas Giovana, Dandara e Cláudia que me incentivaram e apoiaram a tentar o Mestrado, agradeço pelas dicas, orientações, partilhas e indicações.

Ao Tiê Fontoura que ainda durante a elaboração do pré-projeto de pesquisa foi peça chave para me auxiliar a refinar a escrita com sua experiência e conhecimento. Sem você eu não teria ido tão longe, muito obrigado!

À minha gata Blanca Evangelista, que foi adotada durante o período pandêmico e teve seu nome inspirado em uma personagem trans da série Pose. Entre unhas e dentes, você me cativou e ajudou a passar por períodos de solidão e ansiedade com leveza, pelos e miados.

Pacheco, K.C. (2023). **Cuidado!Querem Destruir Nossa Família: O Discurso de ódio às pessoas LGBTI+ nas redes sociais Twitter e Instagram.** 119 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RESUMO

Na atualidade, a intensa circulação de aparatos tecnológicos no cotidiano da população interfere na produção de modos plurais de existência e perspectivas ficcionais de realidade. Tais arranjos interferem na (re)produção de noções tradicionais e dissidentes de gênero, que se apresentam cada vez mais difusas, complexas e múltiplas. Partindo dessas premissas, esta pesquisa qualitativa de mestrado problematiza enunciados que circulam em discursos de ódio dirigido às pessoas LGBTI+ nas redes sociais. Leva-se em conta a perspectiva de que o ódio voltado a essa população se produz exatamente por essas pessoas serem circunscritas em um sistema de sexo-gênero como abjetas, ininteligíveis, desviantes e perigosas. Valendo-se da pesquisa documental, são analisados conteúdos disponíveis em páginas de domínio público do *Twitter* e *Instagram*, publicados no Brasil entre os anos de 2020 a 2022. O texto está dividido em quatro capítulos. Inicialmente, são apresentados traçados iniciais que subsidiam a escolha pela temática investigada. No capítulo seguinte, debate-se sobre a perspectiva ocidental da história da sexualidade, que edifica um sistema de sexo-gênero que demarca modos de existência situados como inteligíveis ou abjetos. O próximo capítulo analisa profundas transformações ocorridas no mundo capitalista do século XX e XXI, que culminaram em uma sociedade de controle que incide sobre o sistema de sexo-gênero. Em seguida, o percurso metodológico que fundamenta a investigação e o processo de coleta e análise é delineado. Por fim, no último capítulo, debate-se sobre a produção biopolítica do ódio direcionado à população LGBTI+. Problematizam-se maneiras como discursos de ódio que circulam nas redes sociais *Instagram* e *Twitter* direcionadas à população LGBTI+ articulam noções de abjeção, a partir de duas categorias de análise: a noção de desvio e de periculosidade. Conclui-se, provisoriamente, que as redes sociais, se constituem em um campo complexo em que forças díspares coexistem em disputa. Assume-se a importância de problematizar maneiras sutis e/ou explícitas como regimes de enunciação se articulam no cotidiano para produção de noções de anormalidade relacionadas à população LGBTI+, como um modo de desestabilizar tais enunciados e lutar por uma sociedade em que a diversidade e a pluriversalidade sejam possíveis.

Palavras-chave: LGBTI+; abjeção; redes sociais; discurso de ódio

Pacheco, K.C. (2023). Caution! They want to destroy our family: Hate speech towards LGBTI+ people on social media platforms Twitter and Instagram. 119 p. (Master's thesis in Psychology). State University of Londrina, Londrina.

ABSTRACT

Nowadays, the intensive presence of technological devices in the daily lives of the population interferes in the production of plural modes of existence and fictional perspectives of reality. Those arrangements interfere in the reproduction of common notions and dissident of gender, which seems more diffuse and multiple. Based on preliminary principles, this qualitative master's research discusses statements that surround hate speeches towards LGBTI+ on social media. It takes into account the perspective that the hatred directed towards this population is produced precisely because these people are circumscribed in a sex-gender system as abject, unintelligible, deviant and dangerous. Drawing on documentary research, contents available on public domain pages like Twitter and Instagram, published between 2020 and 2022, will be analyzed. The research has been split into four chapters. Initially it introduced the first drafts from the investigated theme. In the next chapter, we discuss the western perspective on the history of sexuality, which builds a sex-gender system that enlighten shapes of existence situated as intelligible or abject. The next chapter analyzes the deep transformations that took place in the capitalist world of the 20th and 21st centuries, which culminated in a society of control that incur the sex-gender system. Then, the methodological path that underlies the investigation and the collection and analysis process is outlined. Lastly, in the last chapter, the biopolitical production of hatred directed at the LGBTI+ population is discussed. The ways in which hate speeches that circulate on the social networks Instagram and Twitter directed at the LGBTI+ population articulate notions of abjection, based on two categories of analysis: the notion of deviance and dangerousness, are problematized. It is provisionally concluded that social networks constitute a complex field in which disparate forces coexist in dispute. It assumes the importance of problematizing subtle and/or explicit ways in which enunciation regimes are articulated in everyday life to produce notions of abnormality related to the LGBTI+ population, as a way of destabilizing such enunciations and fighting for a society in which diversity and pluriversality are possible.

Key words: LGBTI+; abjection; social media; hate speech

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ataque a Erika Hilton.....	08
Figura 2 – Comentário de notícia no Facebook.....	19
Figura 3 – Placa Pioneer de 1972.....	23
Figura 4 – Campanha publicitária do Ministério da Justiça Brasileira de 2015.....	25
Figura 5 – Proteja seu filho do Burger King.....	27
Figura 6 – McDonald’s é comunista afirma mulher sobre banheiro unissex.....	42
Figura 7 – Igreja evangélica promove outdoor contra ativismo LGBTQIA+.....	44
Figura 8 – Ameaça de morte à Duda Salabert de grupo neonazista.....	45
Figura 9 – Informação falsa acerca de Jean Wyllys.....	59
Figura 10 – Enunciados de ódio no instagram de Natália.....	62
Figura 11 – Comentários retirados de um post do Burger King Brasil no instagram.	67
Figura 12 – “Orgulho onde tem vários casos de problema psicológicos”.....	70
Figura 13 – Pai/Mãe nosso que estais no céu.....	74
Figura 14 – Manifestantes contrários ao projeto LGBT de Londrina.....	75
Figura 15 – Zoom e recortes dos cartazes.....	75
Figura 16 – “Vitoria seria se a comunidade criasse seus proprio canal”.....	78
Figura 17 – Mais uma vez o amor vence	79
Figura 18 – Lenda: Linn da quebrada é eleita “Mulher do ano” do Prêmio geração glamour 2022.....	82
Figura 19 – Mas é um homem?.....	83
Figura 20 – Biologia não define gênero.....	85
Figura 21 – Autor de Superman faz doações a instituições LGBTQIAP+	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	American Psychological Association
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transsexuais
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais e Identidades de Gênero.
MST	Movimento Sem Terra

SUMÁRIO

1	ESTABELECENDO CONEXÕES INICIAIS	13
2	GÊNERO E BIOPOLÍTICA: INTERCONEXÕES	24
2.1	O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE NA SOCIEDADE OCIDENTAL.	24
2.2	O PARADIGMA DA DIFERENÇA SEXUAL: UMA FICÇÃO BIOPOLÍTICA.	27
3	CABOS, ROTEAMENTOS E WI-FI: HACKEANDO A SOCIEDADE DE CONTROLE	42
3.1	CABEAMENTOS HISTÓRICOS: TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE DISCIPLINAR PARA A SOCIEDADE DE CONTROLE... ..	42
3.2	TECNOLOGIA DE GÊNERO: CIRCUITOS DE CONTROLE E DISSIDÊNCIAS CIBERNÉTICA.	49
4	FLUXOS METODOLÓGICOS	59
5	CORPOS QUE (NÃO) IMPORTAM: DOWNLOADS CRÍTICOS DOS DISCURSOS DE ÓDIO	66
5.1	ÓDIO E ABJEÇÃO: O SISTEMA DE SEXO-GÊNERO COMO REPRODUÇÃO BIPOLÍTICA.....	66
5.2	MUITO REPUGNANTE! NUNCA MAIS LEIA ISSO! ☹️	78
5.3	MAS É HOMEM OU MULHER? KRYPTONITAS EXPLOSIVAS.....	94
6	CONEXÕES FINAIS: ATUALIZAÇÕES E RESISTÊNCIAS POSSÍVEIS	102
	REFERÊNCIAS	109

1. ESTABELECENDO CONEXÕES INICIAIS

Não queimem as bruxas, mas que amem as bichas, mas que
anem... Que amem as travas. Amem as travas também.

Linn da Quebrada

A sociedade atual se constitui em meio à diversidade de tecnologias que interferem na produção de expressões subjetivas e sociais difusas, complexas e plurais. Em diálogo com a Psicologia Social e o campo dos Estudos de Gênero, esta pesquisa problematiza os enunciados que circulam em discursos de ódio dirigido às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais e demais expressões de sexualidade e de gênero nas redes sociais *Twitter* e *Instagram*. Analiso, mais especificamente, a produção biopolítica do ódio nestes aparatos tecnológicos, que se articula a partir da atribuição de noções de abjeção relacionados a essa população, materializadas em premissas de desvio e perigo.

Contudo, antes de iniciar esta pesquisa, remeto ao meu corpo que, atualmente, está impossibilitado de ocupar diversos espaços devido a uma pandemia. Invoco a noção de “escre(vivência)” da escritora brasileira Conceição Evaristo (2005) para nos lembrar que a escrita é um movimento, assim como nosso corpo sente, acompanha, infla, diminui e mesmo na morte os pelos e unhas não deixam de crescer. Há algo na escrita que permanece e transcende o espaço-tempo.

Neste momento, ocupo meu quarto e olho para a tela de um computador, ao fundo uma luz em tonalidade rosada de uma luminária que promove momentos de descontração e talvez concentração. Olho pela janela do meu quarto e vejo as luzes dos prédios, dezenas de janelas, algumas fechadas, outras entreabertas, algumas bem iluminadas, outras apagadas. Escolho iniciar os traços desta pesquisa, tentando traduzir em palavras parte do que meu

corpo vem experimentando desde o início dessa investigação. Encantamento, perplexidade, indignação.

Considero, portanto, meu corpo, que é matéria e ocupa uma posição social, na tentativa de estabelecer uma conexão possível entre minhas experiências no mundo que habito, bem como produzir saberes que se pretendem parciais e localizados (Haraway, 1995). Se pretendo falar sobre corpos que são posicionados como alvo nas redes sociais, entendo a importância de me inscrever neste processo¹, considerando marcadores sociais de diferença que me produzem e me localizam na vida em sociedade, pois, assim como anuncia a filósofa estadunidense Judith Butler (2019, p14), “lembrar-me de uma vida social que não pode ser teorizada à distância”.

Me inspiro na escrita de muitas e muitos que vieram antes de mim, ou que ainda são viventes neste tempo histórico, tensionando e deslocando, ainda que provisoriamente, parte do que é posto como verdade na ordem global e local, recriando lugares (im)possíveis para ocupar, escrever e viver. Além disso faço uma escolha nesta pesquisa, considerando que as normas de escrita científica como a APA, muitas vezes podem causar apagamento do gênero e da localização geográfica de autores/as, deste modo escolho que em toda primeira citação cujo o nome do estudioso/a esteja fora do parênteses, farei um esforço para situar o nome completo bem como seus países ou região de origem. Por fim, como diria a escritora americana Glória Evangelina Anzaldúa (2009), opto por escolher o que vai me nomear, assim, convido o cantor brasileiro Antonio Carlos Belchior (1976) e conto que “sou apenas um rapaz latino-americano sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior”, me identifico, ainda, como um homem branco, cis, *gay*, brasileiro e que tenta prestar atenção às coisas que de modo veloz acontecem ao meu redor.

¹ A localização no processo de escrita da dissertação remonta a noção de lugar de fala que, segundo Djamila Ribeiro (2017), diz respeito ao lugar que ocupamos socialmente e que implica em experiências e perspectivas distintas.

Vejo, neste momento, a democracia sendo ameaçada, inúmeras mortes em consequência de políticas governamentais arbitrárias, parte da sociedade anestesiada frente a enxurrada de acontecimentos que nos interpelam no dia a dia (Carvalhaes, Pivetta & Machado, 2021. p. 363). Em tempos de ebulição política e com o agravamento da pandemia causada pelo Coronavírus (que parte significativa da humanidade tem responsabilidade, pois destrói a natureza e consome desenfreadamente), somos compelidos a mergulhar, de modo ainda mais intenso, no universo digital, uma de tantas tecnologias que o ser humano foi capaz de criar.

Nas últimas décadas, observamos a expansão da *Internet* e de seus aparatos tecnológicos, que deram origem a um ambiente virtual capaz de integrar redes sociais como *Facebook, Twitter, Youtube, Instagram, Tik Tok* e tantos outros espaços virtuais que ganharam destaque nas mais diversas situações vivenciadas no cotidiano pela população. Pesquisas como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] realizada em parceria com a TIC Domicílios (IBGE, 2021) indicam o aumento do uso dessas redes sociais em detrimento do isolamento social, sendo capaz de impactar em diversas esferas, seja na educação, nas relações sociais, na propagação de informações e até mesmo nas relações de trabalho. É pautado por esse cenário de importância e protagonismo das redes sociais e suas repercussões nos âmbitos político, social e subjetivo, que esta pesquisa se articula, com o enfoque mais específico na análise de discursos odiosos que circulam nestes aparatos tecnológicos.

A partir da busca por postulados teóricos acerca do ódio disseminado nas redes sociais, verifiquei que publicações sobre essa temática vêm emergindo nos centros acadêmicos brasileiros. Nas plataformas *Scielo* e *Pepsic* foram encontrados sete trabalhos, datados dos anos de 2011 a 2019. Destes, por questão de proximidade com a temática desta pesquisa, selecionei três que abordam a questão do ódio a grupos feministas e LGBTI+ sob uma perspectiva psicopolítica.

O primeiro é o texto “Violência na Internet contra feministas e outras ativistas chilenas” (Soto & Sanchez, 2019), que problematiza a violência de gênero na *internet* contra feministas e outras ativistas de Direitos Humanos no Chile, articulando uma análise desse fenômeno na América Latina. O artigo “O uso político do discurso do ódio: um estudo de caso no *Facebook* (2016)” (Lemos & Coelho, 2019), analisa o discurso de ódio no *Facebook* durante o período de votação de pedido de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, analisando seus possíveis efeitos a partir do referencial psicanalítico. Por fim, o texto “Redes de ódio: A homofobia no *facebook*” (Silva & Alessio, 2019), que assinala diferentes expressões da homofobia a partir de uma postagem no *Facebook*, na perspectiva da teoria das representações sociais.

De acordo com os textos supracitados, há uma ênfase crescente de pesquisas nos últimos anos que pretendem investigar o ódio, a intolerância e suas manifestações nas redes sociais. Reconheço, portanto, a relevância de pesquisas que analisam discursos que circulam nas redes sociais e as consequências subjetivas e sociais das relações não presenciais, principalmente quando se envolve a população LGBTI+. Logo, a *internet*, bem como as redes sociais, tornaram-se extremamente relevantes para a análise da produção de sentidos que se articulam de modos midiáticos na contemporaneidade. De acordo com os pesquisadores brasileiros, Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2013), levando em conta a conjuntura política e social, a mídia é:

pervasiva no mundo contemporâneo e, portanto, instrumental na conformação da consciência moderna, seja porque confere uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos, incluindo aí novas formas informações e descobertas [...] a mídia não é apenas um meio poderoso de criar e fazer circular conteúdos simbólicos, mas possui um poder transformador ainda pouco estudado - e, talvez, ainda subestimado - de reestruturação dos espaços de interação propiciando novas configurações aos esforços de produção de sentido. (p.38)

Assim, é evidente que a *internet* se tornou uma ferramenta importante na propagação de notícia e informação ao redor do mundo, emergindo como fenômeno social pela sua popularização e facilidade de acesso, bem como pelo caráter global de sua estrutura descentralizada. Segundo dados do IBGE (2021), cerca de 82,7% da população brasileira tem acesso à *internet*, o que vem possibilitando uma maior interação social e o aumento da produção de conteúdos de informação e entretenimento.

Isto posto, considero pertinente adentrarmos no campo digital para compreender que quando situo a noção de *internet*, também estou incluindo as mídias televisivas, os computadores de uso pessoal e empresarial, os celulares (*smartphones*), relógios digitais e inteligentes, entre outros, que se somam a um diverso campo de aparatos que conectam as pessoas à rede mundial, também conhecida pela abreviatura em inglês: “WWW” ou *World Wide Web* que em tradução livre significa: Rede em forma de teia. Indico também que pretendo explorar de maneira mais aprofundada o surgimento da *Internet* no capítulo 3 - Cabos, Roteamento e Wi-fi: Hackeando a sociedade de controle.

As redes sociais têm impactos também no meio político, sendo amplamente utilizadas para expressar opiniões, ideologias e partidarismos. A rede social *Twitter* foi criada em 2006 nos EUA, com sua popularização a partir de 2007, sendo que em 2010 os usuários da rede enviaram cerca de 50 milhões de publicações por dia (Veja..., 2022, 25 de abril). No pouco tempo de sua criação, o *Twitter* consolidou seu potencial político e comercial, quando em 2008 o democrata Barack Obama acumulava mais seguidores na rede social do que seu concorrente à disputa presidencial dos EUA, John McCain. Esse desempenho fez com que se tornasse quase obrigatório que políticos se mostrassem mais presentes nas redes sociais como parte das estratégias de campanhas. Ao todo, atualmente, o *Twitter* conta com cerca de 217 milhões de usuários, sendo o Brasil o segundo país com maior número de usuários do mundo (Veja...,2022).

Com relação ao *Instagram*, segundo o jornal G1 (Entenda..., 2012 10 de abril), a empresa foi lançada nas plataformas de celular em 2010, com o intuito de tirar fotos com filtros diferentes, sendo possível curtir e comentar as fotos das pessoas. Com apenas três meses no ar, a rede social chegou ao marco de um milhão de usuários. Em 2012, a equipe do então presidente Barack Obama criou um perfil para sua campanha no *Instagram*, aumentando ainda mais a popularidade da rede nos EUA (Entenda a curta..., 2012, 10 de abril). A partir de 2012, a empresa *Facebook* compra a rede social *Instagram* e libera o acesso para os usuários do sistema *Android*, pois até então a rede era restrita aos usuários do sistema *IOS* da empresa Norte Americana, *Apple*. No final do ano de 2021, o *Instagram* atingiu a marca de 2 bilhões de usuários ativos no mundo (Em meio a danos..., 2021, 14 de dezembro), sendo que em 2022 a rede social alcançou 122 milhões de usuários brasileiros ativos (Volpato, 2022).

Contudo, se a *internet* e suas esferas – *sites*, *blogs*, redes sociais – têm contribuído para mudanças localizadas socialmente, como o fortalecimento de relações interpessoais positivas, como espaço para tecer sociabilidades, debates críticos e aproximação entre os sujeitos, é notável também o crescimento de relações nocivas como, por exemplo, a propagação de mensagens de ódio contra grupos indígenas, feministas, negros, religiosos de matriz africana, LGBTI+², entre outros.

Ainda sobre este debate, segundo dados da organização não governamental *SaferNet* (2021), houve um aumento nas denúncias de discurso de ódio e intolerância na *internet* durante o segundo semestre de 2018 no Brasil. Denúncias com teor de xenofobia, apologia e incitação a crimes contra a vida, neonazismo, homofobia, racismo, intolerância religiosa,

² A sigla diz respeito às pessoas que se consideram lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e o símbolo “+” abrangendo outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, entre elas, pessoas não binárias, assexuais, *queer*, agêneros, goys, pansexuais, polissexuais, *crossdressers*, gênero fluido e muito mais. Nesta dissertação estarei seguindo as orientações acerca da escrita da sigla LGBTI+ segundo o manual de comunicação LGBTI+ (2021).

entre outros exemplos, tiveram um crescimento expressivo em relação ao mesmo período de 2014.

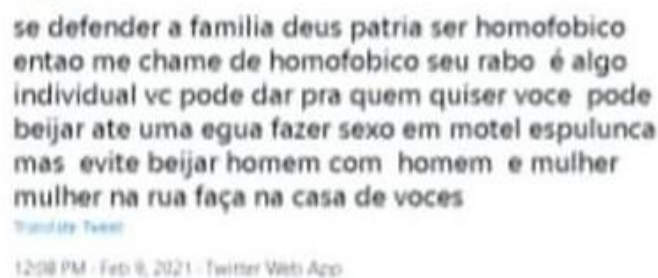
No que tange a comunidade LGBTI+, apesar de diversos avanços na luta pelos direitos humanos fundamentais, como a aprovação da criminalização da LGBTfobia pelo Supremo Tribunal Federal [STF] em 2019, que passou a considerar a punição aos crimes de ódio a pessoas LGBTI+ como inafiançável e imprescritível, variando de um a cinco anos de prisão (STF..., 2019, 13 de junho), observamos que ainda há a necessidade da articulação de movimentos de luta para assegurar que a Constituição Federal seja cumprida.

Enquanto escrevo, há um Projeto de lei 504/2020 (PL) que foi inspirado em uma lei russa, proposto pela deputada Marta Costa da Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp), que visa proibir e criminalizar a divulgação de material com conteúdo referente à diversidade sexual direcionado às crianças, tornando crime passível de multa (Longo, 2021). Também há pessoas religiosas como o caso do pastor José Olímpio da Assembléia de Deus de Alagoas, que desejou publicamente, através de um suposto ato de fé, a morte do ator Paulo Gustavo, que se encontrava internado em estado crítico de saúde devido a complicações pela Covid-19 (Pastor..., 2021, 18 de abril). Vejo também acontecer uma série de ataques às pessoas trans, como demonstra o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que denuncia que em 2020 o Brasil assegurou o 1º lugar no ranking de assassinato de pessoas trans no mundo, com números acima da média, cerca de 184 registros (Benevides & Nogueira, 2021).

Apesar disso, durante as eleições municipais do ano de 2020, o número de pessoas transexuais e travestis eleitas quadruplicou como vereadoras(es) em comparação com as eleições de 2016, totalizando 30 pessoas eleitas. Dentre elas, destaco a cidade de São Paulo que elegeu Erika Hilton (PSOL, SP), como a candidata mais votada na cidade. Em outras cidades foram eleitas vereadoras(es) Tieta Melo (MDP - SP), Lorim de Valéria (PDT -SP),

Dandara (MDP - SP), Paulette Blue (PSDB), Duda Salaberte (PDT), Titia Chiba (PSB), Linda Brasil (PSOL), Lins Robalo (PT - RS), Benny Briolly (PSOL - RJ), Brenda Ferrari (PV - PR), Carolina Iara (PSOL - SP), Fernanda Carrara (PTB - SP), Filipa Brunelli (PT - SP), entre outras, sendo que muitas já eram conhecidas publicamente nas redes sociais e/ou pela participação em movimentos sociais (Benevides & Nogueira, 2021).

Estes corpos não chegaram onde estão sem a experimentação de dificuldades, discriminações e, conseqüentemente, sem terem sofrido algum tipo de ataque e/ou ameaça. Como demonstra uma reportagem da revista *Época*, algumas vereadoras transexuais e/ou negras, eleitas em diversas cidades para o mandato de 2021, receberam e-mails com ameaças de morte, insultos racistas e transfóbicos, sendo que em alguns casos as/os criminosas/os sabiam o endereço das vereadoras (Oliva, 2020). Outras parlamentares como Carolina Iara e a covereadora Samara Sosthenes sofreram ataques com arma de fogo e suas casas foram alvejadas com tiros. Destaco, ainda, o caso da vereadora Erika Hilton, a primeira mulher transexual a ocupar uma cadeira na câmara municipal de São Paulo, que foi procurada em seu gabinete por um homem portando bandeira e máscaras com símbolos cristãos, se autodenominando “garçom reaçã” como demonstrado na figura 1.



se defender a familia deus patria ser homofobico
entao me chame de homofobico seu rabo é algo
individual vc pode dar pra quem quiser voce pode
beijar ate uma egua fazer sexo em motel espulunca
mas evite beijar homem com homem e mulher
mulher na rua faça na casa de voces

Translate Tweet

12:08 PM - Feb 9, 2021 - Twitter Web App

Figura 1. Ataque a Erika Hilton

Fonte: CMP denúncia...(2021).

A professora brasileira e psicanalista Miriam Debieux Rosa (2018) analisa o fato de que, após uma década de conquistas sociais, grupos historicamente desprestigiados no Brasil passaram a ter mais poder de compra e acesso a serviços e lugares que antes lhes eram

negados, ocorreu um acirramento das diferenças sócio ideológicas que dividem a população em dois polos: um mais conservador e o outro mais progressista. Desse modo, a estudiosa observa que o ódio tem se manifestado sem censura no âmbito dos debates políticos e nas instituições, com ampla repercussão na mídia, principalmente nas redes sociais.

Diante da atual conjuntura sociopolítica brasileira, observamos que alguns representantes de movimentos conservadores têm se envolvido em esquemas de disseminação de mensagens falsas e de ódio nas redes sociais (Inquérito..., 2020, 31 de Maio). Considero que essas figuras públicas, que possuem certo destaque e influência na sociedade, contribuem para oficializar uma crescente “licença para se odiar” (Rosa; Costa & Prudente, 2018, p.15).

Se o ódio pode operar como elemento coercitivo, constituindo grupos que se unem com objetivos em comum, de odiar, atacar e ameaçar através de mensagens escritas nas redes sociais, nos deparamos também com a acentuação das diferenças, que podem gerar polarizações no âmbito social. Este fenômeno é denominado pelo pesquisador e psicólogo espanhol Ignácio Martin-Baró (2017, p.226) como “deslocamento dos grupos para extremos opostos”, muitas vezes resultando em uma diferenciação radical entre “eles” e “nós”. A polarização não é novidade, mas consigo observar o acirramento das diferenças no contexto sociopolítico em que o Brasil se encontra na atualidade.

Sobre esta divisão, as/os professores e psicanalistas brasileiros/as Miriam Debieux Rosa, Ana Maria Medeiros da Costa e Sérgio Prudente (2018), observam, ainda, que o acirramento das diferenças socioideológicas contribuem para dividir a população em dois pólos demarcados, sendo um mais conservador nos usos e costumes, localizados à direita do espectro político e o outro polo com tendências progressistas, compreendidos mais à esquerda do espectro político.

Martin-Baró (2017) enfatiza que essa polarização, acentua a diferença entre interesses sociais, influencia todos os âmbitos da existência, que são medidos a partir de réguas

ficcionais e binárias, marcadas por “eles” e “nós”. A categoria “nós” é comumente situada como bons e éticos, idealizados como um alvo a ser alcançado pelos “outros”, a categoria “eles” são geralmente identificadas como maus, inimigos e arriscados, sendo alvos privilegiados de discursos de ódio.

A produção da categoria “eles”, em geral assinalados como desviantes e perigosos ao ordenamento social, é problematizada por Butler (2019) a partir da noção de abjeção, de modo que tal perspectiva associada na atualidade a populações específicas, em destaque nesta pesquisa a população LGBTI+. Logo, tendo como referência o debate sobre abjeção proposto pela autora, problematizarei nesta dissertação sobre a produção biopolítica do ódio direcionados a população LGBTI+.

Parto da perspectiva de que enunciados presentes no *twitter e instagram*, produzem noções de inteligibilidade relacionadas à população LGBTI+ que operam na (re)produção do ódio. Tendo como perspectiva a noção de poder em sua dimensão produtiva de modos de existência na vida em sociedade. Assim, o poder se articula em configurações heterogêneas e em constante transformação, “um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 2004, p.248).

Por fim, destaco que a insistência da atribuição de noções de anormalidades relacionadas aos LGBTI+ não se articula sem relutâncias, ou seja, há movimentos de resistência que compõem esse cenário das redes sociais e que tem potencial para gerar processos de transformação sociopolíticos. Considero a perspectiva de que “lá onde há poder há resistência”, ou seja, a resistência se apresenta de modo constitutivo das relações de poder, sendo que “estamos necessariamente ‘no’ poder, que dele não se escapa” (Foucault, 2019, p. 104).

Diante do exposto, indico a contribuição dessa pesquisa no processo de evidenciar maneiras como enunciados odiosos operam na edificação de noções biopolíticas de exclusão

em relação à população LGBTI+. Tal produção se articula por meio de uma engrenagem complexa e difusa, em destaque os modos como discursos de ódio nas redes sociais se somam nessa articulação. Aposto que debates como estes assumem potência de resistência e questionamento da ordem dos gêneros, “polos de resistências” (Guatarri e Rolnik, 1996) que contribuem para gerar transformações sociais.

A pesquisa está organizada em cinco capítulos. Inicialmente, apresento o capítulo **“Gênero e biopolítica: Interconexões”**, em que debato sobre a perspectiva ocidental da história da sexualidade, que edifica um sistema de sexo-gênero que demarca modos de existência situados como inteligíveis. No capítulo seguinte, chamado **“Cabos, roteamentos e WI-FI: Hackeando a sociedade de controle”**, analiso profundas transformações ocorridas no mundo capitalista do século XX e XXI, que culminaram em uma sociedade de controle. Ainda neste capítulo, problematizo avanços tecnológicos e científicos que incidem sobre o sistema de sexo-gênero, gerando novas estratégias de controle, mas também possibilidades de resistências das noções normativas, articulando modos de existência dissidentes. Em seguida, exponho os **“Fluxos metodológicos”** que fundamentam a investigação e os processos de coleta e análise dos dados. No último capítulo, denominado **“Corpos que (não)importam: Downloads críticos do ódio”**, debato sobre a produção biopolítica do ódio direcionado a população LGBTI+. Problematizo maneiras como discursos de ódio que circulam nas redes sociais *Instagram* e *Twitter* direcionadas às pessoas LGBTI+ articulam noções de abjeção, a partir de duas categorias de análise: a noção de desvio e de periculosidade. Por fim, apresento de modo breve as possibilidades de resistência aos discursos de ódio.

2. GÊNERO E BIOPOLÍTICA: INTERCONEXÕES

Neste capítulo, analiso parte da história da sexualidade na sociedade ocidental, mais especificamente a produção de um sistema de sexo-gênero (Butler, 2019) que assinala determinadas configurações de gênero como inteligíveis “normais” e adequadas, bem como demarca certos corpos (e modos de existências) como ininteligíveis (abjetos, subalternos, monstruosos, anormais) e perigosos, sendo estes alvos privilegiados de ódio.

O capítulo se divide em dois momentos. Inicialmente, debato a produção da sexualidade como dispositivo na modernidade, a partir, principalmente, do diálogo com o filósofo francês, Michel Foucault (1988). Na continuidade, em diálogo sobretudo com o psicanalista brasileiro, Joel Birman (2001) e o escritor americano, Thomas Laqueur (2001), realizo um breve histórico do paradigma da diferença sexual entre homens e mulheres. Em sequência, articulando-se principalmente com Butler (2019), será analisado o sistema de sexo-gênero, tendo como base o paradigma moderno da diferença sexual, que legitimou que determinadas configurações existenciais sejam localizadas como inteligíveis no campo de uma suposta normalidade e outras como ininteligíveis em um campo circunscrito como desviantes.

2.1 O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE NA SOCIEDADE OCIDENTAL

Foucault (2020) problematiza a questão da sexualidade na sociedade moderna, compreendendo que há discursos que demarcam aquilo que podemos ou não fazer. Logo, Foucault situa a sexualidade enquanto um dispositivo, ou seja, “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 1978 p.138). O dispositivo, portanto, se configura como uma rede que se estabelece entre os elementos citados e que possui uma função estratégica de

controle, ainda que parcial, haja visto que há também movimentos de resistência de normativas edificadas em torno, por exemplo, de noções de loucura e sexualidade, entre outros exemplos.

Nos últimos séculos, a sexualidade tornou-se uma questão crucial, sendo objeto de estudos e debates de cientistas, religiosos, políticos, jornalistas, entre outros. Assim, instâncias e instituições como, por exemplo, as igrejas, o judiciário, as políticas educacionais, a família, a mídia têm se pronunciado, vigiado e acompanhado, de modo minucioso, expressões de sexualidade e gênero, regulando, mediando, excluindo e normalizando determinadas práticas.

Em seu primeiro volume sobre a história da sexualidade, Foucault (2019) realiza uma genealogia³ da história da sexualidade, focando, principalmente, na transição entre a idade clássica e ao que conhecemos como modernidade, principalmente com o nascimento da burguesia e do conhecimento científico na sociedade europeia. Destaca-se que as investigações de Foucault se referem, de modo mais específico, às produções discursivas e existências que se articularam na sociedade ocidental e que, portanto, não empreendem a tentativa de uma explicação universalizante da experiência humana. Desde essa localização geopolítica, o filósofo articulou ferramentas analíticas fundamentais que subsidiam parte dos campos plurais dos estudos de gênero.

O dispositivo da sexualidade é atravessado e constituído por uma complexa malha de saberes e poderes, ou seja, a uma “grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder” (Foucault, 2019, p.100). Há, portanto, uma série de discursos,

³ Michel Foucault utiliza o conceito de genealogia criado por Friedrich Nietzsche, compreendendo o termo como um método de análise para “dar conta da constituição do sujeito na trama histórica” (Foucault, 1978, p.7), portanto, é um caminho que resgata a constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc. A genealogia se opõe às origens, e tenta resgatar as lacunas dos acontecimentos históricos, é um trabalho demorado e meticuloso que visa demarcar os acidentes e os desvios, “é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos - não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (Foucault, 1978, p.15).

como, por exemplo, os biológicos, anatômicos, psiquiátricos, midiáticos e jurídicos, que pronunciam “verdades” (saberes) sobre a sexualidade, produzindo perspectivas existências que são localizadas como normais ou anormais na sociedade. Assim, há um “regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana” (Foucault, 2019, p.16.)

Segundo a estudiosa Judith Butler (2003, p.19), "o sujeito é uma questão crucial para a política", deste modo, a autora resgata a noção foucaultiana de que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que passam a representar. A produção dos sujeitos, portanto, se constitui como efeito de formações discursivas que circulam na sociedade, sendo que estas operam de modo a demarcar perspectivas normativas e desviantes de sexualidade e de gênero. Como afirma a professora brasileira, Guacira Lopes Louro (2000), a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas social e política, sendo foco de sistemas de poder e de controle.

No decorrer dos séculos, a sociedade ocidental constituiu uma *scientia sexualis*⁴, que operou como um controle técnico-científico da população, por meio da enunciação de “verdades” sobre o sexo que produziram efeitos diversos na população (Foucault, 2019). Na sociedade europeia, bem como nas terras que está colonizou e devastou, os sistemas de poder-saber se articularam em estratégias diversas de disciplinamento e controle da sexualidade, como, por exemplo, por meio de técnicas de confissão, resquício da Idade Média e de seus dogmas religiosos.

Na modernidade, contudo, as práticas de confissão extrapolaram o contexto do confessional e se difundiram nas relações sociais, amorosas e familiares, sendo que aspectos relacionados à dimensão da sexualidade (desejos, práticas, “pecados”) ocuparam os debates

⁴ O termo seria traduzido como “Ciência Sexual”, descrito por Michel Foucault em seu livro A História da Sexualidade, volume I, de 1977, como um procedimento desenvolvido para dizer a verdade sobre o sexo, através de uma relação de poder-saber que opera, principalmente, através da confissão, sendo restrita ao desenvolvimento da sociedade ocidental moderna, diferentemente de outras sociedades como China, Japão, Índia, Roma e nações árabes-muçulmanas que desenvolveram uma *ars erótica* (*arte erótica*), que se diferencia de um controle científico, pois a verdade era extraída do próprio prazer (Foucault, 1977 [2014]).

nos âmbitos públicos e privados. Para Foucault (2019, p.66), o ser humano se tornou um “animal confidente”, o filósofo encara a confissão como um ritual onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado, de maneira que este encontro se articula em meio a relações de poder, pois não há como confessar sem ao menos a presença virtual daquele que escuta, ou de uma instância que “requer a confissão” para avaliar, julgar, punir, perdoar e etc. Essa operação discursiva, portanto, se tornou a redenção e/ou castigo dos sujeitos encerrados no discurso sobre o sexo.

Foucault (2019) afirma que, desde o século XVIII, houve uma verdadeira explosão discursiva, que se articulou e disseminou por meio de um vocabulário autorizado por processos de policiamento dos enunciados, resultando na edificação de novas regras de normalidade e de decência, bem como de desvio e de risco, na vida em sociedade. Na modernidade foi-se definindo, de modos estratégicos, onde, quando e como era possível falar do sexo e quem poderia pronuncia-lo oficialmente nas relações entre pais, mães e filhos(as), educadores(as) e estudantes, médicos(as) e pacientes, entre outros exemplos.

Para Foucault (2019, 1978), o dispositivo histórico da sexualidade está relacionado com o advento da modernidade na sociedade europeia, que se fortaleceu entre os séculos XVIII e XIX. Esta pesquisa se interessa, de modo mais específico, sobre os processos de disciplinarização de um sistema de sexo/gênero (Butler, 2019) na ordem global, na qual Mignolo (2016) ressalta que privilegia homens em detrimento das mulheres, bem como os regimes heterossexuais às expressões homossexuais. Este é o debate que se articula a seguir.

2.2 O PARADIGMA DA DIFERENÇA SEXUAL: UMA FICÇÃO BIOPOLÍTICA

Na sociedade moderna ocidental, o dispositivo da sexualidade opera no sentido de demarcar o paradigma da diferença sexual entre homens e mulheres, Birman (2001) relata que, durante o final dos séculos XVIII e início do século XIX, foram criadas e consolidadas

uma série de discursos sistemáticos sobre esta diferença, que implicou em processos de demarcação, classificação e hierarquização das representações de masculino e feminino.

Antes da modernidade, mais especificamente na antiguidade, os sexos eram também concebidos de maneira hierárquica, contudo, tal constructo estava pautado em uma única referência, a masculina, sendo esta representada como sinal de perfeição. O paradigma do sexo único pautava a concepção de homem e mulher até o início do século XVII, sendo que tal perspectiva sustentava uma relação de hierarquia entre os sexos, pois a figura masculina, tida como referência exclusiva, era vista como portadora de um “princípio divino” (Birman, 2001, p.38), como sinal de plenitude.

O macho era representado como motor gerador, aquele que seria capaz de engendrar um outro, em uma posição de atividade, diferentemente da figura da fêmea, vista como passiva, pois ela oferecia apenas a matéria para que o macho, como o “artesão”, pudesse trabalhar e exercer sua divindade. Essa perspectiva explorada pelo filósofo Galeno e seus seguidores, ignorava a mulher e as qualidades dos órgãos reprodutivos, atribuindo-lhes noções de inversão, falta, imperfeição e involução (Laqueur, 2001).

Essa evidente hierarquização, que nasceu no pensamento filosófico da antiguidade, se distingue do paradigma moderno da diferença sexual, que pauta o sistema de sexo-gênero, sendo esta derivada das teorias dos humores de Galeno (Birman, 2001). A perspectiva hierarquizante, se pauta na premissa da presença e dominância de humores quentes no ato da geração que produziria o sexo masculino, enquanto sua ausência, o sexo feminino. Haveria, então, uma dominância do quente como representação do masculino, sendo a sua ausência ou a subalternidade geral dos humores associada à figura feminina.

Na visão da teoria dos humores, a genitália masculina, em uma concepção morfológica, seria uma projeção no espaço exterior (derivadas do humor quente), enquanto as formas anatômicas da genitália feminina seriam representadas por uma inclusão no espaço

interior do corpo - invaginação como ausência do humor quente na circulação corporal das mulheres (Birman, 2001). Portanto, a morfologia corporal estava circunscrita e decorrente da circulação em maior ou menor grau de humores.

Ainda sobre o paradigma do sexo único, há uma lógica marcadamente hierárquica, em que o pólo masculino era compreendido como a perfeição e a verdade e o pólo feminino marcado como imperfeito, uma não-verdade. Laqueur (2001) pontua que, na visão descritiva de Galeno, as mulheres seriam concebidas como homens invertidos, portanto, imperfeitas. Os órgãos reprodutivos femininos eram compreendidos na visão do filósofo como versões primitivas e não evoluídas em relação aos órgãos masculinos, a vagina era compreendida como “um pênis eternamente precário e por nascer, o ventre um escroto mirrado, e assim por diante” (Laqueur, 2001. p.44).

Outros filósofos da antiguidade e da idade média, como Aristóteles e Tomás de Aquino⁵, não só escreveram e reafirmaram o debate sobre a hierarquia entre homem e mulher, mas também levaram em consideração uma ordem natural (na visão Aristotélica) e divina (na visão de Aquino), em que os homens⁶ estavam destinados a cumprirem determinados “papéis sociais”, seja justificados pela natureza ou pela vontade divina.

Tomás de Aquino se inspirou no pensamento Aristotélico (Souza Ferreira, 2008) e também reforçou a lógica hierárquica de uma visão de ‘homem’ que estava acima dos animais e das plantas, sendo separado destes seres por ser considerado um animal racional, dotado de livre arbítrio, capaz de conhecer e amar a ‘deus’⁷, que seria a idealização de uma perfeição (Aquino, 1951). Nota-se que não somente Galeno, mas também outros filósofos de diversas

⁵ Tomás de Aquino viveu no século XIII e é considerado um dos maiores teólogos de todos os tempos. Sua teologia teve forte influência na renovação do cristianismo na idade média, cuja base era a teologia de Santo Agostinho. Aquino trouxe o debate da filosofia clássica entre os pensamentos de Platão e Aristóteles, articulando uma releitura dos escritos aristotélicos e se contrapondo à visão platônica (Langraff, 2016).

⁶ Sobre o uso da palavra “homens”, escolho manter o uso nos parágrafos em que estou dissertando sobre autores que pensavam e ou escreviam dessa maneira para designar acerca dos seres humanos, pois, principalmente na língua portuguesa sempre houve uma tendência de utilizar esta palavra para abarcar a totalidade da humanidade (homem e mulher), que, em minha visão é equivocada.

⁷ Nesta dissertação, escolho utilizar a palavra ‘deus’ em minúsculo ao me referir a deidade judaico-cristã, compreendida como o criador de todas as coisas e também como modelo de perfeição máxima.

épocas, também reforçaram o paradigma do sexo único e a premissa deste de uma hierarquia entre homens e mulheres, animal e homem, racional e irracional, perfeição e imperfeição.

Ao citar Tomás de Aquino neste momento, quero que o leitor compreenda (apesar de ser um tópico extenso e complexo) que, na sociedade ocidental/colonizada, a visão da igreja cristã teve e tem uma grande influência em interferir nos processos de produção das subjetividades. Logo, nesta dissertação, ao resgatar a historicidade do paradigma da diferença sexual, opto por me referir principalmente em relação aos preconceitos, discursos de ódio, violências contra mulheres, indígenas, pessoas negras e LGBTI+. Portanto, reconheço a influência da cosmovisão cristã em outras esferas, não pretendendo fazer uma leitura moral da mesma.

Ao me referir sobre a cosmovisão cristã moderna, que em parte foi solidificada sob influência de Aquino, é importante resgatar a noção de pecado, que para o teólogo implica em se afastar da ordem social ou decair da condição de dignidade humana (Aquino, 1980). Se a perfeição é o homem que conhece e ama a deus, a imperfeição é o homem mau, pecador, que abandonou a deus. Nesse raciocínio, o pecado faz o ser humano decair de sua condição, logo, esse se torna como um animal, portanto, para Aquino, seria lícito matar o pecador, com base em um pressuposto de justiça e como medida de defesa social, “pois o homem mau seria como um bruto, podendo causar danos maiores” (Aquino, 1980). Assim, pode-se observar na teologia de Aquino, uma certa justificativa em relação a matar uma pessoa por ser pecadora, o que nos remete às narrativas dos livros de história lidos nas escolas sobre a santa inquisição, assim como aos complexos mecanismos que se desenvolveram de poder-saber e que foram utilizados para controlar os corpos dos ditos anormais.

Em suma, desde os escritos de Galeno e Aristóteles, se perpetuou um discurso sobre o destino biológico dos sexos, associado a uma vontade “superior” pré-ordenada de papéis sociais e sexuais do homem e da mulher no ocidente (Laqueur, 2001). Com as colonizações e

invasões de toda a América, bem como de países da África e do Oriente, a perspectiva de hierarquização dos sexos se sustentou, contudo, foi reconfigurada em novas bases e paradigmas, biologizantes, hormonais, anatômicas e heterocentradas, sobretudo a partir do século XVIII. Nesta conjuntura, homens e mulheres são enunciados em suas diferenças sexuais, o que “justifica” posicionalidades e funções distintas destes no ordenamento social. Ainda nesta mesma matriz de pensamento, as configurações homossexuais/homoafetivas são assinaladas no campo do desvio, como anti-naturezas, anormalidades.

Para exemplificar a noção cristã de desvio e pecado, a figura 2 destacada abaixo nos ajuda a compreender um pouco do que já foi vasculhado na rede social *Facebook* entre os anos de 2016 e 2018, com a pesquisa realizada pelo professor Marcos Paulo da Silva e pelo jornalista Lucas Souza da Silva (2021).

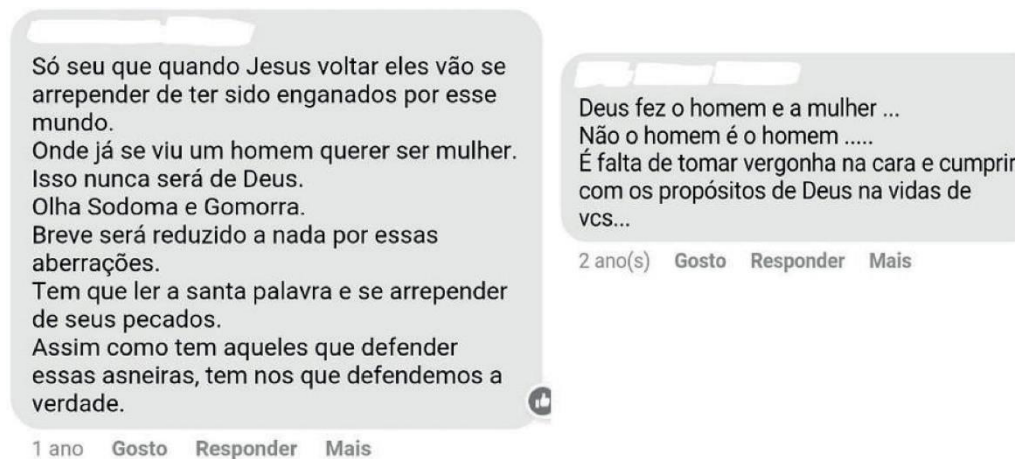


Figura 2. Comentário de notícia no *Facebook*.

Fonte: Silva & Silva (2021).

Com a revolução francesa e a luta pela igualdade de direitos dos todos/as seres humanos, não havia como sustentar processos de hierarquização pautados no dito paradigma do sexo único, pois, garantir a igualdade entre homem e mulher, era também sustentar, ainda que discursivamente, que ambos pudessem ocupar o mesmo espaço social (Birman, 2001). Contudo, tal perspectiva igualitária exigiu uma longa luta e extensivo trabalho para garantir acesso de mulheres à educação, a remuneração adequada, a transitar em determinados espaços

sociais, ou ao simples direito de ir e vir sem ter que sofrer algum tipo de assédio e/ou outra expressão de violência.

O relatório “Visível e Invisível”, formulado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo instituto de pesquisas Datafolha (Teixeira & Paiva, 2021), indica que, no Brasil, mais da metade das mulheres já sofreram algum tipo de assédio no trabalho, em locais públicos, e/ou em casa (sendo este, o principal lugar onde ocorre violência). Ainda sobre esse debate, destaca-se que, no início da pandemia do Coronavírus em 2020, ocorreu uma diminuição nos registros de violência física, ameaças e estupros, porém, houve um aumento no número de casos de violência letal - como feminicídios e homicídios contra as mulheres, sobretudo no contexto domiciliar devido a exigência de isolamento social (Teixeira & Paiva, 2021).

Em relação aos registros e pesquisas e, principalmente, no que diz respeito à população LGBTI+, há uma carência de sistematização e visibilidade de dados públicos no sistema de saúde, no sistema de justiça e/ou mesmo no censo nacional realizado pelo IBGE, o que escamoteia necessidades e direitos negados (Benevides & Nogueira, 2021). Desta forma, quando nos deparamos com a falta e invisibilidade de dados, percebemos que o Estado brasileiro reitera processo de exclusão e violências em relação às pessoas LGBTI+.

De acordo com um relatório realizado pelos grupos Acontece Arte e Política LGBTI+ e o Grupo Gay da Bahia (GGB), somente de janeiro a agosto de 2021 aconteceram um total de 207 mortes violentas de pessoas LGBTI+ no Brasil, sendo que dentre estas 18 foram suicídios. Entre os dados levantados, a população de homens gays foi a que mais sofreu com mortes violentas, representando 49,28% (102 mortes), seguida pela população de mulheres trans e travestis com 41,55% (86 mortes). As mulheres lésbicas representaram 3,86%, os homens trans 0,97% e as pessoas bissexuais dizem respeito a 0,48%. Houve ainda cinco pessoas cuja orientação sexual ou identidade de gênero não foram identificadas, representando 2,42% do

total. Entre esses dados, três pessoas heterossexuais (1,45%) foram mortas por serem confundidas com LGBTI+ (Oliveira & Mott, 2022).

Outra informação relevante da pesquisa, foi com relação ao local da ocorrência, visto que o relatório parcial se refere principalmente ao primeiro semestre de 2021. Neste caso, a evidência aponta que o espaço privado tem sido mais violento para as pessoas LGBTI+ que o espaço público, pois 47,83% do total de casos (99) se deram no âmbito privado, enquanto 43,48% (90) ocorreram em espaços públicos (Oliveira & Mott, 2022). Isto posto, podemos verificar acerca da insegurança vivida pela população LGBTI+ junto às famílias e locais de moradia, situação intensificada durante a pandemia do Coronavírus, pela necessidade do isolamento social.

Destaco o quanto é necessário trazer dados e estatísticas à tona, seja em trabalhos científicos, na mídia, nas escolas, universidades, unidades de saúde, entre outros exemplos, como estratégia de resistência, localizando brechas nos muros trincados do cis-tema, e, desta maneira, nomear violências, tornar visível os efeitos necropolíticos dessa engrenagem. Olhar e problematizar a escalada do discurso de ódio, entre outros tipos de violência sofrida pelas pessoas LGBTI+, nos permite pensar em estratégias de luta para re(existir).

Esses dados nos revelam que a hierarquia entre homens e mulheres, baseada no paradigma moderno da diferença sexual (binária), se perpetua na teia social, através de tensionamentos entre poderes e saberes acionados pela modernidade em seu lado mais violento. Deste modo, ainda que haja leis e mecanismos de proteção que tentam assegurar direitos igualitários, entre outros exemplos, é importante considerar que essas instâncias e instituições estão articuladas a uma complexa malha de relações de poder, que operam como dispositivos de controle da população.

O paradigma da diferença sexual, portanto, é justificado como a “verdade” dos corpos, sendo esta referência articulada e sustentada em discursos científicos, como os biológicos e

anatômicos, utilizados para legitimar este paradigma. A partir da modernidade, portanto, se estabeleceu uma leitura naturalista da diversidade sexual, seguindo uma ordem dita biológica, que implicou em uma inserção funcional de homens e mulheres no espaço social.

A diferença sexual passou a ser vista como de espécie (biológica) entre os corpos, passando-se a considerar as regularidades anatômicas, fisiológicas e genéticas. Com as diferenças essenciais (naturais) reafirmadas nas perspectivas do sexo somático, cromossômico e hormonal, se fundou uma ontologia dos dois sexos, reforçando a distinção sexual como referência, de modo que a distinção entre o ser do homem e o ser da mulher se impôs como um abismo supostamente intransponível (Birman, 2001). Foucault (1988) nomeia esse processo de classificação e hierarquização moderno como biopoder, ou seja, como uma maneira de governar a vida, que envolve o governo dos corpos dos indivíduos, através da disciplina e também o governo da população como um todo, sendo denominado de biopolítica.

A premissa do abismo que marca a diferença entre homens e mulheres vem sendo reafirmada durante anos, seja nas relações conjugais, no acesso à educação, nas mídias, propagandas, nas relações de trabalho, nas artes e nas (im)possibilidades de transitar por diferentes espaços sociais. A título de exemplo, em 1972, o pesquisador estadunidense Carl Sagan desenvolveu uma placa para a espaçonave *Pionner*, como uma mensagem da humanidade com possíveis encontros extraterrestres. Nesta placa, como pode ser visto na figura 1.1, foi desenhado um homem e uma mulher, ambos nus (reforçando as diferenças anatômicas sexuais e desigualdades de poder entre homens e mulheres, principalmente porque a vagina da mulher não foi representada). O homem aparece acenando e a mulher foi desenhada em uma posição “submissa”, com o pé esquerdo mais afastado e as mãos abaixadas. A figura masculina é mais alta do que a feminina e somente ele está tomando a iniciativa de saudar os extraterrestres, reforçando uma posição hierárquica entre os sexos.

A imagem, como demonstrada na figura 3, foi uma tentativa de representação pan-racial da humanidade, porém, a figura desenhada se parece mais com homens e mulheres caucasianos, de cabelos lisos, de um ponto de vista do norte global eurocêntrico, supostamente heterossexuais. Somente em 2015, um grupo de cientistas se reuniu em um encontro para tratar de vida extraterrestre e reconheceram que a placa tinha esse problema de representação hierárquica, apontando que era preciso edificar uma nova mensagem (Pater, 2020).

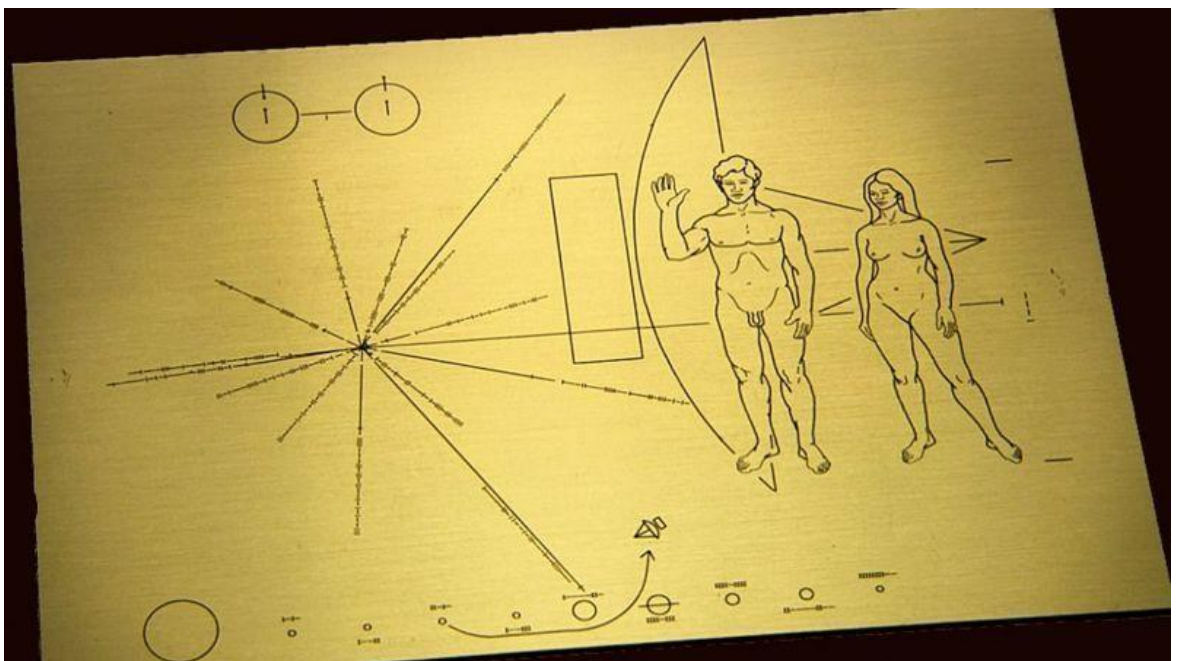


Figura 3. Placa Pioneer de 1972.

Fonte: O que diz a escandalosa mensagem... (2020).

Se olharmos para a área do design, por exemplo, que contempla campos como a moda, produtos no geral, *web sites*, programas de celular, jogos, entre outros exemplos, há um padrão que tem se perpetuado em relação aos modelos de anatomia humana que ditam as possibilidades da moda (apesar de serem notáveis alguns avanços com relação a uma moda unissex ou não-binária na contemporaneidade), geralmente pautados em perspectivas brancas, heterocentradas e que reafirmam corpos magros como referências de normalidade.

O *designer* Henry Dreyfus, em seu livro “As medidas do homem” de 1959, implementou medidas de referências para o design de produtos em larga escala, reduzindo a

probabilidade de nos machucarmos com objetos fabricados (Pater, 2020). Todo tipo de medida foi especificado, para sentar, ficar em pé, dirigir, se tornando padrão internacional, permeando nossas vidas na sociedade capitalista-disciplinar de consumo. Pater (2020) relata que o livro de Dreyfus tem sido reimpresso e, ainda hoje, tem sido utilizado nas escolas de *design* e nas universidades, influenciando a fabricação de todo o tipo de produtos comercializáveis.

Ainda que seja evidente que os espaços comunicacionais se constituem como campos em que narrativas coexistem em disputas, sendo estas constituídas por normatividades e resistências, considera-se a contundência da permanência de uma perspectiva de *design* que reafirma uma perspectiva naturalizante e heterocentrada de homem/macho e da mulher/fêmea, tem também permeado a mídia televisiva em propagandas, novelas, filmes, bem como na *internet*, com a criação de diversos aplicativos de mídias sociais que, comumente, fazem circular discursos e imagens que reafirmam a diferença sexual como “verdade”. Assim, todos os dias somos acionados a subjetivar a realidade desde os parâmetros binários de gênero, herança de uma sociedade disciplinar que interdita a humanidade como produção múltipla.

Destaca-se, por exemplo, propagandas como a campanha publicitária do Ministério da Justiça de 2015, acusada de sexismo e misoginia pelos usuários das redes sociais. A campanha denominada de “Bebeu, perdeu” pretendia conscientizar os jovens sobre os perigos do consumo excessivo de bebida alcoólica, mas, como vemos na figura 4, no cartaz está escrito a frase: “Bebeu demais e esqueceu o que fez? Seus amigos vão te lembrar por muito tempo”. A imagem do cartaz trazia uma garota com o celular nas mãos e ao fundo duas jovens rindo. A polêmica em torno da campanha ocorreu pois os usuários das redes sociais afirmaram que a campanha culpava a vítima (representada necessariamente como mulher) pelo seu sofrimento, ao associar o vazamento de vídeos íntimos e abusos (do comportamento dela) (Globo, 2015).



Figura 4. Campanha publicitária do Ministério da Justiça Brasileira de 2015

Fonte: Ministério da justiça...(2015).

Apesar da evidência nos últimos anos de que algumas grandes marcas têm aderido a uma tendência de inclusão e diversidade em suas propagandas, considerando debates sobre sexismo, machismo, misoginia, preconceito racial, lgbtfobia e transfobia, há uma parte (considerável) da sociedade que se incomoda com essas mudanças. Recentemente, tivemos o exemplo da marca *Burger King*, que em suas redes sociais no *twitter*, *instagram* e *youtube* compartilhou um vídeo que convidou algumas crianças para falarem de suas experiências com pessoas LGBTI+ como pais, familiares ou amigos, com o intuito de rebater alguns comentários ofensivo de grupos conservadores que, repetidamente, falam:”*Mas como eu vou explicar isso para uma criança?*” (ao se depararem com uma cena de duas pessoas do mesmo sexo ou gênero trocando seus afetos em público) (*Twitter*, 2021).

A campanha do Burger King foi atacada intensamente nas redes sociais, com a criação de *hashtags*: “burgerkinglixo” e “burgerkingnunca mais”, sendo que estas estiveram entre as mais comentadas no *twitter* em 23 de junho de 2021. Alguns usuários do *instagram*, atacaram a empresa em sua página com comentários que tiveram muita repercussão e curtidas como, por exemplo, “*muito triste ver crianças sendo submetidas a isso*” (sic) , “*Lamentável, mil vezes lamentável!*” (sic) , “*Um tremendo absurdo!! Doutrinando crianças ao ensino errado!*” (sic) e “*BK de esquerda, doutrinando na cara dura, corrompendo valores familiares*” (sic). Os trechos transcritos neste parágrafo foram selecionados com um telefone celular , através de captura de tela na página do *instagram* do *Burger King* Brasil.

Isto posto, podemos observar a revolta de parcelas da população brasileira ao se depararem com uma propaganda que tem o intuito de contribuir com a diminuição do preconceito. Apesar de algumas mudanças de postura da mídia televisiva, do *marketing* digital, de manchetes de jornais e campanhas publicitárias, vemos que as tentativas de parte das propagandas de pautar questões relacionadas às pessoas LGBTI+ ainda implicam, comumente, em críticas e ataques de grupos que se afirmam como defensores da família, dos bons costumes, das crianças, da sociedade, entre outros argumentos que se tecem em conluio a visões conservadoras e hierárquicas e que privilegia determinados modos de existência como referências de humanidade, normalidade, cidadania, como é possível visualizar na imagem a seguir.



Figura 5. Proteja o seu filho do Burger King

Fonte: Guga Nobla (2021).

Na figura 5 podemos observar uma tentativa de fazer circular um cartaz pelas redes sociais, onde um casal homossexual composto por dois homens beijam uma criança. No cartaz, os escritos alertam para que a sociedade “*proteja seu filho do Burger King*” (*sic*), pois, de acordo com seu julgamento, a campanha articulada por essa rede de *fast food* se articula como tentativa de manipular ideologicamente crianças em prol da diversidade sexual. O internauta acusa a empresa de estabelecer aliança (se transformar) com partidos políticos localizados como de esquerda, submetendo as crianças à ditadura da ideologia de gênero, um termo que circula em parte da população brasileira que se diz conservadora, e que foi muito utilizada como motivo para mobilizar a sociedade contra partidos políticos de esquerda, que em teoria estariam criando uma “ditadura gay”⁸.

⁸ Este termo tem sido amplamente utilizado por uma parcela da população conservadora que afirma que exista ideologia de gênero e a tentativa de implantar uma ditadura gay no Brasil. Em 2012 uma reportagem na revista Veja trazia no título: ‘Falta coragem para enfrentar a ditadura gay’, dita pelo então vereador evangélico Carlos

Observando algumas propagandas e comentários que circulam nas redes sociais, compreende-se que em torno dos homens foi criado uma série de “verdades” que são justificadas como expressões da natureza, tendo como referência de normalidade o homem branco, heterossexual e residente de regiões centrais, situado como ativo, racional, provedor, o cabeça da família, etc. Este mesmo discurso da “ verdade” também se desenha em torno de grande parte das mulheres que, justificadas desde o paradigma da diferença sexual, são vistas e nomeadas desde posições de passividade, emoção, maternidade, entre outros argumentos. Nesta matriz de pensamento, corpos e modos de existência que escapam de um padrão estabelecido, em destaque nessa pesquisa a população LGBTI+, são concebidos como anormalidade e aberrações. Butler (2019) nomeia essas configurações existenciais ininteligíveis de abjetas, sendo estas alvos privilegiados de discursos de ódio, entre outras práticas de violência.

A partir dessas premissas, esta pesquisa também questiona por que há corpos que têm maior legitimidade para existir do que outros. Por que uns têm maior possibilidade de escrever, falar, se posicionar em suas redes sociais (espaços importantes para uma manifestação política e/ou para o simples fluxo das relações sociais), enquanto outros são cotidianamente censurados, cancelados, perseguidos e/ou odiados. Considero, portanto, que noções inteligíveis e ininteligíveis de gênero são, necessariamente, (re)produzidas em um “sistema de sexo-gênero” (Butler, 2001) permeado por uma rede de poder que possibilita que os discursos injuriosos sejam potencializados e circulem em diversos espaços, muitas vezes ferindo a dignidade de pessoas LGBTI+. Pretendo aprofundar essa discussão no 5º e último capítulo, que debaterá sobre a produção biopolítica do ódio, a partir da análise dos modos como enunciados odiosos destacados nas redes sociais contribuem na reprodução de noções de

Apolinário, sendo que o mesmo criou uma proposta para o Dia do Orgulho Heterossexual, pois em sua visão, não tem nada contra os homossexuais, mas acredita que tenha que combater os privilégios da “opção sexual” (Arbex, 2012). Vale ressaltar que neste mês de novembro de 2021, na semana em que estou escrevendo esta dissertação o estado da Paraíba aprova um projeto de lei para a criação do Dia do orgulho heterossexual (Metrópoles, 2021).

abjeção relacionadas às pessoas LGBTI+. Na continuidade, analiso no próximo capítulo avanços tecnológicos e científicos que em uma sociedade noemada como de controle incidem sobre o sistema de sexo-gênero, gerando modos de existência normativos e dissidentes.

3. CABOS, ROTEAMENTOS E WI-FI: HACKEANDO A SOCIEDADE DE CONTROLE

Neste capítulo, analiso profundas transformações ocorridas no mundo capitalista do século XX e XXI, que culminaram em uma sociedade de controle (Deleuze , 1992). Pretendo compreender, ainda que parcialmente, como os avanços tecnológicos e científicos incidem sobre o sistema de sexo-gênero, gerando novas estratégias de controle, mas também possibilidades de resistências das noções normativas, articulando modos de existência dissidentes.

O capítulo se divide em dois momentos. Inicialmente, debato, sobretudo em diálogo com Gilles Deleuze, Michel Foucault e Sonia Regina Vargas Mansano, mecanismos de funcionamento da sociedade de controle, compreendendo como o sistema de poder-saber vem se atualizando em tecnologias presentes na sociedade contemporânea. Na continuidade, proseando mais especificamente com a pesquisadora italiana, Tereza de Lauretis e sua análise sobre “tecnologias de gênero”, bem como as problematizações do filósofo espanhol, Paul Preciado sobre a “sociedade farmacopornográfica” e as contribuições da ensaísta e pesquisadora argentina Paula Sibilia sobre o homem pós-orgânico , realizo uma localização histórica e analítica do surgimento e evolução da *internet* e como este dispositivo tecnológico interfere na produção de perspectivas plurais de gêneros.

3.1 CABEAMENTOS HISTÓRICOS: TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE DISCIPLINAR PARA A SOCIEDADE DE CONTROLE

As produções audiovisuais do século XXI tomaram uma proporção nunca antes vista na história da humanidade. As principais produções cinematográficas, por exemplo, estão mais restritas ao norte global, especificamente nos EUA, que move um mercado bilionário ao divulgar e reproduzir suas produções de filmes e séries. Ainda que muitos filmes de

Hollywood tenham o pretexto neoliberal de gerar lucro, há também produções que se articulam em perspectivas artísticas e críticas, demonstrando visões plurais de modos de existência e maneiras como o sistema capitalista afeta nossa subjetividade.

Assisti um filme no cinema recentemente, conhecido como *Matrix Resurrections* (2021), continuação de sua conhecida trilogia e que teve um impacto significativo na cultura popular e nas produções cinematográficas, por conta de seu estilo único e de sua inovação. O primeiro filme foi lançado em 1999, dirigido pelas irmãs Lana e Lilly Wachowski. Segundo as diretoras, o filme é uma alegoria às pessoas trans, pois o personagem principal Neo não aceita o nome que lhe é imposto e muito menos a condição em que vive, sendo que seus questionamentos tomam novas configurações quando ele passa a ter pesadelos em que está conectado por cabos a um imenso sistema de computadores que cria uma realidade virtual de quase toda a humanidade (Folha, 2020).

Na trama filmica, Neo encontra personagens misteriosos como Morpheus e Trinity, que revelam que seus pesadelos são reais e que vivemos em um mundo simulado e manipulado por uma inteligência artificial. A *Matrix* funciona como um sistema de computador, através de códigos binários que criam os programas e a realidade apresentada, se articulando como metáfora da lógica que institui o binarismo demarcado pelos pares homem/mulheres e masculino/feminino. Os agentes de controle que aparecem no filme, representam a LGBTfobia e as imposições da sociedade que não aceitam o “escape” da *Matrix*, perseguindo Neo e outros personagens que se libertaram da simulação binária. O personagem principal vive uma disforia e começa a ter dúvidas sobre a vivência de um modo de socialização de gênero que não condiz com sua própria experiência.

A transição acontece quando Tomas A. Anderson reivindica se autoneamar, postura que esculpe para si e que é representada no filme pela escolha do novo nome, Neo. Os mecanismos de controle da *Matrix* responsáveis pela manutenção da ordem tomam a forma do

agente Smith, um programa criado para perseguir e deter possibilidades de escape e subversão de modos de existência organizados a partir de lógicas binárias. É evidente a lógica de controle que o agente Smith faz circular no filme, pois mesmo após Neo afirmar seu modo de nomeação, continua a ser chamado de Sr. Anderson, o que não é diferente da transfobia que se materializa quando uma mulher trans tem tatuado em sua testa o pronome “ela” e continuam a chamá-la de ele. Perspectivas normativas de gênero operam em conluio a lógicas extrativistas, articuladas em críticas, julgamentos, discursos de ódio, práticas de extermínios, entre outras expressões de violência que afetam as trajetórias de pessoas LGBTI+.

Assumindo uma outra narrativa sobre si, Neo experimenta modos de resistir ao controle dessas máquinas, mas, para tanto, terá que lidar com sistemas contínuos de vigilância empreendidos no filme pelas máquinas que tudo veem e tudo sabem, em uma alusão ao controle panóptico. No decorrer da trama, Neo é interpelado a fazer uma escolha entre duas pílulas, uma (azul) em que simplesmente ele aceitaria a realidade virtual e voltaria a ter uma vida “normal” ou a pílula (vermelha) em que poderia retornar a *Matrix* ciente da manipulação que as máquinas exercem sobre os seres humanos.

A pessoa que aqui escreve acredita que escolheria a pílula vermelha, em uma tentativa ficcional de resistir, ainda que parcialmente, a “verdades” que constituem o sistema de sexo-gênero, o que me posiciona no espectro político em aliança as lutas de pessoas negras, LGBTI+, mulheres, indígenas, MST, etc. Movimentos de resistência que incomodam, abalam alicerces de uma sociedade neoliberal pautada em racionalidades eurocentradas, brancas, cis e heterossexuais em detrimento de outras epistemologias e possibilidades de existência. Escolher a pílula vermelha, assumir outros nomes possíveis, se unir à personagens como Morpheus e Trinity (aludindo a movimentos negros e feministas), exercícios de cumplicidade subversiva.

A trilogia *Matrix* suscita reflexões e críticas diversas sobre “políticas trans, criptofascismo⁹, uma metáfora da exploração capitalista” (Wachowski, 2021). Importante considerar, ainda, as condições que possibilitaram que esses filmes tenham sido criados e roteirizados, ou seja, o cenário da revolução tecnológica que marcaram o final do século XX e a disseminação da internet e das máquinas de uso pessoal, conectando os sujeitos a uma rede global estruturada e descentralizada que conhecemos como “WWW”.

Os filmes *Matrix* nos revelam modalidades de poder e vigilância que emergem e se expandem a partir da metade do século XX, configurando o que conhecemos como sociedade de controle (Deleuze, 1992). Esta perspectiva de sociedade engendra novas formas de vigilância e controle que vêm se disseminando principalmente a partir do fim da segunda guerra mundial, período demarcado por uma crise das instituições disciplinares como a prisão, o hospital, o exército e a escola.

Novos dispositivos se produzem e se articulam na sociedade de controle, circuitos múltiplos e diversificados, pois diferentes corpos exigem meios diversificados de serem controlados. Se a sociedade disciplinar operava principalmente por meio de espaços fechados, instituições bem regulamentadas e vigiadas, agora, com a crise desse sistema e a transição para a sociedade atual, há a necessidade de articular redes de vigilância disseminada dos indivíduos ao ar livre e de modo incessante. Logo, os confinamentos em espaços fechados, ligados à sociedade disciplinar, funcionam como moldes rígidos, porém, quando observamos a lógica que constitui a sociedade atual, notamos modulações nas dinâmicas de controle, desestabilizando o caráter inflexível da lógica disciplinar.

A pesquisadora brasileira, Sonia Regina Vargas Mansano (2009) ressalta que novas redes de controle são articuladas, otimizando a circulação de informação em um estado mais

⁹ A prática de disfarçar a ideologia fascista em termos, imagens e mecanismos retóricos não estigmatizados, faz com que as ideias circulem com maior eficiência na teia social. Essa modalidade possibilita um acobertamento de traços da ideologia fascista com camadas discursivas mais digeríveis pelos discursos dominantes (Griffin, 1991).

livre, sem necessariamente estarem ligadas a instituições disciplinares. Sobre essas novas modalidades de poder, Deleuze (1992) analisa que também outras maneiras de viver são moduladas, atravessando os processos de subjetivação e de socialização que se desenham nas últimas décadas. Assim, se o indivíduo disciplinado era um produtor descontínuo de energia, na medida em que perpassava as várias instituições, vivenciando diversos papéis sociais e assumindo identidades localizadas como fixas, o sujeito que se engendra na racionalidade do controle se constitui e se manifesta em um sistema aberto, fluído em uma energia ondulatória, que funciona orbitalmente, como um feixe contínuo de luz, sendo que assim transita pelas mais diversas instituições, mas sem encará-las de fato, pois agora há uma continuidade e também uma fluidez dos mecanismos de controle.

Na lógica disciplinar, por exemplo, a fábrica funcionava como um corpo que tentava equilibrar suas forças internas, obtendo a mais alta produtividade com o mais baixo salário. Com a emergência das forças pautadas na lógica do controle, a fábrica passa a ser representada pela empresa, que se esforça para impor uma maior modulação de cada salário, criando desafios, se organizando em um estado de contínua metaestabilidade, se apropriando de processos seletivos, concursos, seminários e formações. Estratégias de controle que a empresa faz circular se materializam, por exemplo, em programas que “garantem” qualidade de vida ao trabalhador, por meio da oferta de jogos para períodos supostamente ociosos, lugares alternativos para este produzir de forma mais eficiente e se vincular afetivamente ao ambiente empresarial, bem como a disseminação do princípio do salário por mérito, que acirra relações de rivalidades e competitividades entre os trabalhadores (Deleuze, 1992 p.221).

Nesta conjuntura, destacam-se também os modelos educacionais que têm se modificado e atualizado constantemente nos últimos anos. Diferente de uma perspectiva de escola que fazia parte da trajetória de uma parte da população em um período delimitado da vida, entra em cena a premissa da formação continuada, que não cessa de requerer aos

indivíduos que estudem, se atualizem e obtenham continuamente novos conhecimentos, tanto para acompanhar as inovações científicas e tecnológicas vigentes, como para se manter atualizado no mundo do trabalho, assimilando as mutações do sistema capitalista que, apesar das constantes e evidentes crises, não cessa de se expandir por todo o globo. Logo, na sociedade de controle não se termina nada, pois a empresa e a formação permanente vão modulando os sujeitos que se inserem em estados metaestáveis e coexistentes (Deleuze, 1992).

Nesta pesquisa, me interesso sobretudo pelas máquinas e tecnologias que compõem a sociedade de controle e seus efeitos nos processos de produção de perspectivas de gênero. Deleuze (1992) nos relembra que na sociedade de soberania que precedeu a disciplinar, as máquinas manejadas eram simples, como alavancas, roldanas, relógios e etc. Já na sociedade disciplinar, as máquinas se complexificaram, se constituindo de equipamentos à base de energia elétrica, como os maquinários utilizados nas indústrias de produção de larga escala.

Na sociedade de controle, nos deparamos com outros tipos de máquinas relacionadas à informática, computadores e celulares, além da descoberta e manipulação da nanotecnologia¹⁰, que possibilitou o avanço e produção de equipamentos em nano escala, contribuindo para áreas da medicina, indústria farmacêutica, ciência da computação, engenharia e etc.

As revoluções tecnológicas que têm acompanhado a sociedade disciplinar e de controle se manifestam como expressão das mutações profundas do sistema capitalista. Na contemporaneidade, as redes de informação ganham mais poder e eficiência, afetando as subjetividades dos sujeitos, permitindo que esses saiam de uma condição exclusivamente dócil e obediente para uma condição de participação ativa, em uma rede ampla e complexa de poder (Mansano, 2009). Assim, nas últimas décadas circulam uma diversidade de aparatos tecnológicos, como as TVs que estão nos lares de muitas famílias e indivíduos ao redor do mundo, entre outros dispositivos tecnológicos que tiveram um exponencial crescimento e

¹⁰ O termo se refere às aplicações tecnológicas de objetos e dispositivos que tenham ao menos uma de suas dimensões físicas menor ou na ordem de algumas dezenas de nanômetros. Neste caso um nanômetro corresponderia a um bilionésimo de um metro (Melo e Pimenta, 2010).

acesso à população brasileira, como demonstrou uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 2020, que constatou que havia cerca de 424 milhões de dispositivos digitais em uso, como computadores, tablets e *smartphones* (FGV, 2020).

Enquanto escrevo parte desse capítulo e enquanto você está lendo, somos atravessados, vigiados e controlados por diversos estímulos tecnológicos, como a tela do aparelho em que provavelmente você está realizando a leitura deste escrito. O computador está conectado a uma rede invisível conhecida como *Wi-fi*, que envia e recebe informações em um *modem* e através de portas e criptografias que também enviam informações por meio de uma rede de cabos ligados a uma central menor. Esta última está conectada a uma central municipal e que flui através de uma infinidade de cabos de fibra óptica, chegando a centrais nacionais e internacionais, localizadas em grandes centros, geralmente em prédios ou galpões, muito bem vigiados e protegidos e que contêm um número gigantesco de máquinas informatizadas que trabalham incessantemente, através de fluxos energéticos e de códigos binários que traduzem e codificam as solicitações que fazemos em nossas máquinas. Assim, estamos conectados em uma rede ampla que conhecemos como *internet*, que vem produzindo com eficiência modos de existência capitalísticos articulados em larga escala.

Nos processos de produção da subjetividade, destaco nesta investigação a importância dos aparatos tecnológicos que operam na articulação de perspectivas plurais de gênero, sendo que De Lauretis (1994) as nomeiam como “tecnologias de gênero”. Destaco, sobretudo, as redes sociais como tecnologias que, na atualidade, produzem e fazem circular noções tradicionais e dissidentes de gênero, sendo os discursos de ódio, foco da pesquisa em questão, elementos presentes nessa construção, estando, de modo mais evidente, relacionados a configurações existências LGBTI+. Artigo este debate no próximo subtópico, tendo como analisador principal as redes sociais.

3.2. TECNOLOGIA DE GÊNERO: CIRCUITOS DE CONTROLE E DISSIDÊNCIAS CIBERNÉTICAS

Tendo em vista esse enfoque no discurso de ódio às pessoas LGBTI+, analiso neste subcapítulo as redes sociais como “tecnologias” que produzem perspectivas normativas e dissidentes de gênero. A sociedade de controle se configura como campo para a emergência de modos de subjetivação articulados em novas premissas. Se a sociedade disciplinar se sustentava na produção de corpos dóceis, úteis e obedientes, na contemporaneidade a expansão e especificação das tecnologias operam na produção de um sujeito ativo, que interage, que concorda com os termos de uso dos *sites*, aplicativos e redes sociais, que permite ser escutado, investigado e assim atravessado pelo controle em um nível nunca antes visto.

Um programa televisivo de grande sucesso e adesão ao público brasileiro, conhecido como BBB (*Big Brother Brasil*), por exemplo, escancara o prisma da sociedade de controle, em que pessoas selecionadas decidem compartilhar um espaço de confinamento vigiadas por diversas câmeras por cerca de três meses. Deste modo, o cotidiano é observado e avaliado por telespectadores/as supostamente anônimos, como as mínimas variações de humor, as contradições nas relações interpessoais, os momentos de descanso, a hora de tomar banho, os batimentos cardíacos são monitorados, nos revelando aspectos íntimos de cada “*brother e sister*” do programa.

Os *reality shows* funcionam a partir de dinâmicas de entretenimento pautados na lógica do controle, mobilizando uma grande massa de espectadores/as que encontram prazer em vigiar, julgar, torcer, vencer. Tais programas operam também na demarcação de modos de existência que são publicizados como “normais” e adequados ou como desviantes e condenáveis. Discursos e imagens que circulam nesses dispositivos contribuem também para a (re)produção e desestabilização de noções estereotipadas de masculinidade e feminilidade, como, por exemplo, a presença na última edição do BBB da cantora trans Linn da Quebrada. Logo, assim como sinalizado no capítulo 2, a partir da premissa da heterossexualidade como

modo “normal” de subjetivação, o sistema de sexo-gênero se articula em meio a um conjunto de representações que se materializam em discursos, enunciados, convenções, normas, práticas, aparatos biomédicos, jurídicos e tecnológicos (De Lauretis, 1994)

Foi o diálogo com parte da obra de Foucault que nos possibilitou pensar a sexualidade como dispositivo, ou seja, como produção de um certo número de tecnologias sociais e aparatos biomédicos. Contudo, a análise crítica do filósofo não se aprofundou em um debate sobre questões mais específicas de gênero, ou seja, sobre modos diferenciados de sujeitos situados como femininos e masculinos existirem, sobre os investimentos conflitantes entre homens e mulheres nos discursos e práticas que compõem o dispositivo da sexualidade. Teresa de Lauretis (1994) complexifica este debate ao analisar noções de gênero como representações produzidas em meio a discursos, epistemologias, práticas institucionalizadas, práticas da vida cotidiana e diversas tecnologias sociais, como, por exemplo, o cinema. A autora, portanto, afirma que as configurações de gênero não existem a priori nos seres humanos, como expressões de uma suposta natureza, mas sinaliza uma perspectiva processual que se articula nas relações sociais por meio de uma complexa rede tecnológica e política.

Para De Lauretis (1994), portanto, perspectivas de gênero que se articulam nos modos de subjetivação, se engendram em meio a discursos e imagens que circulam nas mídias, no cinema, nas escolas, nos tribunais, nas famílias, em práticas artísticas e científicas, entre outros exemplos, sendo este processo constituído também pelas ideologias e teorias que circulam na vida em sociedade. Ao situar os processos de construção de perspectivas representacionais de gênero, De Lauretis destaca em sua análise, por exemplo, maneiras em que a arte e a cultura funcionam como registros constituintes dessas composições.

Tendo em vista os impactos das tecnologias audiovisuais e medicamentosas nos processos de subjetivação, Preciado (2008) analisa modos de gestão da sexualidade e dos gêneros que se articulam no “tecno-capitalismo”. Nomeando a sociedade atual como

“farmacopornográfica”, Preciado situa efeitos da transição da sociedade disciplinar para a sociedades de controle no dispositivo da sexualidade: “(...) *si en el sistema disciplinario decimonónico, el sexo era natural, definitivo, intransferible y trascendental; el género aparece ahora como sintético, maleable, variable, susceptible de ser transferido, imitado, producido y reproducido técnicamente*” (p.82).

Nesta perspectiva, Sibilia (2015, p.72) se refere ao “homem pós-orgânico” como uma nova perspectiva do ser humano, engendrado pelos discursos que circulam nos meios de comunicação, das ciências, das artes. Com as drásticas transformações dos últimos anos, principalmente com o advento da *internet* e do mundo virtual e todas as suas possibilidades, emerge uma noção de homem pós-orgânico que abarca o próprio movimento do ser de um lado, e de outro as operações humanas de utilizar, imitar e ampliar o escopo das capacidades e experiências do corpo. Deste modo, há uma noção orgânica do ser humano, mas também um âmbito artificial e/ou aquele que é recriado ou potencializado por meio da engenharia genética, dos avanços da ciências e das novas tecnologias. Assumindo a importância em dar continuidade neste debate sobre a sociedade farmacopornográfica e homem pós-orgânico em meio às transformações sociais e avanços das tecnologias digitais, tais fluxos serão melhor conectados e problematizados no último capítulo.

A partir do diálogo com De Lauretis, Paul Preciado e Paula Sibilia, situo as redes sociais presentes na atualidade como “tecnologias” que produzem de modos intensivos e disseminados, perspectivas heterocentradas, tradicionais e dissidentes de gênero, articuladas também em meio aos discursos de ódio que circulam nesses aparatos e que estão direcionados a configurações existenciais localizadas na ordem social como desviantes, anormais, monstruosas, como as homossexualidades, sobretudo a transexualidade, como indicado no dossiê publicado pela Associação Nacional de travestis e transexuais do Brasil (Benevides & Nogueira, 2020). Destaco, ainda, a importância do debate interseccional (Akotirene, 2019)

como analisador nesta conjuntura, pois há sistemas raciais, étnicos, geracionais e de classe que se entrecruzam na produção de expressões plurais de ódio nas redes sociais.

Mas de onde e quando surgiu essa rede quase ilimitada de informações e de possibilidades de conexões? Para compreender isso, retorno aos anos de 1960, especificamente nos EUA, em que cientistas do MIT desenvolveram para fins militares uma rede que operaria como um conjunto de computadores autônomos que se comunicavam entre si. O intuito dessa rede descentralizada de computadores interligados, era que a informação pudesse entrar no sistema e trafegar na rede de modo independente, buscando seu próprio caminho até o destino. Desta maneira, a medida poderia resistir a interrupções ou ataques, pois a queda de parte dos computadores não comprometeria a rede (Lins, 2013).

O projeto inicial de uma rede descentralizada foi denominada de ARPANET, porém, foi somente em 1994 que o sistema tornou-se o ambiente de relacionamento virtual que usamos continuamente. Naquele ano, os recursos da rede mundial eram ainda exclusivos do meio acadêmico e de algumas poucas comunidades, porém, passaram a ser disponibilizadas à população em geral. Desde então, quase 30 anos separam o início do uso da *internet* em nível comercial, sendo que o uso da *internet* em escala global possibilitou à sociedade avanços inimagináveis, como o compartilhamento de informações de maneiras rápidas e disseminadas e ao alcance de regiões que antes eram mais isoladas, interferindo cotidianamente na produção de novas novas maneiras de educar, trabalhar, sentir e se relacionar.

Porém, apesar de inúmeros pontos positivos, a *internet* também permitiu a emergência e expansão de maneiras sofisticadas de controle, ao nível íntimo, ininterrupto e nunca antes visto. Atualmente, graças à *internet* e às tecnologias coordenadas por satélites é possível saber a localização quase exata das pessoas, bem como os padrões de consumo, preferências, desejos e comportamentos da população. Os cliques e acessos são monitorados, grande parte dos modos de vida registrados, catalogados, de modo que os algoritmos e cálculos

matemáticos quase conseguem nos antecipar qual o próximo produto que será comprado, qual livro será escolhido, que curso será realizado, qual pessoa iremos nos relacionar (Sibilia, 2015).

Com a internet e a criação do que conhecemos como redes sociais, sendo hoje utilizados em larga escala a exemplo do *Instagram*, *Twitter*, *Facebook* e *Tiktok*, há agora modos diferenciados de fazer circular os discursos. As redes foram planejadas para que os sujeitos passassem uma boa parte do dia as utilizando, em casa, no trabalho, nas viagens, entre outros lugares e momentos. Como uma prática rotineira e viciante, as redes sociais vão se configurando como elementos constituintes dos processos de subjetivação de grande parte da população mundial, que se articulam rolando *feed*, assistindo *stories*, atualizando constantemente as páginas em busca de novos *posts*, imagens, vídeos, memes, danças e outras tantas possibilidades.

Ainda que haja a circulação de tecnologias que implicam na construção de modos de gênero tradicionais e em consonância a configurações normativas, estes aparatos também engendram processos de desestabilização e desconstrução dessas produções, pois noções de gênero irrompem no real, não apenas a partir de processos que implicam na afirmação de determinadas representações conservadoras, mas também por meio de discursos e imagens que desestabilizam a ordem posta, como desvios em potencial (De Lauretis, 1994). De certa forma, as redes sociais contribuem para que nem todo discurso possa ser interditado previamente, pois através dessas há uma confluência de imagens e textos que são postadas em alta velocidade e que rompem, ainda que parcialmente, como parte das normatizações, gerando efeitos diversos, como, por exemplos, a evidência de manifestações de ódio e de expressões de vida dissidentes.

Um caso recente que circulou nas redes sociais e influenciou uma resposta física no local que aconteceu, diz respeito a um episódio ocorrido em novembro do ano de 2021,

quando uma rede de *fast food* decidiu inaugurar um banheiro multigênero, como demonstrado na figura 6, onde qualquer pessoa, independente de sua configuração de gênero, pudesse frequentar. Uma moradora do local se revoltou ao se deparar com tal situação, gravou um vídeo e postou nas redes sociais, sendo que este rapidamente viralizou e se tornou um dos assuntos mais comentados do *Twitter*. No vídeo a mulher diz: “*Eu não admito isso na minha cidade. Não quero usar banheiro com homem, sou contra isso. Quero que todos vigiem. É um absurdo. Criança usa o mesmo banheiro. É o comunismo na cidade de Bauru.*” (Globo, 2021).



Figura 6. McDonald's é comunista, afirma mulher sobre banheiro unissex.

Fonte: Cypreste (2021).

O episódio relatado é apenas um de muitos casos em que há comoção de uma parcela de população que empreende estratégias de controle e vigilância às perspectivas de sexo e gênero dissonantes, situando-as como perigosas, como aquelas que supostamente ameaçam a família tradicional brasileira e a ordem social. Nota-se em suas palavras tons de ameaça, como se o uso do banheiro multigênero ferisse um princípio de segurança, afinal, crianças estariam em perigo em meio a “comunistas” que embaralham noções “naturais” de gênero. A

mobilização foi tão intensa que dois vereadores incomodados com a situação (e interessados na autopromoção política) foram até o local averiguar o acontecimento e postaram nas redes sociais que iriam protocolar projeto de lei que proibisse os banheiros multigêneros, pois confundiriam as crianças e colocaria em risco a vida de mulheres. A então prefeita da cidade de Bauru, Suéllen Rosin, anunciou uma sanção ao estabelecimento por descumprir normas sanitárias (Prefeita de Bauru anuncia, 2021).

Em 2022 foi encontrado um *outdoor* na cidade de Aracruz no estado do Espírito Santo, com um discurso altamente lgbtfóbico, como demonstrado na figura 7, com os dizeres “*A bíblia é a única proteção contra o ativismo LGBTQIA+*” (sic) ao lado de uma imagem que em nossa sociedade representa as figuras de um casal, um homem e uma mulher e duas crianças, um menino e uma menina, sendo protegidos por um guarda-chuva que estaria representando a bíblia sagrada e assim não permitiria que as cores LGBTQIA+ chegassem àquela família. Figuras como as encontradas no *outdoor* também estão espalhadas pela maioria dos banheiros no Brasil e no mundo, em que a perspectiva de gênero masculina está associada a um ícone com uma forma considerada mais “reta” como o que poderia estar associado a usar roupas de cortes mais formais/retos e o gênero feminino representado por um padrão triangular, que foge um pouco de algo mais formal/reto, mas mantém uma certa norma/forma imposta e esperada.



Figura 7. Igreja evangélica promove outdoor contra ativismo LGBTQIA+

Fonte: Universo LGBTQIA+ (2022).

No *print* do *outdoor*, podemos notar noções que atravessam o discurso de ódio, como a centralidade da cosmovisão cristã em que a “bíblia” (sic) é compreendida como a “única” (sic) proteção contra o que poderia ser considerado o “ativismo LGBTQIA+”(sic), representado na imagem com cores coloridas que estão escorrendo em cima de um modelo de família compreendido como natural, que tenta se proteger com o guarda-chuva/bíblia, que não deixa que aquelas cores atinjam aquelas pessoas.

Os discursos de ódio funcionam como expressão de descontentamentos e preconceitos de parcelas significativas da população, por exemplo. Em 2020 o Presidente Jair Messias Bolsonaro, sinalizou que seu governo enviaria um projeto de lei para impedir o ensino de ideologia de gênero nas escolas (Desideri, 2020), pauta que foi utilizada amplamente durante as eleições de 2018, como estratégia para criar um efeito de medo em setores conservadores da sociedade e também um modo de combater o ativismo LGBTI+ no âmbito da educação, ao situar a reivindicação desses direitos a risco da sociedade e, principalmente, das crianças.

Recentemente, a professora e vereadora mais votada da história de Belo Horizonte, Duda Salabert, sofreu uma série de ameaças em suas redes sociais, visto que relatou que perdeu o cargo de professora na escola em que lecionava em 2021, pois enviaram e-mails para a instituição ameaçando transformar o local em um “mar de sangue” caso a professora continuasse dando aula. Neste ano, Duda relata que continua recebendo e-mails de ameaças com frases indigestas como: “*Perder seu emprego foi só o começo, na próxima vez você vai perder sua vida*” (Sic). A figura 8 também se materializa como expressão de ódio. em relação a corpos situados como dissidentes:

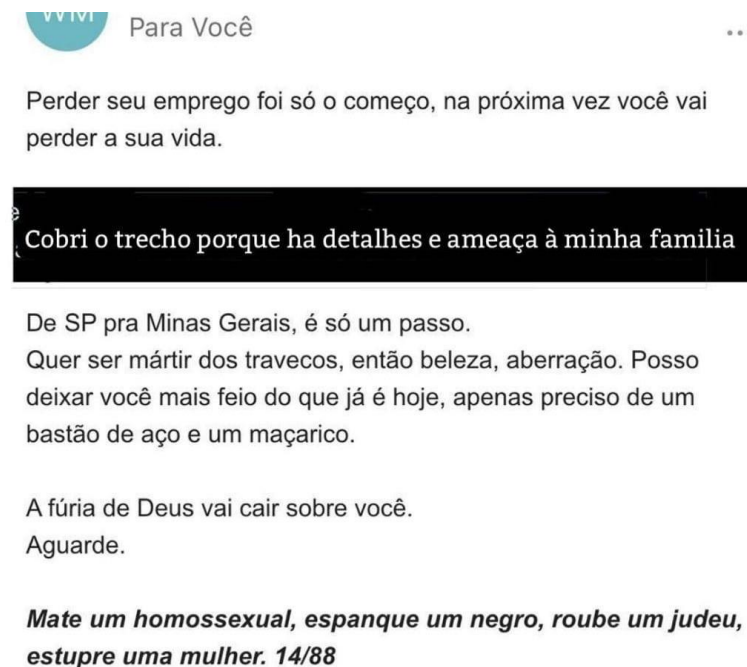


Figura 8. Ameaça de morte à Duda Salabert de grupo neonazista.

Fonte: Duda Salabert (2022).

Contudo, postagens como as supracitadas também implicam em movimentos de resistência, como o fato de a vereadora Duda Salabert ser a mais votada da história de BH e possuir atualmente cerca de 182 mil seguidores em sua página na rede social *Instagram*. A vereadora também utiliza de sua influência para se candidatar a deputada federal, debater sobre o veganismo, além de divulgar conquistas de seu mandato e de projetos sociais que realiza na cidade.

Há diversos exemplos de pessoas LGBTI+ que usam as redes sociais como canais de expressão e luta por direitos, reivindicando que seus corpos ocupem espaços sociais e virtuais e que sejam vistos e respeitados. Outras pessoas LGBTI+ têm tido visibilidade na música brasileira e ao redor do mundo, no âmbito da educação, nas ciências, na política, nas artes, nas mídias, filmes, séries, novelas e etc. Corpos que suscitam modos plurais e estratégicos de resistência, como no movimento articulado no filme *Matrix 4*, que mesmo em um ambiente simulado e aperfeiçoado para controlar os corpos, há sempre possibilidades de escape dos controles das máquinas e do cis-tema que insiste de modo reiterado em tentar oprimir determinados corpos.

No próximo capítulo, apresento os aspectos metodológicos, viajando por fluxos que corroboram para a análise proposta nesta investigação. Em um primeiro momento, convido o leitor para viajar pela noção de pesquisa qualitativa, acessando conceitos importantes nesta investigação, como linguagem, processos de subjetivação e enunciados. No segundo fluxo ou momento, adentro nos aspectos da pesquisa documental e no delineamento dos processos de coleta e análise de conteúdos compartilhados no *Instagram* e *Twitter*.

4. FLUXOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresento fluxos metodológicos que subsidiam esta investigação, que problematiza enunciados que circulam em discursos de ódio dirigidos aos sujeitos LGBTI+ em duas redes sociais brasileiras. Parto do pressuposto que a circulação desses discursos têm consequências nefastas no Brasil, como, por exemplo, o acirramento de polarizações entre a população e a (re)produção de noções de abjeção, que implicam em efeitos plurais, como violências verbais e, em alguns casos, físicas.

As experiências humanas são complexas, pois as relações sociais se produzem e se atualizam de modos múltiplos em meio a condições culturais, sociais, políticas e tecnológicas específicas. Assim, a perspectiva qualitativa possibilita que esta pesquisa possa explorar mais profundamente manifestações odiosas que tem se estabelecido nas redes sociais. Neste sentido, a pesquisadora Mansano (2012) sinaliza que o viés qualitativo considera diferenças que não admitem respostas absolutas, ou seja, permite acompanhar “a incessante produção das experiências, incluindo aí o experienciar do próprio pesquisador” (Mansano, 2012, p.6).

Nesta investigação, situo a produção biopolítica das manifestações odiosas expressas no âmbito virtual como parte da subjetividade circulante nas redes sociais que serão analisadas. Para tanto, parto de uma noção processual de entendimento da noção de subjetividade, ou seja, dialogo com a perspectiva de processos de subjetivação que se produzem nos “encontros intensivos com o outro”. (Mansano, 2009, p.116). Este outro, situado como social, se articula nas relações entre os/as sujeitos, nas vivências que se desenham na vida em sociedade, nos encontros com múltiplos componentes que interferem nesta produção como discursos, tecnologias, relações institucionais, entre outros exemplos.

Assim, parto do pressuposto que a problematização sobre processos subjetivos contemporâneos implica, necessariamente, na análise sobre contextos sociais, políticos, econômicos, tecnológicos, entre outros, que os constituem. Nesta perspectiva, me deparo com

analísadores que sinalizam aspectos diversos da dinâmica social, os quais, em um estudo com variáveis padronizadas, permaneceriam ocultos, como, por exemplo, a complexidade de discursos que circulam nas redes sociais.

Quando se trata das relações sociais, principalmente no ambiente virtual, há uma série de elementos que podem impactar a coleta de dados, as problematizações e conclusões. Dentre esses elementos, destacam-se a subjetividade do/a pesquisador/a, atravessamentos históricos e as dinâmicas sociopolíticas. Para tanto, a compreensão qualitativa possibilita o diálogo com algumas noções conceituais e estratégias de pesquisa importantes para alcançar os objetivos desta dissertação, que sinalizarei ao longo deste capítulo.

Butler (2021) analisa a importância da linguagem na constituição do sujeito, sendo os modos como este é chamado (interpelado) à condição de sua existência. É a partir do chamamento do Outro que nos constituímos, sendo os modos de nomeação articulados a termos (sociais, culturais, políticos, entre outros) de legibilidade e da inteligibilidade presentes em cada tempo histórico. A linguagem, portanto, não se articula apenas como uma maneira de expressão, mas também como condição de possibilidade do sujeito falante. “Isso significa que o sujeito tem sua própria “existência” implicada em uma linguagem que precede e excede o sujeito, uma linguagem cuja historicidade inclui um passado e um futuro que excede o sujeito que fala” (p.55).

Deste modo, a linguagem é pensada em sua dimensão produtiva, como ato que tem consequências, uma performatização com efeitos, sendo que uma “(...) língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis - um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos” (Foucault, 2008, p.30). Assim, a problematização de parte dos enunciados presentes em discursos de ódio que circulam nas redes sociais implica em considerar condições históricas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas que possibilitam suas emergências.

Os enunciados para Foucault (2008) são situados como produções históricas e políticas, o que implica que as condições de sua existência tenham de ser problematizadas de modo contingente, na relação com outros enunciados. Deste modo, deve-se considerar que todo o enunciado está inserido em um contexto, condições e regras que possibilitam o seu aparecimento, sendo sua existência necessariamente imbricada a outros enunciados. Ressalto, ainda, que:

o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição de seu valor de verdade (Foucault, 2008, p. 104)

Compreendo que os processos de subjetivação estão interseccionados a “verdades” que impregnam sutilmente o nosso cotidiano, articuladas a sistemas políticos, tecnológicos e culturais. Logo, esta pesquisa dialoga com autoras/es como Judith Butler que problematizam os processos de produção de perspectivas de sexualidade e de gênero em vieses pós-identitários, plurais, heterogêneas e contingentes (Haraway, 1995; Butler, 1998), apresentando o panorama das redes sociais no Brasil como principal campo de análise.

Em uma breve investigação pelas redes sociais, noto que discursos odiosos se manifestam principalmente por mensagens de texto e visuais. Desse modo, torna-se necessário o uso de uma estratégia metodológica que possibilite coletar e posteriormente analisar essas mensagens. Para obter este intento, a estratégia escolhida foi a pesquisa documental, que “consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que não foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos” (Guba & Lincoln, 1981 como citado em Kripka, Scheller & Bonotto, 2015 p.58).

As fontes documentais, segundo o psicólogo e sociólogo alemão Uwe Flick (2009, 234), podem ser compreendidas como “meios de comunicação”, pois foram elaboradas com propósito e finalidade, sendo destinadas para que alguém possa ter acesso às mesmas. Para Spink e Medrado (2013), às mídias (compreendidas aqui como mídias sociais digitais) são instrumentais na produção de modos de pensar situados como modernos, conferindo visibilidade sem precedentes aos acontecimentos, se tornando um meio poderoso de criar e fazer circular conteúdos simbólicos, inclusive a circulação de discursos de ódio.

A pesquisa documental permite, portanto, ter acesso a documentos de domínio público que, segundo Spink e Medrado (2013), são componentes significativos do cotidiano, registros de relações que se articulam de modo coletivo. Orientar-se através da pesquisa documental possibilita acesso a “traços de ação social e a própria ação social” (Spink & Medrado, 2013, p.102), ou seja, contribui no processo de problematização de modos de subjetivação que se tecem, por exemplo, nas redes sociais brasileiras como marcadores temporais e sociais e que se materializam em vídeos, áudios, fotografias, *posts* e etc.

Nesta pesquisa, considero parte das redes sociais¹¹ destacadas e seus conteúdos como documentos de domínio públicos, ou seja, produtos sociais acessíveis a toda a população. Considero a importância e desafio de analisar sentidos que se produzem nas entrelinhas dos discursos odiosos que circulam nesses aparatos tecnológicos, afinal, “tudo tem algo a contar, o problema maior é aprender a ouvir” (Spink, 2013, p.112). Considero, ainda, a importância de problematizar parte das condições históricas e sociais que na atualidade possibilitam a emergência desses discursos, sendo este debate aprofundado nos próximos capítulos.

No que se refere mais especificamente às produções de gênero, De Lauretis (1994) problematiza aparatos tecnológicos, como o cinema, que operam na reprodução e propagação

¹¹ Serão coletadas publicações disponíveis em redes sociais abertas ao público.

de noções tradicionais e dissidentes de masculinidades e de feminilidades, sendo estas consumidas de modos diferenciados pela população. Neste sentido, a partir da localização das redes sociais como “tecnologias de gênero” (De Lauretis, 1994), considero que a pesquisa documental auxilia na realização desta investigação, conferindo a possibilidade de compreender a importância dos aparatos tecnológicos nos processos de produção de subjetividades/realidades.

Opto pela pesquisa documental valendo-me de documentos de domínio público coletados especificamente nas redes sociais *Instagram* e *Twitter*. O recorte temporal, territorial e histórico para selecionar e analisar enunciados presentes em discursos de ódio nas redes sociais, envolveu os anos de 2020 a 2022 no Brasil. O período foi escolhido a partir de alguns critérios, apresentados a seguir.

Primeiro, considerei, assim como já sinalizado na introdução, dados apresentados pela Organização Não Governamental *SaferNet* Brasil (2021), que através de dados disponíveis em seu *site*, indicou um aumento de denúncias de casos de homofobia e incitação a crimes contra a vida nas redes sociais a partir do ano de 2018. Destaco que, neste ano, o Brasil vivia o cenário das disputas eleitorais que culminou na eleição de um governante de extrema direita no país. Além disso, o ano de 2020 foi marcado por medidas de isolamento social, devido à pandemia do Coronavírus, como recomendou o Conselho Nacional de Saúde (Recomendação nº 022, 2020), estimulando o aumento das relações não presenciais, por meio de redes sociais e outras mídias virtuais.

Nestas redes foram selecionadas *posts* (ou trechos de discursos) que tratam de questões relacionadas às pessoas LGBTI+ como notícias, reportagens, comerciais ou ainda sobre leis e direitos que afetam diretamente esse público, pois as configurações sexuais e de gênero consideradas normais ou anormais “(...) entram no cálculo do poder, fazendo dos

discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida.” (Preciado, 2011).

Logo, me questiono acerca de noções de abjeção relacionadas à população LGBTI+ que enunciados presentes em discursos de ódio do *Instagram* e *Twitter* (re)produzem e fazem circular. Para Silva et al. (2009), o espaço de pesquisa é orientado pela própria natureza do estudo e a localização dos documentos podem ser diversas, sendo que a delimitação exige que se tenha uma distinção do tipo de informação e seleção de fontes adequadas. Logo, esta pesquisa dividiu a coleta de dados em dois momentos, a saber: a atividade de coleta e a pré-análise do documento.

A atividade de coleta foi orientada pela busca e observação de mensagens escritas por usuários, de cunho pejorativo, irônico ou que ofenda pessoas LGBTI+. A busca das mensagens se organizou através de um aparelho celular e de um *notebook* e, durante a leitura das postagens nas páginas propostas, foram realizadas capturas de tela da mensagem, tomando o cuidado para não revelar os/as usuários/as da plataforma em questão. Com as capturas de tela organizadas em um arquivo único de maneira virtual e separados por ano e plataforma.

Em seguida, foi realizada a pré-análise que, segundo Silva et al. (2009), “tem o objetivo central de averiguar a veracidade e credibilidade dos documentos adquiridos e a adequação destes à finalidade do projeto”. Para tanto, uma releitura do material coletado foi empreendida, verificando sua importância e relevância para o andamento da pesquisa. Após a pré-análise foi realizada uma ordenação e classificação dos dados de acordo com conteúdos (noções) que se repetiam nas mensagens, os dividindo em duas categorias de análise apresentadas a seguir. Para Minayo, Deslandes e Gomes (2009), o tratamento do material conduz a pesquisa na busca da lógica peculiar do grupo ou categoria a ser analisada,

possibilitando a localização (e criação) de códigos sociais, a partir de falas, símbolos e observações.

Com os dados tratados, segui na análise propriamente dita, problematizando discursos de ódio nas redes sociais a partir de autores e autoras de referência na Psicologia Social e nos Estudos de Gênero, mais especificamente em diálogo com os estudos *queer*. A problematização dos conteúdos selecionados nas redes sociais *Instagram* e *Twitter* foram organizados a partir de duas categorias de análise (Barros, 2011), a noção de desvio e a noção de perigo.

Os estudos *queer* emergem como crítica (e denúncia) aos impactos das tecnologias de normalização em corpos situados no ordenamento social como dissidentes. Pereira (2015) afirma ser uma teoria impura, improvável, que transgride possibilidades para além da construção binária de sexo, repensando ontologias e opondo-se às epistemologias cis-hetero que dominam a maior parte do campo de produção científica. A presente pesquisa afirma, portanto, a importância da problematização da produção de perspectivas de gênero de modos localizado e interseccional, ou seja, enxergando a colisão das múltiplas estruturas de opressão que perpassam os corpos, em uma simultânea interação de avenidas identitárias. Logo, parto da análise de gênero tendo como referência que este marcador está interseccionado a outros marcadores sociais de diferença como raça, classe, geração, entre outros, que implicam em processos de classificação e hierarquização. (Akotirene, 2019).

Tendo apresentando os fundamentos metodológicos da pesquisa, parto para a escrita do último capítulo, que debaterá sobre a produção biopolítica do ódio nas redes sociais anunciadas, tendo também como referência a problematização da noção de abjeção articulada por Judith Butler.

5. CORPOS QUE (NÃO) IMPORTAM - DOWNLOADS CRÍTICOS DOS DISCURSOS DE ÓDIO

Neste capítulo final, debato sobre enunciados de ódio direcionados às pessoas LGBTI+ nas redes sociais *Instagram e Twitter* entre os anos de 2020 a 2022. Parto da perspectiva de que o ódio voltado a população LGBTI+ se produz exatamente por essas pessoas serem circunscritas em um sistema de sexo-gênero como abjetas, ininteligíveis, desviantes (Butler, 2019). Tais configurações implicam na premissa de risco ao ordenamento social, na medida em que desestabilizam pressupostos heteronormativos que são apresentados como naturais.

Para tanto, em um primeiro momento, analiso a noção de ódio e amplio a discussão sobre abjeção, situando estes operadores conceituais como produções biopolíticas e interrelacionados nesta investigação. Em seguida, com o objetivo de problematizar maneiras como enunciados odiosos estão alicerçados em perspectivas de inteligibilidade que ganham materialidade nas redes sociais *Instagram e Twitter*, dou continuidade ao debate a partir de duas categorias de análise do material coletado, a saber: a noção de desvio e a noção de perigo. Por fim, problematizo, ainda que pontualmente, sobre modos como essa população resiste a tais enunciados.

5.1. Ódio e Abjeção: O Sistema De Sexo-Gênero Como (Re)produção Biopolítica.

No século XXI, assim como analisa o filósofo e professor Húngaro, residente no Brasil, Peter Pál Pelbart (2000), nos deparamos a todo momento com o surgimento de novos elementos tecnológicos, imagéticos e políticos que interferem sobremaneira nos modos de vida da população e na constituição de perspectivas de realidade. Neste cenário, me chama a atenção a intensidade com que as redes sociais vem ocupando espaço no cotidiano e, em

destaque, maneiras como discursos de ódio que circulam nestes aparatos operam na produção de noções de abjeção relacionadas à população LGBTI+, incitando práticas de violência e de preconceito.

Butler (2019) enfatiza que os corpos são constituídos na linguagem, de maneira que o constructo “sexo” funciona como norma, como “ideal regulatório” (Foucault, 2014). É a partir dessa perspectiva normativa que o sujeito é posicionado como viável, ou seja, “o que qualifica um corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural” (Butler, 2019, p.21). Nesta mesma matriz de pensamento, há configurações existenciais que são assinaladas no campo da abjeção como zonas inabitáveis da vida social, sendo constantemente hostilizadas e excluídas. São os considerados corpos anormais, dissidentes, que são posicionados como tal mediante a uma série de elementos que operam na sociedade, como, em destaque na presente investigação, os discursos de ódio.

Nesta dissertação compreendo o ódio como um afeto triste, na medida em que o ódio “envolve a tristeza e dela também procede” (Deleuze, 2017, p.167), diminuindo a potência de ação dos corpos. Os afetos, sejam tristes ou alegres, estão presentes no cotidiano e constituem os campos subjetivos e sociais, estando conectados aos fluxos que se desenham nas complexas relações sociais. Deleuze (2017) relata através de um amplo estudo da filosofia de Espinosa, que o ódio é um afeto que nasce da tristeza e se encadeia com outras paixões como a antipatia, o escárnio, desprezo, inveja, cólera, etc.

Logo, essa linha da tristeza será apenas supostamente interrompida com a destruição do objeto odiado, que permitirá sentir a alegria que aumenta a potência de agir (Deleuze, 2017). Essas alegrias, Deleuze as chamam de parciais ou indiretas e não são suficientes para romper o encadeamento do ódio, pois a potência de agir através desse processo pode aumentar somente até certo ponto, mas não possui o pleno poder de suprimi-lo. A tristeza, portanto, tem relação com a potência de agir do sujeito e desta forma o ser humano faz de tudo para afastar essa tristeza e destruir o objeto que seria a causa da mesma.

Deste modo, se a destruição da coisa odiada acontece no campo das relações sociais,

há a necessidade de articular um meio para concretizar esse ódio. Nesse aspecto, considero que os enunciados odiosos nas redes sociais operam como meios para se obter a destruição, ainda que parcial, dos objetos que geram tristeza, no caso a população LGBTI+. Como sinaliza Butler (2021, p.33), “o que o discurso de ódio faz, então, é constituir o sujeito em uma posição subordinada”, sendo que inferiorizar a população LGBTI+ implica na tentativa de diminuir a potência desta de agir, gerando discursos ressentidos, medos, adoecimentos psíquicos, entre outros exemplos.

Deleuze (2002), ao dissertar sobre a relação entre tiranos e escravos, em antigos regimes monárquicos, demonstrou o vínculo odioso que se estabelecia entre essas figuras:

O tirano precisa da tristeza das almas para triunfar, do mesmo modo que as almas tristes precisam de um tirano para se prover e propagar. De qualquer forma o que os une é o ódio à vida, o ressentimento contra a vida. A Ética traça o retrato do homem do ressentimento, para quem qualquer tipo de felicidade é uma ofensa, e faz da miséria e da ofensa sua única paixão. (p.31)

Corroborando com as definições de Deleuze (2002; 2017) e de Butler (2021), compreendo também o ódio como um afeto que têm implicações políticas e sociais, sendo elemento que atravessa corpos, grupos e podendo influenciar os rumos políticos de uma nação, como a escolha de um presidente. Assim é importante ressaltar uma tentativa, ainda que parcial, de dialogar com uma noção de ódio, levando em conta as contribuições de Deleuze, mas também reconhecendo a complexidade de sua obra, de modo que este diálogo não cabe em somente alguns parágrafos. Isto posto, convido outras autoras como a filósofa brasileira Márcia Angelita Tiburi (2020) que considera que os afetos são aprendidos e, portanto, compartilhados entre pessoas, de modo que o afeto odioso faz parte dos processos cognitivos e da formação subjetiva. Se o ódio pode ser compartilhado e aprendido, também pode ser manipulado, como pontua Tiburi (2020, p. 34) ao afirmar que se os “discursos de incitação à violência” são uma das formas de expressão do ódio, podendo ser transmitidos de

maneira “vertical”, quando transmitidos por líderes políticos e sociais, publicitários, jornalistas ou por todos aqueles que detêm o discurso “podem ligar essa máquina incitando o ódio”.

Porém, Tiburi (2020) afirma que somente o elemento “vertical” não sustenta o afeto odioso de modo efetivo, pois este para persistir precisa de uma engrenagem horizontal, e, portanto, precisa ser compartilhado entre pares, como um fomento do ódio ao outro. Em uma direção similar, a filósofa alemã Hannah Arendt observou um período da história da humanidade em que houve o aumento do ódio e da negação do outro, e nos alertou que o “ódio ... começou a desempenhar um papel central nos negócios públicos de todos os países, de modo que o cenário político ... assumiu uma atmosfera sórdida e estranha de briga em família.” (Arendt, 2012, p.300). Por consequência, tendo em vista que o ódio constitui as diversas dimensões do tecido social desde a política até o âmbito familiar, a sociedade do século XX passou por períodos tenebrosos, como a segunda guerra mundial e a ascensão do nazismo e fascismo em alguns países europeus.

O ódio como afeto que assume uma dimensão política, portanto, tem a capacidade de unir, como Deleuze (2002) nomeia, os homens do ressentimento. Ao analisar a conjuntura política atual no Brasil, marcada pelo fortalecimento dos movimentos de extrema direita, entendo que enunciados odiosos assumem uma função estratégica de produzir modos de exclusão de existências que se configuram como dissidentes aos imperativos sociais, como, por exemplo, as pessoas LGBTI+ e/ou aqueles(as) que se somam nas lutas ditas progressistas nos campos político e social.

Ressalto, ainda, que o discurso de ódio que se materializa em enunciados nas redes sociais tem relação com a linguagem que atravessa e constitui os corpos. Tiburi (2020) ressalta que a linguagem circula na sociedade e tem efeitos na produção das subjetividades,

“forjando-as e sendo forjada por elas” (p.23). É através da linguagem e, principalmente, dos diálogos que os seres humanos praticam o que consideramos política. Quando os discursos de ódio entram em cena, há a perda da dimensão do diálogo, pois o outro é reduzido, não sendo reconhecido. A autora relata que há pessoas que podem ser consideradas “fascistas” (p.24), na medida em que são capazes de olhar para o outro com tanto ódio a ponto de negá-lo, de não reconhecê-lo, produzindo sobre este um conjunto de “verdades” distorcidas.

Levo em consideração o termo fascista representando aquelas pessoas que de modo deliberado negam a dimensão do outro situado como diferente, que não querem dialogar, entender, compreender e/ou imaginar a perspectiva existencial do outro (Tiburi, 2020). Pondero que nem toda pessoa LGBTfóbica é fascista, mas acredito que algumas características, como as supracitadas, refletem uma conexão entre a negação e exclusão das pessoas LGBTI+, como podemos observar na figura 7 situado na página 44 desta dissertação, que demonstra o e-mail recebido pela então deputada federal eleita por Minas Gerais no pleito de 2022, por um grupo declaradamente neonazista.

Deste modo, Butler (2021) analisa que a linguagem constitui o sujeito também por mecanismo de forclusão, uma espécie de censura extraoficial violenta que circunscreve sujeitos aptos (ou não) à sobrevivência. Assim, a linguagem materializa o sujeito em circuitos possíveis de reconhecimento sociais, que se organizam também a partir da demarcação de quem está fora destes, ou seja, no campo da abjeção.

A autora assinala que a “linguagem opressiva é a violência e não uma mera representação da violência” (p.23), ou seja, o discurso de ódio exerce uma função interpelativa, sendo que este “(...) não apenas produz uma injúria, dentre suas possíveis consequências, mas constitui uma injúria em si mesmo, transformando-se em uma forma inequívoca de conduta” (p.47). Logo, é no próprio proferimento do discurso de ódio que ocorre a performatização da injúria, sendo entendida por Butler como um processo de subordinação social.

Ao meu ver, processos de performatização de injúria atingem de modos evidentes

corpos LGBTI+ que ganham maior destaque nas redes sociais ou em sites de notícias, como no caso que vem acontecendo desde 2014 em redes sociais como *Facebook* e *Twitter* envolvendo a associação de mensagens com o incentivo à pedofilia a imagem do jornalista e ex-deputado federal Jean Wyllys. É importante destacar que Wyllys é um homem que se reconhece publicamente como gay, além de ser pardo e nordestino, sendo que no Brasil o racismo estrutural e o ódio aos nordestinos também se materializam em práticas diversas no cotidiano.

No ano de 2020 em seu *twitter*, a plataforma de combate à desinformação e educação midiática Lupa desmentiu tais associações, como demonstrado na figura 9, que sinaliza a falsidade da notícia de que o deputado teria proferido certas mensagens de apoio à pedofilia. Destaco que as *fake news* que circularam nas redes com relação à Wyllys geraram uma série de ataques materializados em mensagens e fotos atacando o ex-deputado federal, de modo que tais injúrias aconteceram desde quando ele foi eleito deputado federal e passado alguns meses ou anos, as mensagens caluniosas ainda voltam com roupagens atualizadas.



Figura 9. Informação falsa acerca de Jean Wyllys

Fonte: Agência Lupa (2020).

A figura 9 também demonstra como o discurso de ódio tem operado nas redes sociais, há uma construção que parece ser factual, pois associa a imagem de uma pessoa, na maioria das vezes uma figura pública, a uma frase que teria sido dita por ela. No caso da imagem foi: *“A Pedofilia é uma prática normal em diversas espécies de animal, anormal é o seu preconceito”*(sic), assim neste enunciado temos o uso da noção de normal/anormal, como se o então Jean Wyllys quisesse normalizar a prática da pedofilia entre os seres humanos. Além disso é importante ressaltar que não é difícil encontrar associações de pessoas LGBTI+ à questão da pedofilia nas redes sociais, pois a lógica discursiva do ódio e preconceito parece querer associar algo intragável e criminoso como a pedofilia à sexualidade.

Em uma busca no *Twitter* através da *hashtag: Jean Wyllys pedófilo e Jean Wyllys*, tive contato com mensagens que transcrevo para exemplificar o debate - *“Esse Jean Willis é um pedófilo sem vergonha”* (sic); *“Quem é pior Jean Willis, um pedófilo, ou quem votou nele”* (sic); *“Aí toma uma enrabada de um pedófilo e vira um Jean Willis”* (sic); *“é um estorvo para o mundo. Tudo que tem de pior nesse ser ko-varde e mal k-rater se vc procurar acha. Fez um favor sair do Brasil. E pensar que um preservativo teria evitado isso.”* (sic) Logo, a circulação de uma notícia falsa acerca do Wyllys fez crescer uma onda de mensagens de ódio contra ele, culminando em uma decisão judicial de 2018 que condenou o então deputado federal Alexandre Frota a pagar multa por atribuir a fala falsa de pedofilia nas redes sociais (Tomaz, 2018).

Wyllys (2016), em entrevista para a revista *Lacuna*, nos lembra que o discurso de ódio, a Lgbtfobia e tantas outras formas de discriminação e exclusão são expressões que se constituíram historicamente. Logo, *“o Brasil é um país formado sob o signo da violência: a princípio de colonos portugueses e espanhóis contra os povos originários; depois contra os*

povos da África subsaariana trazidos para cá como escravos e contra seus descendentes” (Wyllys, 2016). O ex deputado ressaltou, ainda, que desde quando o Brasil foi invadido e tornado colônia de Portugal, vem se configurando maneiras diversas de se perpetuar o poder colonial, através da monarquia portuguesa, dos coronéis da velha república, da constituição de um Estado Novo, durante a Ditadura Militar, entre outros exemplos. Expressões de violências reais e simbólicas praticadas por setores hegemônicos da aristocracia à burguesia em nome de seus privilégios e riquezas, não muito diferente do que vemos hoje no âmbito político, principalmente no (des)governo do Brasil de Jair Bolsonaro.

O processo de colonização brasileira foi constituído por desigualdades raciais, étnicas, lgbtfóbicas, entre outras, pautadas em concepções cisheteronormativas e eurocentradas. Logo, a mulher trans, ativista e secretária da articulação política da ANTRA Bruna Benevides e a professora e geógrafa Sayonara Naider Bomfim Nogueira (2021, p.5) afirmam, por exemplo, que a “transfobia é irmã do racismo, são filhas dos mesmos pais. Constituintes do projeto colonial”. Esse projeto político, consolidado em nosso país, encontrou terra fértil para frutificar e operar através de uma série de práticas de normalização de modos específicos de subjetivação. Logo, é evidente que há uma “multidão” de corpos que sofrem o efeito desse poder, são os considerados (des)viados, anormais, selvagens, não humanos, aqueles que escapam, ainda que parcialmente, de configurações cisheterocentradas. (Preciado, 2011).

Ao me deparar com algumas postagens no *instagram* acerca de notícias ou leis que visam proteger a população LGBTI+, noto que o ódio também é direcionado para quem está unindo forças em aliança aos movimentos de luta, como no caso da então deputada federal Natália Bonavides que, no final de 2021, ao sinalizar em sua rede social no *Instagram* *@nataliabonavides* o protocolo de um projeto de lei que visa proteger as pessoas LGBTI+ na oficialização da relação em um casamento, evitando que sofram discriminação na hora de ter

seu matrimônio declarado, sofreu uma série de injúrias, como nas imagens e frases exemplificadas abaixo e que foram repostadas por ela mesmo em seu instagram.

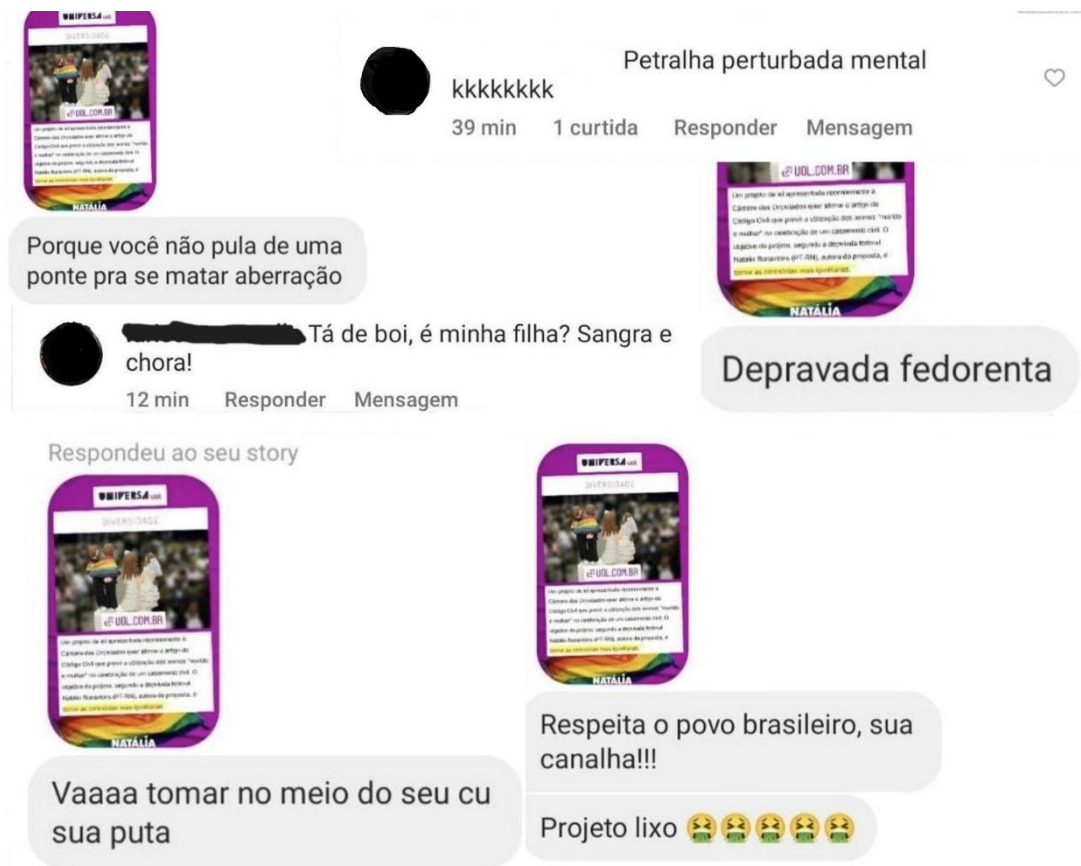


Figura 10. Enunciados de ódio no instagram de Natália

Fonte: Natalia Bonavides (2021).

Os enunciados apresentados na figura 10, sinalizam que defender a causa LGBTI+ também implica em ser considerada uma pessoa anormal, sendo Natalia associada à “aberração” (sic) “puta” (sic), “depravada” (sic), “fedorenta” (sic), “canalha” (sic) e ainda “perturbada mental” (sic). Estes modos pejorativos de nomear são ainda articulados ao desejo de que estes corpos sofram ou morram, o que se torna visível em frases como “sangra e chora” (sic) e “porque você não pula de uma ponte para se matar” (sic). Também pode-se observar o pedido de grupos conservadores por respeito, como se um projeto de lei para garantir a defesa de pessoas LGBTI+ ferisse o povo brasileiro.

De modo que não somente a Natália Bonavides sofre injúria e desqualificação, mas o projeto de lei dela é questionado como “*projeto lixo*” (sic), podendo ser compreendido como algo a ser descartado, excluído, assim como acontece na LGBTfobia propriamente dita, que situa as pessoas LGBTI+ como descartáveis, não pertencentes a um lugar social “limpo” visto que aquilo que pode ir para o lixo, em geral, está sujo, usado, destruído, reduzido. Outro ponto importante vislumbrado no conjunto das imagens e frases supracitadas, a partir de uma análise interseccional, é que a Natália, por ser mulher, sofre determinadas injúrias misóginas, por meio de xingamentos direcionados às mulheres, como as palavras “*puta*”(sic) e “*depravada*”(sic). Enunciados que circulam nestes xingamentos em específico estão articulados com a premissa de que Natália se apresenta como uma expressão desviante de uma natureza dita feminina e de papéis esperados de uma mulher. Na medida em que ela não cumpre ou atende as expectativas heteronormativas de passividade feminina, ela é vista como estando à margem, ou ainda em condição de perversão e corrupção, como uma mulher desviante.

Deste modo, Butler (2019) pondera que no processo de problematização de discursos de ódio, não basta um simples exame das palavras, mas remete, necessariamente, a importância da análise de condições que possibilitam a emergência de determinados enunciados que operam na vida em sociedade como injúrias. Assim, “(...) para que a ameaça seja efetiva, ela requer certas condições e um lugar de poder pelo qual seus efeitos performativos possam ser materializados” (p.28). Nesta perspectiva, questiono o quanto a noção de casamento está interseccionada a uma premissa deste enquanto um direito heteronormativo, afinal, mesmo que a deputada Natalia reivindique seguridade em nome de um valor conservador, o casamento, ainda sim é alvo de discursos de ódio por conceber o matrimônio como um direito constitucional de casais homoafetivos.

Na relação com a pesquisa em questão, analiso a produção biopolítica do ódio a partir do paradigma da diferença sexual, que está alicerçado em um sistema de sexo-gênero (Butler, 2001) que assinala a heterossexualidade como modo “normal” de subjetivação e as homossexualidades como desviantes. Ou seja, a matriz heterossexual se apresenta como um contrato social (heteronormatividade), um regime político de regulação da vida, de maneira que este sistema pronuncia que modos “normais” de subjetivação mantêm, necessariamente, uma linearidade causal entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (Butler, 2019).

Neste aspecto, o pênis é vinculado à masculinidade de um homem que exerce a heterossexualidade situada como ativa e superior. Em relação a mulher, a vagina se vincula a uma noção de feminilidade representada como inferior/submissa/passiva. Tais construtos ficcionais estabelecem e “justificam” uma série de (im)possibilidades de acesso e circulação de homens e mulheres na vida em sociedade. Assim, modos de vida considerados “adequados”, “sensatos”, “civilizados” e “naturais” em relação a homens e mulheres estão, impreterivelmente, imbricados à práticas discursivas que operam em conluio a sistemas políticos, científicos, jurídicos e morais (Butler, 2001).

As normas regulatórias que materializam a diferença sexual, contudo, necessitam de processos de reiteração forçada das mesmas através do espaço e do tempo, para que permaneçam circulando e operando na vida em sociedade. Butler (2001) articula a noção de performatividade de gênero que, em suas palavras, é “uma prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (p.111). Portanto, as normas que regulam a categoria “sexo” atuam de modo performativo através dos corpos, para construir a materialidade da diferença sexual que fundamenta e consolida o imperativo e centralidade da heterossexualidade. A necessidade dessa reiteração é um sinal de que a materialização do sexo nunca está completa, pois os corpos têm a potencia de escapar, ainda que parcialmente, das normas impostas.

É evidente a formação de uma matriz excludente que regula aqueles que podem ou não ser considerados sujeitos (de direitos). Butler (2001) afirma que o abjeto é aquele que escapa ao domínio de “sujeito”, sendo circunscrito a zonas inóspitas e inabitáveis da vida cultural/social. A abjeção forma um exterior relativo ao domínio do sujeito, sendo que estar excluído, ou seja, na zona do inabitável, torna-se um modo de existência dito anormal. As forças de exclusão e da abjeção, portanto, produzem um exterior abjeto, fundante do sujeito dito normal, como seu próprio repúdio “sem o qual o sujeito não pode emergir” (Butler, 2001, p.112),

A norma (centralidade) que se estabelece remete ao homem branco, heterossexual, morador de regiões centrais e cristão, como referência que não precisa ser nomeada. Aqueles que não obedecem a essa norma são marcados como “Outros”, sendo definidos e identificados a partir da referência imposta. Nessa matriz de inteligibilidade, a mulher heterossexual, sobretudo a mulher negra, é representada como inferior ao homem, como um “segundo sexo”, e aqueles representados como LGBTI+ são circunscritos como desviantes da norma heterossexual (Louro, 2000).

Esses discursos excludentes que atuam nos processos de reprodução da materialidade dos corpos e das performatividades normativas de gênero reafirmam o paradigma da diferença sexual em possibilidades de identificação sexuadas a partir de uma heteronorma, ou seja, são efeitos de dinâmicas de saber e de poder que operam através de normas regulatórias, que Foucault (1978) localiza de “biopoder”, como tecnologia de controle dos corpos que perpassa desde a questão da sexualidade até a higiene, alimentação, costumes, etc.

A análise do biopoder a partir da perspectiva de Michel Foucault (1978) nos auxilia a compreender as relações de poder que se manifestam na sociedade contemporânea. Sibilia (2015, p.10) compreende o biopoder como “um feixe de vetores que focalizam diretamente a

vida com o intuito de engendrar determinadas formas corporais e subjetivas”, portanto, configurando um complexo campo de forças que funcionam como redes de relações que se inter cruzam na produção de (des)prazeres, saberes, ou seja, maneiras diversas de pensar, viver e estar no mundo.

É também desde a perspectiva de uma produção biopolítica que a sexualidade humana é problematizada nesta pesquisa, dispositivo que se engendra em meio a processos de disciplinamento e controle articulados em instâncias de governos, família, mídia, educação e relações de trabalho no ocidente, bem como por meio de leis, regras, enunciados, entre outros exemplos (Foucault, 2008). A partir desses pressupostos, dou continuidade ao debate a partir da problematização de duas categorias que assumiram relevância na análise do material coletado e que demonstram maneiras como perspectivas de abjeção assumem materialidade nas redes sociais, as noções de desvio e de perigo.

5.2 - Muito Repugnante, Nunca Mais Leia Isso! □

Ao analisar enunciados odiosos nas redes sociais *Instagram* e *Twitter*, me deparo com mensagens que articulam noções de desvio relacionados à população LGBTI+, o que implica em comoção em parte significativa da população brasileira mediante alguns *posts*. Em vários casos, como os que selecionei nas redes sociais, notei que muitas pessoas reagiram com repúdio e revolta, evidenciando noções do que consideram estar dentro de uma norma, como a frase de um usuário do *Instagram*, a saber: “*Deus fez homem e mulher e ponto*” (sic).

Ao me encontrar com um *post* no *Instagram* formulado pela rede de *fast food*, *Burger King*, percebo o tom pejorativo dos comentários, como na figura 11 em relação à propaganda realizada pela empresa com o título: “*Ai, mas como eu vou explicar isso para uma criança?*”(sic). No vídeo de *marketing*, crianças chegam com seus responsáveis, localizados como LGBTI+, e as próprias crianças comentam suas experiências de terem pais ou mães

LGBTI+ de forma descontraída e divertida como no vídeo intitulado “*Burger King* Como explicar? Aprenda LGBTQIA+ com quem sabe” que pode ser assistido no *YouTube* procurando pelo título: Como explicar? Aprenda LGBTQIA+ com quem sabe. (Propaganda e Música by Lalala, 2021).



Figura 11. Comentários retirados de um post da marca *Burger King* Brasil no *Instagram*

Fonte: *Burger King* Brasil (2021).

Ao ter contato com mensagens de ódio materializadas na premissa de desvio, noto que aqueles assinalados como desviantes e anormais são comumente nomeados como perigosos ao ordenamento social, se tornando alvos privilegiados de preconceitos, violências simbólicas e físicas ou extermínios. Logo, o capitalismo contemporâneo ocidental propaga formas de dominação como maneira de exercer a biopolítica, entre estas as que Preciado (2011) denomina de sexopolítica, que regula as identidades sexuais e atua sobre discursos e tecnologias de normalização da sexualidade.

Na figura 11 pode-se notar cinco comentários ofensivos em relação a propaganda do *Burger King* no *Instagram*, em que uma pessoa deseja que a empresa e as pessoas responsáveis pela propaganda “*queimem no inferno*” (sic), em consequência ao pecado relacionado à doutrina cristã, remontando novamente a perspectiva de desvio. Essa noção ressoa também em minha história de vida, pois desde criança frequentei igrejas evangélicas e neopentecostais e nestes espaços ouviam-se pronunciamentos de que as pessoas que se

afastavam da igreja eram “desviadas” e estavam em pecado, assim como a questão da homossexualidade, que sempre foi tratada como pecado nesses espaços, como algo maligno, que não estaria relacionada a vontade de Deus.

Destaco outros comentários que operam na articulação entre homossexualidade a desvio/perigo, como, por exemplo, que “*ser gay é uma coisa agora incentivar crianças. Que mundo e esse que estou vivendo* 🤢🤢🤢” (sic). Na frase podemos analisar o uso de *emojis* com cara de nojo, amplamente utilizado nos discursos que circulam nas redes sociais. Logo, os enunciados presentes no discurso de ódio implicam na premissa de que crianças estão em risco ao serem incentivadas por seus pais *gays* a serem homossexuais. Há, ainda, o questionamento do mundo em que vivemos, gerando uma percepção de que as coisas estão supostamente distorcidas e/ou estranhas. Os *emojis* de nojo ainda reforçam o repúdio à propaganda, de modo que a pessoa não quer mais ver uma propaganda com crianças e a temática LGBTI+ associadas.

Outro enunciado presente na imagem também reforça a situação de nojo, por meio da frase “*É repugnante o que vocês estão fazendo*” (sic). Segundo o dicionário online Michaelis (2022), repugnante é aquilo que repugna, causa mal-estar, repulsa, asco e, pelo contexto desse e de outros comentários, gera um horror dessas pessoas em relação à população LGBTI+ e ao *Burger King* Brasil. Parto da perspectiva de que se não houvesse o vínculo com a luta LGBTI+ essa repulsa não estaria sendo materializada nos enunciados presentes na imagem e frases, muito menos a rede de fast food *Burger King* teria sofrido ataques e desqualificações.

Por fim, o último comentário da imagem reforça a noção de sexopolítica conceituada por Preciado (2011), pois, segundo o enunciado “*Deus fez homem e mulher e ponto*” (sic), evidenciado novamente os imperativos dos vieses cristão e do sistema normativo de sexo-gênero ao indicar o “ponto” ao final da frase, fazendo referência a uma interdição de outras possibilidades relacionais daquelas estabelecidas entre homens e mulheres heterossexuais.

Deste modo, os sistemas disciplinares de gênero se constituem também por meio da reafirmação de perspectivas de exclusão, ou seja, um conjunto de supressões e apagamentos que produzem os/as ditos inumanos, sendo estes localizados desde essa posicionalidade abjeta na vida em sociedade (Butler, 2019). Esses modos de exclusão implicam em efeitos necropolíticos diversos na população LGBTI+, como o alto índice de (homo)suicídio no Brasil, que, segundo o relatório “Transexualidades e saúde pública no Brasil”, estima-se que 42% da população trans já tentou suicídio e cerca de 87% dos homens trans já tentaram ou pensaram em suicídio (Antra, 2022).

O ódio e a exclusão contribuem, portanto, para a produção de uma série de efeitos negativos sobre a saúde mental da população LGBTI+, potencializando seu adoecimento. Além disso, enquanto a expectativa de vida da população em geral é de 70 anos, entre pessoas trans chega a ser de 30 anos no Brasil (da Silva, 2019), sendo que se estas forem negras esta expectativa de vida é ainda mais reduzida. Estes exemplos, dentre outros, sinalizam dificuldades que pessoas LGBTI+, em destaque os corpos trans, encontram cotidianamente para viver no país.

Na figura 12 podemos observar a reação de um *post* da CNN Brasil no *instagram*, que demonstrou várias conquistas da comunidade LGBTI+ no Brasil e no mundo com o título “ORGULHO LGBTQIA+”. Em um dos comentários, uma pessoa ao reagir negativamente à temática declarou: “*orgulho onde tem vários casos de problema psicológicos, suicídios e problema de aceitação da família*” (sic) terminando com “*oh, que orgulho*” (sic) em tom de ironia, tentando desqualificar o fato de uma pessoa LGBTI+ se orgulhar de ser quem ela é. Este tipo de comentário demonstra que uma parcela daqueles que odeiam as pessoas LGBTI+ reconhecem que há sofrimento psicológico e casos de suicídio nesta população, porém, o uso da irônia demonstra o incômodo com expressões de brio relacionada a esse modo de existência.

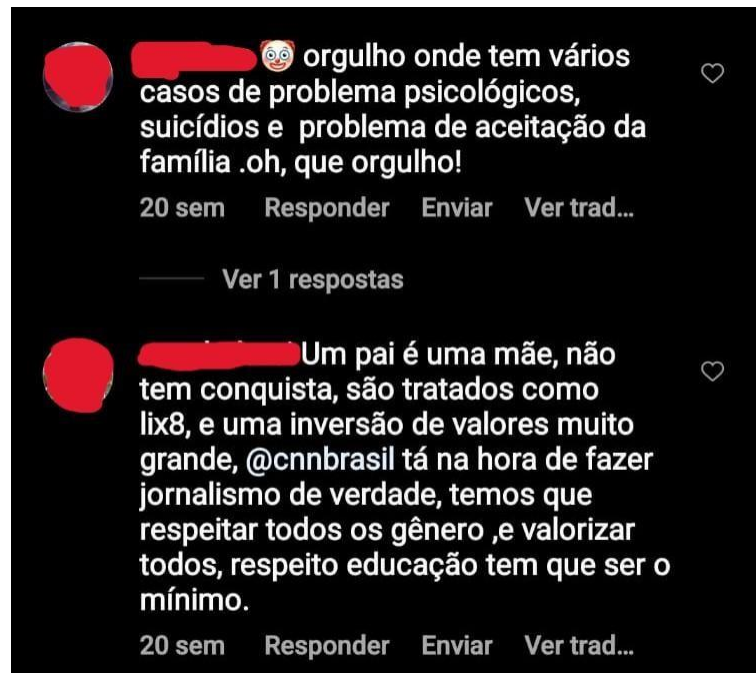


Figura 12. “Orgulho onde tem vários casos de problema psicológicos”.

Fonte: Confira as principais...(2022).

A questão que me suscita é por que se orgulhar seria um problema para algumas pessoas? Orgulhar pode ser compreendido como: se vangloriar das conquistas, além disso, a palavra orgulho é usada no cotidiano como um sentimento, em casos que alguém diz “*estou orgulhoso de você*” (sic) ou “*sinto-me orgulhoso*” (sic). Em minha interpretação, o orgulho estaria atrelado a um afeto alegre, de modo que pode aumentar a potência de agir de determinadas pessoas, pois geralmente é vinculado a situações positivas. No caso do comentário supracitado, pode-se compreender como uma tentativa de apagamento da alegria, ou mesmo, de rebaixamento e desqualificação das pessoas LGBTI+, como nos enunciados: “*problema psicológicos, suicídios*” (sic) e “*problema de aceitação da família*” (sic), tendo em vista que, de fato, essas questões se presentificam na comunidade LGBTI+ pela circulação de preconceitos, discursos de ódio e práticas de exclusão.

No mesmo comentário da figura 12 há os dizeres “*não tem conquista*” (sic), “*são tratados como lixo*” (sic), pois de acordo com a lógica do enunciado, um pai exercer o papel de mãe seria inviável pois é “*uma inversão de valores muito grande*” (sic), denotando que um

casal LGBTI+ que exerce os papéis de pais, mães e/ou cuidadores/as “inverte” uma lógica heteronormativa. Além disso, o autor(a) deste comentário considera que a CNN Brasil tem que fazer um “*jornalismo de verdade*” (sic), visto que tornar evidente uma notícia acerca da população LGBTI+ articula um suposto jornalismo mentiroso, pois tem que “*respeitar todos os gênero*” (sic) e “*respeito e educação tem que ser o mínimo*” (sic).

Pondero, também, que tornar evidente as consequências negativas presentes no cotidiano da população LGBTI+, além de desprezar o fato de essas pessoas poderem se orgulhar, funciona como uma tentativa discursiva de apagamento desses corpos, tendo em vista que há um incômodo considerado genuíno por parte das pessoas que postaram o comentário. Também pondero esse desprezo como um escárnio que se encadeia com o ódio (Deleuze, 2017), sendo que nos enunciados expostos torna-se evidente a tentativa de aniquilamento do orgulho em relação a conquistas de direitos da população LGBTI+.

Deste modo, como é possível observar através do exame de parte dos enunciados odiosos, as noções de desvio e perigo estão constantemente presentes *nos posts*, se articulando e tensionando mutuamente e implicando em efeitos diversos. Tais premissas se articulam a uma racionalidade necropolítica, que implica na tentativa de eliminação de determinadas parcelas da população consideradas como risco. Sobre este debate, o professor e filósofo camaronês Joseph-Achille Mbembe (2016) argumenta que a necropolítica é compreendida como expressão contemporânea que envolve a ação deliberada do Estado que subjuga e exerce controle sobre a mortalidade e define a vida como implantação e manifestação de poder.

Deste modo, o conceito de necropolítica traduz a soberania do Estado em ditar quem pode viver e quem deve morrer (Mbembe, 2016), sendo que a noção de perigo vem operando historicamente como “justificativa” de crimes cometidos contra determinadas parcelas da população, como, por exemplo, os enunciados odiosos nas redes sociais. Nesta perspectiva,

quando nos deparamos com falta de ação do Estado, às vezes vista como uma suposta omissão, trata-se muitas vezes de uma operação calculada e planejada que se articula através de políticas não securitárias, racistas, sexistas, LGBTfóbicas, elitistas, reverberando e potencializando uma política de morte que se intensificou no contexto da pandemia do Sars-Cov-2 (Guimarães, 2021).

O moquequeiro vegano popular, artista e professor brasileiro Rafael Siqueira Guimarães (2021, p.95) afirma que podemos falar de uma “estética da morte” no Brasil, explicitando que o regime autoritário está também presente na constituição brasileira de 1988, ao possibilitar ao Estado exercer ações de repressão e controle social. Deste modo, a perspectiva de Estado democrático se materializa no país apenas para uma parte da população, que está assinalada a àqueles que podem viver, respirar, ter acesso a saúde, educação, alimentação adequada, entre outros exemplos. Nesta perspectiva, Mbembe (2016) pontua que a herança do poder colonial se atualiza por meio de “tecnologias de destruição, que tornaram-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte” (2016, p.141).

Ainda sobre este debate, ressalto frases pronunciadas nos últimos anos pelo ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro, que ganharam visibilidade nas redes sociais e que assumiram materialidades necropolítica no cotidiano da população ao intensificarem lógicas excludentes, LGBTfóbicas e mortíferas e que se "justificam" em nome da defesa da “sagrada família brasileira”, a saber: *“O erro da ditadura foi torturar e não matar”*(sic); *“Pra mim é morte. Digo mais: prefiro que morra em um acidente do que apareça [o seu filho] com um bigodudo por aí. Pra mim ele vai ter morrido mesmo”*(sic); *“O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele”*; *“90% desses meninos adotados [por um casal gay] vão ser homossexuais e vão ser garotos de programa com toda certeza”*(sic); *“Não existe homofobia no Brasil. A maioria dos que*

morrem, 90% dos homossexuais que morrem, morre em locais de consumo de drogas, em local de prostituição, ou executado pelo próprio parceiro”(sic) (Bolsonaro..., 2018).

Tais exemplos situados no país elucidam a banalidade do mal e a racionalidade necropolítica que se materializam no cotidiano da população brasileira (Carvalhoes, Silva & Lima, 2022), seja nas falas e atitudes de um Presidente da República citado e de outros agentes do governo, ou, ainda, a partir de enunciados que circulam nas redes sociais e na mídia em geral. É evidente, portanto, que a associação da população LGBTI+ a premissa de perigo ao ordenamento social assume uma função na vida em sociedade, na medida em que “justifica” que estes corpos estejam na mira de discursos que assumem dimensão necropolítica.

Isto posto, retornamos a alguns acontecimentos que puderam ser garimpados através das redes sociais, como o evento que ocorreu no mês de setembro de 2021 em Londrina - Paraná, em que a câmara municipal de Londrina, por 12 votos a 5, rejeitou a criação do Conselho LGBT¹². Segundo os jornalistas brasileiros Rafael Machado e Guilherme Marconi (2021), o dia de votação foi marcado por protestos contra e a favor, e, como se não bastasse a violência diária e as interdições direcionadas cotidianamente aos corpos tidos como desviantes, alguns manifestantes contrários a criação do conselho se colocaram em frente a câmara dos vereadores em posição de oração (como em um luta do bem contra o mal), outros carregavam a bandeira do Brasil, símbolo que, no contexto sócio-político atual, foi apropriado por um movimento de extrema direita ultra-nacionalista que abomina as manifestações e participações sócio-políticas de pessoas LGBTI+ em diversos espaços públicos e privados.

Na figura 13, retirada de um site de notícias, nota-se pessoas com símbolos nacionalistas brasileiros, outras usando artefatos religiosos para se colocar contra o que acreditam ser uma noção errada e que seja contrário a suas crenças e ideologias, além disso há

¹² Projeto enviado pelo Prefeito Marcelo Belinati (PP) que prevê a formação de um órgão consultivo para políticas públicas destinadas a lésbicas, gays, transexuais, travestis, transgêneros e demais identificações de orientação sexual e de gênero (Machado e Marconi, 2021).

uma faixa grande com os enunciados “Pai/Mãe nosso que estais no Céu, santificado...”. Há, portanto, a convocação do “Pai” e da “Mãe” a uma adaptação da oração do “Pai nosso” que se encontra na bíblia nos livros de Mateus e Lucas do novo testamento, Bíblia online (2022, Mateus 6:9-13; Lucas 11:2-4). Nesta perspectiva, analiso o uso da faixa como um pedido de ajuda ao “Pai” e a “Mãe” que, curiosamente, repousam sob a representação do homem e mulher cis e heterossexuais como ideais de perfeição a serem alcançados (Aquino, 1951) e, no caso da figura e do contexto analisado, também como tentativa de interdição da existência de LGBTI+ tidos como perigoso a sagrada família brasileira.



Figura 13. Pai/Mãe nosso que estais nos céus.

Fonte: Briguet (2021).

Na figura 14, obtida através de um print da rede social *twitter*, nos deparamos com pessoas que se colocam em frente a câmara municipal de Londrina, com cartazes e faixas com frases que materializam discursos odiosos a população LGBTI+, como a frase: “*Para que um conselho diferenciado para um grupo específico se todos somos iguais perante a lei?*”(sic). Ainda se constata na figura 15, obtida através de um *zoom* na figura 14 para ter maior

evidência do que alguns cartazes pronunciavam, as frases: “*Não a privilégios*”; “*LGBT não é projeto, é aberração jurídica*” e “*Votar contra projeto LGBT é ganhar voto*”(sic).



Figura 14. Manifestantes contrários ao projeto LGBT de Londrina

Fonte: Paulo Briguet (2021).



Figura 15. Zoom e recortes de cartazes

Fonte: Briguet (2021).

Logo, vislumbro por meio de alguns exemplos de organizações populares e midiáticas, movimentos de interdição, exclusão e ódio que se perpetuam através de regimes de saber-poder que têm se reconfigurado na sociedade ocidental. Foucault (1978) nos lembra que talvez teríamos clamado pela era vitoriana, um momento em que no século XVIII o Reino Unido, através de invasões de territórios, ampliou seu poder com relação às colônias, tendo sido conhecido nas questões sociais como enrijecido em aspectos morais e conservadores em relação à política e economicamente num momento em que a burguesia enriquecia às custas de uma população que passava fome. Não obstante, parece-me que há uma parte da população brasileira que clama pela manutenção da superioridade do império eurocêntrico, embranquecido e sustentado na divisão binária heterossexual e nomeação das homossexualidades (dentre outras diferenças que implicam em processos de subalternização) como inferiores, subalternas e aberrações. Tais modos de existência, por serem tomadas como perigosos, precisam ser vigiadas, controladas e interditas a todo instante, como nos exemplos supracitados em que uma parcela pequena e barulhenta da população londrinense se uniu para pressionar os vereadores a votarem contra a criação do conselho LGBT de Londrina.

Ao realizar uma breve pesquisa acerca do termo “*Aberração jurídica*” (sic) no site Vademecum Brasil (2022), que disponibiliza uma plataforma de pesquisa com os significados de termos jurídicos, constatou-se que o termo indica “Aquilo que se atenta de modo violento contra o que se reputa correto em direito” (Vademecum Brasil, 2022). Neste caso, é importante questionar o que para as pessoas que estavam protestando em frente à Câmara Municipal de Londrina se mostra como um erro para a área do direito? Quais reivindicações se materializam como supostas aberrações? Na tentativa de responder a tais indagações é necessário retornarmos ao texto do projeto de lei de nº 076/2021 de 22 de abril de 2021, proposto pelo prefeito de Londrina na época Marcelo Belinati Martins, que culminou na manifestação em evidência e em rejeição pela maioria dos/as vereadores/as da Câmara Municipal de Londrina. No artigo 2º do então projeto de lei lê-se que uma das finalidades é

propor diretrizes e ações voltadas à promoção de cidadania e direitos da população LGBT, enfrentando a toda e qualquer forma de discriminação e violência contra essa população.

Tendo o texto da lei em evidência, convido o/a leitor/a para refletirmos juntos sobre os sentidos que se articulam nas entrelinhas das frases presentes nos cartazes. Me parece que a perspectiva de aberração, ou seja, aquilo que se coloca de modo violento contra o que se considera como legal, é a promoção de cidadania e de direitos da população LGBTI+, bem como o enfrentamento a toda e qualquer forma de discriminação e violência na cidade de Londrina. Para elucidar tal suposição, destaco a frase presente em um dos cartazes da figura 15, a saber: “*Não a privilégios*” (sic). Se substituíssemos a palavra “privilégios” por ‘população LGBTI+’ no cartaz, encontramos pistas para analisar a conjuntura onde o cartaz se presentificou.

Há que se considerar que meu campo de investigação não abarca uma análise jurídica, contudo, não pretendo neste capítulo evidenciar os meandros dos enunciados analisados em sua totalidade, mas articular uma problematização de parte dos enunciados presentes. Assim, noto uma incongruência ao considerar o Projeto de Lei 076/2021 uma aberração jurídica, pois como podemos evidenciar no mesmo texto do projeto, a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, sendo que um dos seus objetivos consignados pela assinatura da Magna Carta é promover o bem estar de todas as pessoas, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação. Apesar disso, como evidenciado em enunciados analisados nesta dissertação, noções de desvio e perigo se entrecruzam de maneira potente nos discursos odiosos, o que implica em práticas de violência dentro e fora das redes sociais contra parte significativa da sociedade brasileira.

Na figura 16, retirada do mesmo *post* do *instagram* da CNN demonstrado na figura 12 e apresentada logo em seguida, observo enunciados que reafirmam noção de periculosidade

das pessoas LGBTI+, ao supor que essas pessoas pudessem invadir os canais de crianças e/ou destruir a imagem do “*SuperMen*” (sic). A partir da análise das frases que por vezes ouço no dia a dia como “*eu respeito, mas não apoio*” (sic) ou “*respeito desde que não veja beijando*” (sic), questiono se a premissa de invasão está relacionada a cruzar uma linha de “normalidade” instituída pelo sistema de sexo-gênero e que delimita existências (im)possíveis (Butler, 2021).

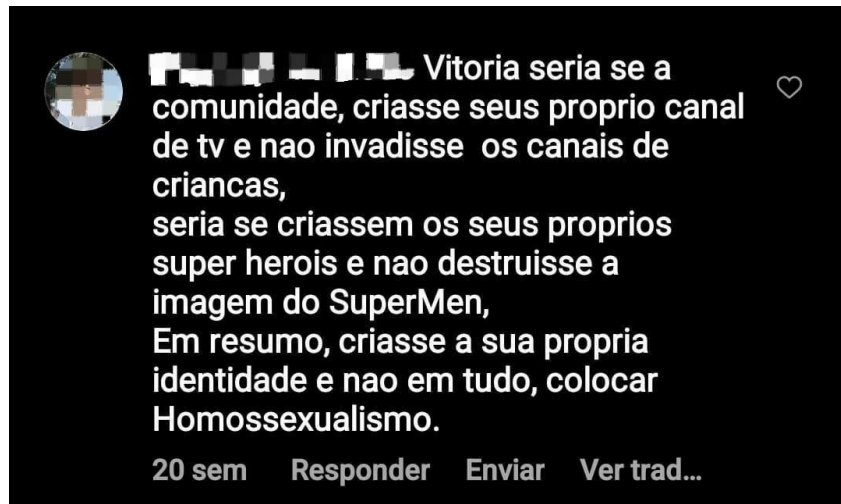


Figura 16. “Vitoria seria se a comunidade criasse seus proprio canal”

Fonte: Confira as principais... (2022).

Em vários outros comentários, como os associados a propaganda do *Burger King* Brasil, há um sentimento de revolta intenso, pois parece haver alguma crença de que as crianças podem estar expostas e/ou desprotegidas a influência de pessoas LGBTI+, como se estas tivessem o poder de influenciar a constituição da orientação sexual e identidade de gênero do público infantil. Ainda na figura 16, destaco o enunciado acerca da destruição da imagem do *Superman*, proferido em relação a figura 17 (extraída do *twitter* e que demonstra o filho do *Superman* dando um beijo em um personagem masculino, em uma edição da novela gráfica da Marvel de 2021). A imagem do beijo criou uma polêmica em 2019, durante o pré-lançamento da novela gráfica na Bienal do livro do Rio de Janeiro, gerando repercussão negativa por parte da sociedade conservadora e do então prefeito Marcelo Crivella (PRB), que

mandou fiscais da prefeitura apreenderem os exemplares da novela gráfica “Cruzada das crianças”, por conter conteúdo “*pornográfico*” (sic) ao apresentar um beijo gay entre dois personagens.



Figura 17. Mais uma vez o amor vence

Fonte: Estou com Lula (2021).

A imagem do *Superman* também está associada a uma figura masculina, com o corpo muito forte, quase invencível e com super poderes, em que sua única fraqueza é a *kryptonita*, que no caso é um mineral fictício de seu planeta natal. A representação do *Superman* é também parte da representação do homem branco heterossexual e do norte global e colonial, que assume o papel de defender o mundo inteiro e, principalmente, o país em que vive (EUA), de qualquer ameaça que possa desestabilizar o ordenamento social. Nesta perspectiva, destaco, por exemplo, que as cores originais do uniforme do *Superman* nos quadrinhos estão relacionadas com as cores da bandeira dos Estados Unidos da América, vermelho, branco e

azul e, no caso, nacionalistas. Porém, apesar de toda sua força e potência, ele não podia suportar uma pedra preciosa de seu próprio planeta natal, uma pedra esverdeada conhecida como *kryptonita* que o enfraquecia, deixando vulnerável a seus adversários. Seria as homossexualidades a *kryptonita* temida pelos heróicos defensores das crianças e da cisheteronormatividade?

Nos enunciados analisados até então, noto movimentos de interdição que se pretendem heróicos, por meio da alusão a símbolos nacionalistas brasileiros e a imagens de fé cristãs. Há o que considero ser um “neoSuperman” abasileirado, que se reveste em alguns casos das cores verde e amarelo, diz lutar pelo que é correto e dentro das normas e compreende como ameaça tudo aquilo que escapa da cisheteronormatividade. Ao que tudo indica, a *kryptonita* ou a fraqueza do neoSuperman brasileiro podem ser a população LGBTI+, pois quando aparecem, falam, escrevem, são noticiados, citados, fazem circular todas as cores do espectro visível, colocam o neoSuperman em risco. Esse herói se mobiliza, repudia, cancela, ataca a todo o custo, querendo a extinção de qualquer manifestação ou citação de casos LGBTI+. A visibilidade e representatividade gera revolta, afinal, “*podem beijar, mas eu não quero ver*”, “*podem casar, com tanto que eu não esteja presente*”, “*pode ser LGBT com tanto que não seja meu filho(a)*”, em resumo, “*criasse a sua propria identidade e nao em tudo, colocar Homossexualismo*”(sic).

O enunciado que circula nas últimas três linhas presente na figura 13 (“*criasse a sua propria identidade...*”) me remete a noção de representação que, para Preciado (2011), sinaliza um momento de mudança no regime de saber, pois toda a representatividade que se tinha até então foi baseada na lógica colonial do século XV, heteropatriarcal, que estabeleceu a divisão entre feminino e masculino, heterossexualidade e homossexualidade, branco e não branco, civilizado e não civilizado. Esse regime de conhecimento se baseou a partir da criação de uma divisão política do mundo bem como a divisão hierárquica do poder e das técnicas de

governo. O autor ainda afirma que há uma implosão dos significados e significantes na atualidade, pois apesar da linguagem e das palavras não terem mudado tanto, não tem o mesmo significado que antes. Noto efeitos dessa mudanças nas representações que circulam no cenário midiático, pois se há alguns anos havia somente o beijo heterossexual entre homem e mulher nos quadrinhos, hoje também temos o beijo LGBTI+, ampliado, diverso e colorido.

Neste sentido, nos deparamos com revoluções epistemológicas, políticas e midiáticas, que constituem a atualidade como um período de maior evidência de narrativas plurais que coexistem em disputa. Essas mudanças têm se manifestado no cotidiano da sociedade brasileira, pois agora é possível observar mais pessoas LGBTI+ de mãos dadas nas ruas, assim como são cada vez mais presentes corpos situados como dissidentes em programas de TV, cantando, dançando, falando, trabalhando, se posicionando. Por toda *internet* podemos encontrar canais com conteúdo LGBTI+, no *Youtube*, páginas no *instagram*, entre outras mídias, com muitos seguidores e curtidas, porém, tais evidências não circulam sem tensionamentos.

Como ponderou Preciado em uma entrevista à Folha de São Paulo, vivemos “*em um contexto de autoritarismo digital, de neopatriarcado e neocolonialismo*”(sic) (DeLuca & Passos, 2021), em que essas tensões se acirram e o pólo autoritário, que se ressentem com as mudanças de parte da sociedade, invocam os céus, o “pai” e a “mãe” como representantes do poder daqueles considerados superiores, no alto da hierarquia instituída pelo modelo binário de sexo-gênero, para intervir de modo autoritário e rígido quando, por exemplo, dois personagens de uma HQ demonstram um beijo gay.

As premissas que fundamentam o sistema de sexo-gênero, portanto, viajam pelos cabos de internet e ondas de rádios e, a todo momento, atravessam nossos corpos e modos de existência, chegando em nossos quartos e salas. Discursos sobre as perspectivas de sexo e gênero se atualizam em novas linguagens, reproduzidas e materializadas em tecnologias

audiovisuais que se disseminam na vida em sociedade, em um contexto em que as disputas de narrativa são cada vez mais acirradas. Assim, problematizo nesta última parte maneiras como a população LGBTI+ vem ocupando as mídias sociais por meio da produção de enunciados kryptonitas.

5.3 Mas é homem ou mulher? Kryptonitas explosivas

Navegando pelo *Twitter*, me deparei com o post da página @choquei, que anunciou em suas redes que a Linn da Quebrada foi eleita a “Mulher do ano” do prêmio geração glamour 2022, como visualizado na figura 18 e com grande repercussão por meio da obtenção de mais de 70 mil curtidas e mais de 3 mil comentários, referente ao momento em que estou escrevendo no começo do ano de 2023. Ao entrar em contato com os *tweets* acerca do anúncio, me deparei com reações positivas e negativas, voltadas à questão de Linn ser uma mulher trans.



Figura 18. Lenda: Linn da Quebrada é eleita “Mulher do ano” do Prêmio Geração Glamour 2022.

Fonte: Choquei (2022).

O anúncio acerca de Linn em nenhum momento pondera a questão da transgeneridade da cantora, porém, nos comentários muitos usuários levantaram questões sobre a condição trans da mesma, por meio de enunciados com tons irônicos, sexistas, biologizantes e desrespeitosos, que estão fortemente atrelados à noção de desvio. Na figura 19 podemos ler: “*mas é um homem?!*” (sic) ; “*toda vez que vocês fazem isso vocês tiram as conquistas das mulheres*” (sic); “*nossa bacana, quando ‘ela’ engravidar e tiver filhos vai poder falar desse prêmio para eles*” (sic).

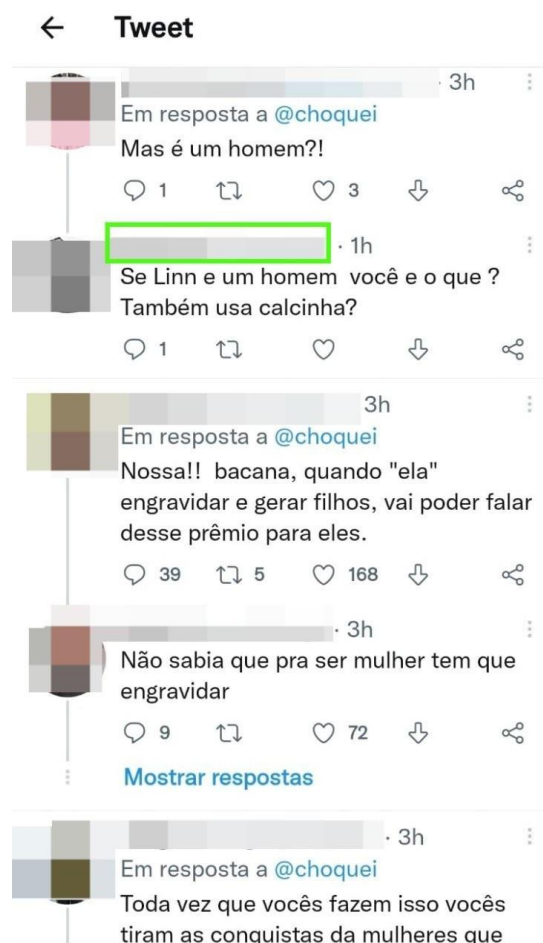


Figura 19. Mas é um homem?
Fonte: Choquei (2022).

O fato da transexualidade de Linn ser questionada demonstra o incômodo por este usuário da rede, que usou o ponto de interrogação e exclamação para demarcar seu espanto e indignação. Ao meu ver, o questionamento deste usuário tenta delimitar um espaço em que aquele corpo não pode existir, pois qual a possibilidade de uma mulher trans no Brasil ganhar um prêmio sobre ser mulher? Quem a legitima? Sobre tais questionamentos, a cantora e

compositora chilena Hija de Perra (2014) analisa sobre a existência dos corpos trans, afirmando que a sua valorização só acontece quando o dominante os encontram, podendo autorizar ou não a sua expressão, como autorizar um prêmio para Linn da Quebrada.

O segundo enunciado citado da figura 19 atualiza o debate que existe sobre corpos trans tirarem as conquistas de corpos cis, por estarem inseridos no mesmo meio, concorrendo a prêmios e/ou mesmo em competições desportivas. Ao escrever “*tiram as conquistas de mulheres*”(sic), já exclui que aquele corpo é de uma mulher, o que constitui um mecanismo evidente e violento de forclusão, que, como aponta Butler (2021), tenta estabelecer onde determinado corpo deveria ser reconhecido ou não.

O terceiro enunciado citado diz respeito à questão biológica, argumento comumente utilizado em discursos de ódio nas redes sociais. Há, então, uma tentativa de brincar com o fato de Linn ser reconhecida como ela, visto que o comentário da figura 19 é escrito com a palavra ‘ela’ entre parênteses, denotando a impossibilidade de Linn engravidar por não ter os órgãos reprodutivos considerados femininos. O usuário do *twitter* transmite em sua ‘brincadeira’ um tom passivo-agressivo, pois, através de sua ironia, está tentando delimitar quais as (im)possibilidades do corpo de Linn e de qualquer outra mulher travesti e transsexual. Ter filhos vai muito além de uma redução meramente biológica, a questão da adoção, por exemplo, endossa a premissa de que ter filhos é uma escolha que pode ou não envolver questões biológicas. Mas a lógica violenta insiste em expor tais parâmetros moralistas e biologizantes, considerados “estúpidas formas de pensamento” (de Perra, 2014, p.2).

Entretanto, durante a leitura dos comentários também foi possível notar respostas aos discursos de ódio que estou nomeando de enunciados *kryptonita*. Enunciados que se materializam como resistência no cenário midiático, ao apontarem as incoerências, desencontros e reducionismos dos enunciados odiosos. Na própria figura 19, encontramos alguns comentários como “*não sabia que para ser mulher tem que engravidar*” (sic), trazendo a tona casos reconhecidos de mulheres cis que por questões de infertilidade não podem engravidar ou que não optaram por seguir em uma gestação, adotar ou serem mães. Ainda nesta perspectiva da resistência, destaco o enunciado *kryptonita* da figura 20 em que um

usuário do *twitter* publica uma resposta a um usuário que questionou o fato da Linn da Quebrada ter nascido com o sexo biológico considerado masculino.



Figura 20: Biologia não define gênero

Fonte: Choquei, 2022.

A kryptonita que implode a noção binária e lgbtfóbica é exposta quando a pessoa escreveu *“biologia não define gênero”* (sic). Uma frase curta, mas que denota toda a complexidade da noção de gênero que, como define a socióloga e professora argentina María Lugones (2014), é uma construção colonial. Deste modo, aqueles que insistem em não reconhecer os corpos LGBTI+, simplesmente não querem enxergar por serem apaixonados pela heteronorma (Perra, 2014). Ao final da figura 20, constato a evidência de respostas kryptonitas que desestabilizam regimes cisheternormativos, ao argumentarem que *“homossexuais férteis podem reproduzir por diversas formas, inclusive de forma sexuada com homens transgênero”* (sic), apresentando outras possibilidades de reprodução para além da relação entre uma mulher e um homem cis. Por fim, o debate termina com a frase *“quando*

você descobrir que a biologia não impõe limitações e que as limitações estão puramente na sua cabecinha, ela explode” (sic).

Como ressalta Butler (2021), o discurso está sempre, de alguma forma, fora do nosso controle, pois este implica em efeitos intencionais e não intencionais. Assim, no contexto dos discursos de ódio, a autora indica o caráter duplicado da ameaça, ou seja, “(...) o chamamento injurioso pode parecer restringir ou paralisar aquele ao qual é dirigido, mas também pode produzir uma resposta inesperada e que oferece possibilidades” (p.13), ganhando contornos possíveis de resistência, como bem pudemos observar através dos enunciados *kryptonitas* e que na maioria dos *posts* observados e selecionados puderam ser encontrados. Há sempre pessoas que tentam resistir à opressão, ao ódio e às tentativas de apagamento e exclusão, o que se torna evidente no Brasil, que apresenta um número significativo de exemplos de pessoas LGBTI+ que se posicionaram nos cenários públicos e midiáticos e, principalmente nesses últimos anos no âmbito da política, tão crucial para o fortalecimento e funcionamento de uma democracia.

Nesta perspectiva, em entrevista ao programa Roda Viva que foi ao ar na data de 01 de fevereiro de 2021, Erika Hilton situa a importância de subverter enunciados que situam determinados modos de existência assinalados como monstruosos e perigosos, os reposicionando em uma perspectiva de humanidade. Nas palavras de Erika Hilton:

Este corpo, um corpo trans, é um corpo que sempre viveu a violência, a violência e o medo da violência é uma coisa que me passa desde sempre, não só agora na política, desde quando eu estou em uma esquina de prostituição, muito jovem, até quando eu passo por situações horrorosas neste contexto de vida, esse risco é eminente, é fundamental que estejamos aqui hoje para mostrar que além das estatísticas, além do número de morte, nós estamos vivos, construtivos, estamos atuando, fazendo história, nós estamos afrontando um sistema que nos quer morto e dizemos: nós não vamos morrer, nós vamos ficar aqui, porque a sociedade é um lugar que nos pertence, nós não queremos apenas ficar aqui, nós queremos que estejamos aqui sendo vistos, ouvidos e que as nossas histórias possam ser contadas por várias perspectivas, pois nós não somos apenas prostituição, drogadição, encarceramento e genocídio, nós somos

muito mais, somos escritores, somos parlamentares, somos médicos, somos professores e é importante que a sociedade enxergue isso da nossa construção que vejam outros lados da nossa humanidade (Roda viva, 2021).

Segundo Guatarri e Rolnik (1996), há vários processos de minorização que permeiam a sociedade e, conseqüentemente, são infligidos ao movimento negro, feminista, LGBTI+, entre outros. Os autores sinalizam, contudo, as dimensões subversiva e de resistência que tais modos de existência articulam na vida em sociedade, ainda que tais expressões seja passíveis de reapropriação por discursos hegemônicos:

Os processos de marginalização atravessam o conjunto da sociedade. De suas formas terminais (prisões, manicômios, campos de concentração, etc) às formas mais modernistas (o esquadramento social), esses processos desembocam numa mesma visão de miséria, de desespero, de abandono à fatalidade. Mas esse é apenas um dos lados que estamos vivendo. Um outro lado é o que faz a qualidade, a mensagem e a promessa das minorias: elas representam não só polos de resistência, mas potencialidades de processos de transformação, suscetíveis, numa etapa ou outra, de serem retomados por setores inteiros da massa. (Guattari & Rolnik, 1996, p.75)

Nesta perspectiva que sinaliza a potência de transformação social, Jean Wyllys (2016) relata que diversos grupos têm se manifestado, principalmente nas redes sociais, em relação às ações legislativas e políticas do parlamento e do poder executivo. Há alguns anos, a comunidade de LGBTI+ empreendeu uma campanha chamada “Nossa família existe”, como resposta ao projeto de lei n. 6583 de 2013 que criaria o “Estatuto da Família” e que pretendia excluir as famílias homoafetivas de acesso a mecanismos de cidadania e segurança jurídica. Ainda de acordo com o ex-deputado, um grupo de mulheres reagiu nas redes sociais ao assédio sexual a que estão submetidas em casa, na escola e trabalho por meio da campanha “Meu primeiro assédio”, que se deslocou do ambiente virtual para as ruas e se tornou a principal contestação ao então presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, quando o mesmo se recusou a pautar a legalização do aborto seguro.

A potência da resistência pode ser encontrada em cada pessoa que sofreu algum tipo de

ataque, preconceito, ameaça, etc. Apesar disso, não pretendo romantizar e/ou relativizar tais questões, pois entendo que prospera muita violência a quem resiste. Parto da aposta que há modos singulares e/ou coletivos de resistir, ou seja, há resistências plurais que se engendram na população LGBTI+. Nesta perspectiva, destaco o exemplo do escritor Tom Taylor, responsável pela edição em quadrinhos do Superman: Filho de Kal-El, em que o filho do superman é apresentado como bissexual e, como apresentado na figura 21, fez doações a instituições LGBTI+ em nome de cada pessoa que o ameaçou nas redes.



Figura 21. Autor de Superman faz doações a instituição LGBTQIAP+

Fonte: Mídia Ninja (2022).

Outro exemplo de resistência tem se demonstrado no campo da música, em 2022 a cantora, compositora e atriz brasileira Liniker ganhou o *Grammy* Latino na categoria melhor álbum de música popular brasileira com “Índigo borboleta anil”. Ao receber o prêmio, ela comentou que “algo histórico acontece na história de meu país, é a primeira vez que uma artista transgênero ganha um *grammy*” (*Latin Grammys*, 2022). Além disso, Liniker também foi convidada em 2022 para participar de uma entrevista no programa Roda Viva, em que a mesma relatou durante a entrevista que não queria só falar de LGBTfobia, mas também falar

do que quisesse, explicitando que as pessoas LGBTI+ não são obrigadas a falar de ódio, violência e preconceito quando estão em um programa nas mídias sociais, mas que também podem falar sobre música, arte, dança, jogos, política, culinária, etc. Ao pontuar tais exemplos, assinalo que há uma multidão de pessoas LGBTI+ ocupando os mais diversos espaços, se posicionando, aparecendo, demarcando suas existências como imprescindíveis para resistir aos processos de marginalização, exclusão e subversão dos efeitos nocivos provenientes do discurso de ódio.

Destaco, por fim, que as mídias sociais, em destaque nesta pesquisa as redes sociais, se constituem em um campo complexo em que forças díspares coexistem em disputa. Nesta perspectiva, finalizo esta investigação ressaltando a importância de problematizar maneiras sutis e/ou explícitas como regimes de enunciação se articulam no cotidiano para produção de noções de anormalidade relacionadas à população LGBTI+, como um modo de desestabilizar tais enunciados e lutar por uma sociedade em que a diversidade e a pluriversalidade sejam possíveis.

CONEXÕES FINAIS: ATUALIZAÇÕES E RESISTÊNCIAS POSSÍVEIS

Segundo Butler (2021), os enunciados que circulam nas entrelinhas dos discursos de ódio operam nos processos de constituição de um ser no interior de circuitos possíveis de reconhecimento ou não. Logo, relato aqui considerações, ainda que provisórias e parciais, acerca de algumas perspectivas e percalços que atravessaram o percurso da escrita desta pesquisa.

Ao pesquisar e escrever sobre o ódio vivenciei momentos de fragilidade, cheguei a sentir náuseas ao ler determinadas notícias e comentários. Lutei contra a vontade de não querer mais olhar para palavras duras e preconceituosas, pois já parecia muito difícil engolir os discursos negacionistas parte da população brasileira fez circular nos últimos anos. Porém, compreendi que é necessário me debruçar sobre questões delicadas e difíceis, afinal, a sociedade se constituiu em meio a leis e relações de respeito e solidariedade, mas também permeada por relações odiosas e violentas no decorrer dos milênios. Assim resolvi encarar o ódio, virtualmente, mergulhando nas redes sociais.

Foi a partir de minhas inquietudes durante os últimos anos e, principalmente, após a eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que resolvi pesquisar acerca do ódio, pois noto que através das redes sociais e da mídia televisiva, situações, comentários e perspectivas de vida vêm sendo sistematicamente apresentadas de maneira banalizada e distorcida para milhões de pessoas no Brasil e no mundo. Tal percepção implicou em questionamentos, a saber: Qual o poder de um discurso de um líder de uma nação? Qual seu alcance e efeitos? De onde vem? O que constitui? E assim por diante. Questões que não foram necessariamente respondidas nesta pesquisa, mas que, contudo, foram me intrigando como pesquisador durante o mestrado.

Discursos odiosos obviamente não são produções exclusivas do ex-presidente da República Brasileira, mas se articulam em ressonância a discursos proferidos por muitos brasileiros e brasileiras que o elegeram e que neste momento histórico fortaleceram no Brasil perspectivas preconceituosas e processos de estigmatização, exclusão ou extermínio. Ódio ao feminino, ódio à esquerda, ódio às pessoas pretas, ódio aos LGBTI+, um ódio ressentido à vida.

Assim, considero esta dissertação desde uma perspectiva de resistência, em um período histórico no país que a democracia tem sido cotidianamente atacada de maneiras diversas, sobretudo através de discursos e atos antidemocráticos, que se materializam em lógicas racistas, lgbtfóbicas, entre outros exemplos. Como já mencionado nesta investigação, o alto índice de violência contra as pessoas LGBTI+ demonstram que a realidade de nosso país precisa ser estudada, problematizada, questionada e repensada, em muitos âmbitos. Nesta conjuntura, destaco a importância do sistema educacional no processo de construção de uma sociedade que, de fato, se articule de modo menos preconceituosa e excludente.

Logo, esta dissertação se soma a outras pesquisas, vozes e estudos que insistem em colocar em evidência maneiras como máquinas do ódio circulam no Brasil, incentivadas por pessoas e estruturas com amplo poder de influência social, como, por exemplo, as redes sociais. Parto, então, do entendimento de que as tecnologias audiovisuais implicam em profundos impactos nos modos de organização da vida na atualidade. Assim, durante a seleção e análises dos enunciados presentes nas mensagens, notei correlações evidentes que ganharam maior relevância no cenário político atual, como, por exemplo, a produção de um medo generalizado em relação aos debates sobre sexualidade e gênero, sobretudo acerca das homossexualidades, o que fortaleceu posicionamentos na sociedade respaldados por argumentos religiosos e biologizantes e que prevaleceram em parte significativa dos comentários ofensivos.

Os atravessamentos supracitados foram analisados desde as noções de desvio e de perigo, visto que os discursos problematizados se respaldam em premissas binárias e morais de normalidade ou anormalidade, certo ou errado, sendo as pessoas LGBTI+ associadas a corrupção, sujeira, promiscuidade, provocando nojo, repulsa e desejo de expurgo e/ou apagamento das mesmas. A noção de perigo também está em parte dos discursos odiosos circulantes nas redes sociais atrelada ao âmbito infantil, a partir do pressuposto que crianças estão suscetíveis às homossexualidades e que precisam ser protegidas.

Não somente a infância estaria em risco, mas a família, a sociedade e até o mundo, já que em determinados enunciados observei uma condenação e um chamamento contínuo para fim do mundo, visto que é insuportável conceber qualquer tipo de manifestação pública de pessoas LGBTI+. Foi a partir desta premissa que escolhi colocar no título da dissertação “Cuidado! Querem destruir nossa família!”, remontando a esse medo, ao estado de alerta e atenção que algumas pessoas ficam com relação às homossexualidades.

Em alguns enunciados também observei menções ao que poderia se constituir como uma suposta ameaça comunista e de esquerda à segurança da sociedade brasileira, que se materializaram, por exemplo, em mensagens falsas com teor LGBTfóbico, como a estratégia de acusar determinadas pessoas de serem pedófilas, comunistas e etc. Sabe-se que no âmbito político as notícias falsas têm sido um grande problema, tendo contribuído para os rumos das eleições presidenciais de 2018 e 2022, sendo que, nesta conjuntura, destaco a importância da participação massiva das redes sociais. O próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE), durante as eleições de 2022, travou fortes batalhas com apoio de diversas instituições contra os discursos odiosos que se disseminam através de notícias falsas, sendo parte significativa destas carregadas de conteúdo LGBTfóbico (TSE, 2022).

Desta maneira, notei um intenso atravessamento de questões e discussões no âmbito político brasileiro em relação aos enunciados de ódio analisados, pois muitos discursos foram

atravessados, reforçados e/ou potencializados como manifestações políticas, como no caso da manifestação popular contrária à criação do conselho LGBT de Londrina, que ganhou ampla visibilidade nas redes sociais. Considero, portanto, que estudos no âmbito da psicologia social, política e estudos de gênero contribuem no processo de compreender, questionar e analisar a complexa disseminação de discursos de ódio nas redes sociais.

Dentre as dificuldades que encontrei na produção desta dissertação destaco, primeiramente, as afetações de tristeza, indignação e revolta que experimentei como pesquisador e homem gay a partir da aproximação sistemática como enunciados odiosos. Tendo em vista que muitos comentários são explicitamente LGBTfóbicos e têm efeitos nefastos, como as práticas cotidianas de violência e assassinato de pessoas LGBTI+ por motivos torpes e preconceituosos, notei que a aproximação com esses debates diminuiu minha minha potência de agir e de escrever em alguns momentos. Ao continuar esta pesquisa, contudo, experimentei também em meu corpo expressões de resistência que me convidaram a assumir determinados posicionamentos de luta, assim, entendi que era preciso me permitir afetar, ainda que de modo prudente, compreendendo que a dor também expressa machucados simbólicos e até físicos, afinal, as palavras são direcionadas aos corpos.

Deste modo, dissertei, em alguns momentos, sobre o corpo. Corpo este que também é político, corpo que sente, chora, se posiciona e resiste, corpo que luta, escreve, pesquisa e trabalha, corpo que se encontra com as redes sociais. Corpo constituído em meio a experimentações de opressões e violências, mas também de vida e liberdade. Afirmando, assim, a importância de teorizar acerca do corpo em pesquisas que problematizam acerca do âmbito virtual, afinal, quem criou o ambiente virtual capaz de integrar uma infinidade de informações políticas, sociais e culturais?

Uma segunda dificuldade se deu na coleta de dados propriamente dita, visto que os discursos de ódio têm sido alvo de denúncias, gerando, na maioria das vezes por determinação

judicial, a exclusão dos *posts*, frases e fotos que continham ofensas e/ou inverdades. Como efeito disso, em alguns casos só foi possível obter o enunciado odioso se a vítima do ódio o disponibilizou em suas redes, compartilhando com seus seguidores e/ou com o público em geral. Como me prontifiquei a coletar os enunciados através de prints em *posts* do *Twitter* e *Instagram*, notei a dificuldade em ter acesso a casos que aconteceram de 2018 a 2019, por exemplo. A maioria das imagens que consegui com mais de 3 anos de postagem foi obtida através de sites de notícias que documentaram os ataques. Assim, a análise dos enunciados propostos nesta pesquisa se deu em sua maioria através de prints que circularam nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Através da teorização e análise de determinados *posts*, notei também a importância de investigar sobre o aumento do neonazismo no Brasil e a relação desta ideologia com o aumento de crimes de ódio contra a população LGBTI+. Alguns estudos, como os da professora e pesquisadora brasileira Flávia Cristina Silveira Lemos (2017), apontam a importância de se interrogar o ódio e o ressentimento que circulam na política contemporânea, pois estes estão atrelados a racionalidades microfascistas. Pela análise realizada nesta dissertação, considero que é necessário empreender um mergulho profundo no debate sobre efeitos do extremismo político, principalmente articulado pela extrema-direita, no aumento de células neonazistas espalhadas pelo Brasil, ou seja, como essa ideologia potencializa opressões estruturais que a séculos operam no Brasil.

Outros rumos de investigação que também foram considerados relevantes para a análise dos enunciados odiosos, foi o uso de *emojis* que, no geral, foram analisados como uma maneira de manifestar sentimentos e potencializar efeitos de ódio. Visto que os *emojis* são modos contemporâneos de expressão e de posicionamento nas redes sociais, considero que investigar o uso destes no que diz respeito aos discursos odiosos, pode somar no processo de compreensão do complexo fenômeno presente nas redes sociais.

No decorrer da pesquisa, notei que é imprescindível que a psicologia se debruce sobre temáticas relacionadas a pessoas LGBTI+, considerando efeitos psicossociais da homofobia, como, por exemplo, o ‘homosuícídio’ e os impactos na saúde mental vivenciada por esta população. Nesta conjuntura, destaco a relevância de refletirmos sobre os efeitos nocivos dos discursos de ódio na vida das pessoas LGBTI+, problematizando como estas reagem, sentem e lidam com essas questões no âmbito virtual, pessoal, familiar, trabalho, escolas, universidades, etc.

Isto posto, um campo importante e aberto à investigação se tornou evidente durante a realização deste mestrado. Tendo em vista que as redes sociais são campos heterogêneos, apesar de algumas tentativas de controle deste dispositivo tecnológico, considero fundamental ampliar o debate em pesquisas futuras sobre os modos como a população LGBTI+ articula estratégias de resistência a estas brutalidades. Logo, poderia ser interesse para uma futura investigação, analisar os modos como as pessoas LGBTI+ têm resistido nas redes sociais, como têm se posicionado, falando dos mais diversos temas, o que pode nos indicar trilhas, conexões e possíveis enfrentamentos do discurso de ódio nas redes sociais.

Resistir ao discurso de ódio nas mídias sociais se torna imprescindível, pois desta maneira podemos promover um ambiente online mais positivo e inclusivo. O discurso de ódio pode levar ao assédio, *cyberbullying* e incitar a violência. Considero também a importância de se pesquisar acerca do assédio e o *cyberbullying* que se manifestam de maneiras diferentes a grupos específicos. Esses temas não foram abordados nesta dissertação, por não terem sido o foco da coleta de dados nem da problematização teórica, mas compreendo que fazem parte do grande campo de tensão que os discursos odiosos suscitam.

A escrita desta dissertação permeou tempos difíceis na democracia brasileira e também com relação ao futuro da humanidade. Vi um presidente da república não se importar com a morte e o sofrimento de pessoas e familiares que padeciam da Covid-19, ouvi este mesmo chefe de estado atacar as mulheres, pessoas pretas, povos indígenas, as pessoas LGBTI+ e aqueles que ele considerava serem a esquerda e/ou os comunistas. Cada palavra de

Jair Messias Bolsonaro me deixava enojado, mas também me fazia questionar e me indignar com o ponto em que chegamos como país. Comecei a perceber, então, que nas redes sociais este mesmo discurso do ex-presidente Bolsonaro ganha força e ressonância, por meio da circulação de palavras, imagens, vídeos que outras pessoas produzem e fazem circular. Foi a partir deste momento que compreendi a necessidade de pesquisar essa temática como um modo de resistir a um período sombrio, o que também me proporcionou o exercício do esperar, como dizia Paulo Freire.

Esperança junto com pessoas que por motivos diversos são excluídos e rejeitados, esperar a possibilidades de tecer outras vidas possíveis, esperar outros modos de amar e existir. Esperança em aliança ao governo Lula, eleito democraticamente. Esperança coletivamente o processo de reconstrução de um país dividido pelo ódio, onde milhões de pessoas estão vivendo a situação de insegurança alimentar. Esperança um Brasil que acolha as diferenças incluindo as pessoas LGBTI+. Esperança junto com Symmy Larrat que assumiu a secretaria de Defesa dos Direitos das pessoas LGBTQIA+ do atual governo. Por fim, esperar, respirar, recuperar o fôlego pois “podemos existir” como ouvi na rua quando estava comemorando a vitória nas eleições de 2022 de Luíz Inácio Lula da Silva.

REFERÊNCIAS

- Agencialupa. [@agencialupa]. (2020, 20 out). Circulam pelas redes sociais quatro frases atribuídas ao ex-deputado federal @jeanwyllys_real. [Imagem anexada] [Tweett]. Twitter. <https://twitter.com/agencialupa/status/1318695355765215241>
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. (1. ed.). São Paulo: Pólen Livros.
- Anzaldúa, G. (2017). *Queer (izar) a escritora—Loca, escritora y chicana*. Feministas, Florianópolis.
- Aquino, T. D. (1951). *Suma contra os gentios*. Porto Alegre: Sulina.
- Aquino, T. D. (1980). *Suma teológica V*. Edicoes Loyola.
- Arendt, H. (2013). *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Editora Companhia das Letras. p. 300.
- Arbex, T.(2012, Julho 14). Falta coragem para enfrentar a ditadura gay. Veja <https://veja.abril.com.br/brasil/falta-coragem-para-enfrentar-a-ditadura-gay/>
- Ballestrin, L. (2013) América Latina e o Giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117. Brasília.
- Banheiro multigênero entenda o que diz a lei. (2021, novembro 24). G1. <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2021/11/24/multigenero-o-que-diz-a-lei-sobre-banheiros-unissex.ghtml>
- Barros, J. (2011). Sobre o uso de conceitos nas ciências humanas e sociais – uma contribuição ao ensino de metodologia. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística*. 1(2), pp. 30-45.
- Belchior. (1976). *Apenas um rapaz latino americano*. Em *Alucinação*. Philips.
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2021). *Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: *Expressão Popular, ANTRA, IBTE*. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>
- Birman, J. (2017). *Gramáticas do erotismo*. Editora José Olympio.
- Bíblia Online. (2022). <https://www.bibliaonline.com.br/acf/mt/6>

- Briguet, P. (2021, setembro 23). Câmara de Londrina rejeita criação de conselho LGBT. Brasil sem medo. Recuperado de <https://brasilsemmedo.com/camara-de-londrina-rejeita-criacao-de-conselho-lgbt/>
- Paulo Briguet. [@paulobriguet1]. (2021, 09 setembro). "Manifestantes contrários ao projeto que cria o conselho LGBT em Londrina". [Foto]. Twitter. Recuperado de <https://twitter.com/PauloBriguet/status/1436017213543157761>
- Bolsonaro em 25 frases polêmicas. (2018, outubro 29). Carta Capital. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/%20politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>
- Burger King Brasil. [@burgerkingbr]. (2021, 24 junho). "Ai, mas como eu vou explicar isso para uma criança?". [Foto]. Instagram. Recuperado de <https://www.instagram.com/burgerkingbr/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 11, p. 11-42.
- Butler, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- Butler, J. (2019). Corpos que importam os limites discursos do “sexo”. 1ª edição. São Paulo: crocodilo.
- Butler, J. (2021). Discurso de ódio: uma política do performativo. Editora Unesp.
- Carvalhoes, F. F.; Piveta, R. T. A.; Vieira, T. M. (2021). Interrogar as práticas, construir possíveis: notas para tempos virais. Rev. psicol. polít. (online). vol.21, n.51.
- CMP denuncia...(2021, novembro 26). G1. São Paulo. Recuperado de <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/26/mp-denuncia-homem-que-se-apresenta-como-garcom-reaca-por-ato-homofobico-contravereadora-erika-hilton.ghtml>
- CNN Brasil. [@cnnbrasil]. (2022, 18 junho). "Confira as principais conquistas da comunidade LGBTQIA+ ao longo dos anos?". [Foto]. Instagram. Recuperado de <https://www.instagram.com/p/Ce8pMpYjFvf/?igshid=NjZiMGI4OTY%3D>

Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.

Prefeita de Bauru anuncia autuação de McDonald's por banheiros multigênero (2021, novembro 21). *Correio Brasiliense*. Recuperado de <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2021/11/4963173-bolsonarista-prefeita-d-e-bauru-diz-que-mcdonald-s-foi-autuado-por-banheiros-multigenero.html>

da Silva, L. B., & dos Santos Aléssio, R. L. (2019). Redes de ódio: A homofobia no Facebook. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 7-27.

da Silva, G. (2019). O uso do nome social para trans e travestis. In *III Congresso Nacional Ciências Criminais e Direitos Humanos* (Vol. 1, No. 1).

da Silva, M. P., & da Silva, L. S. (2021). Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses no Facebook. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 44(2), 137-155. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/interc/a/VBVZpJsyzRT4hNY3bJ6QJfw/#>.

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. (1ª. ed.) São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G. (2002). *Espinoso: Filosofia Prática*. São Paulo: Escuta. p.31.

Deleuze, G. (2017). *Espinoso e o problema da expressão*. São Paulo: Editora 34.

De Lauretis, T. (1996). La tecnología de gênero. *revista Mora*, 2, 6-34.

De Lemos, J. G., & Coelho, D. M. (2019). O uso político do discurso do ódio: um estudo de caso no facebook (2016). *Revista Psicologia Política*, 19(46), 528-542.

Deluca, N. & Passos, U. (2021, Janeiro 16). Regime heteronormativo e patriarcal vai colapsar com a revolução em curso, diz Paul Preciado. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/01/regime-heteronormativo-e-patriarcal-vai-colapsar-com-revolucao-em-curso-diz-paul-preciado.shtml>

De Perra, H. (2014). Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções

de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. *Revista Periódicus*, 1(2), 291-298.

Duda Salabert [@duda_salabert]. (2022, Agosto 1). Recebi outra ameaça de morte do grupo neonazista que frequenta fóruns e ambientes virtuais [Foto]. Instagram.

<https://www.instagram.com/p/Cgt3vVkuBU8/>

Em meio a danos de imagem, Instagram ultrapassa 2 bilhões de usuários mensais. (2021, dezembro 14). Poder 360.

<https://www.poder360.com.br/midia/em-meio-a-danos-de-imagem-instagram-ultrapassa-a-2-bilhoes-de-usuarios-mensais/>

Entenda a curta história do Instagram, comprado pelo Facebook. (2012, Abril 10). G1.

<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/entenda-curta-historia-do-instagram-comprado-pelo-facebook.html>

Evaristo, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. Nadilza Martins de Barros Moreira & Liane Schneider (orgs), *Mulheres no Mundo – Etnia, Marginalidade e Diáspora*, João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2005.

Estou com Lula. [@daysepirralha]. (2021, 12 outubro). "Mais uma vez o amor vence...".

[Foto]. Twitter. Recuperado de

https://twitter.com/DaysePirralha/status/1447959458756415498?s=20&t=eR8V2q0Az ejqv_e9smqYgA

Inquérito das fake news: veja quem são os investigados e como funciona a estrutura. (2020, Maio 31). Fantástico.

<<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/31/inquerito-das-fake-news-veja-que-m-sao-os-investigados.ghtml>>. Acesso em 11 set 2020

Foucault, M. (1978). *Microfísica do poder*. In *Microfísica do poder* (pp. 295-295).

Foucault, M. (1986). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.

Foucault, M. (1996). *Ordem do discurso (A)* (Vol. 1). Edições Loyola.

Foucault, M. (1998). *Vigiar e punir*. Leya.

Foucault, M. (2008). *Arqueologia do saber*. vol. 7 ed. 1. Forense Universitária. Rio de Janeiro.

Foucault, M. (2019). *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. 9.ed. Rio de Janeiro:

Paz&Terra.

- Diretora de “Matrix” diz que longa é metáfora sobre aceitação e transição de gênero. (2020, agosto 09). Diretora de “Matrix” diz que longa é metáfora sobre aceitação e transição de gênero. Folha de São Paulo.
<https://f5.folha.uol.com.br/cinema-e-series/2020/08/diretora-de-matrix-diz-que-longa-e-metafora-sobre-aceitacao-e-transicao-de-genero.shtml>
- Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa. (3a ed.) Porto Alegre: Artmed
- Fundação Getúlio Vargas. (2020, Junho 20). Brasil tem 424 milhões de dispositivos digitais em uso, revela a 31ª pesquisa anual do FGVcia.
<https://portal.fgv.br/noticias/brasil-tem-424-milhoes-dispositivos-digitais-uso-revela31a-pesquisa-anual-fgvcia>
- Desideri, L. (2020 Maio 17). Bolsonaro quer lei contra ideologia de gênero. E não é o único. Veja como está a batalha no Congresso. Gazeta do Povo.
<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ideologia-de-genero-lei-bolsonaro-congresso/>
- Ministério da Justiça tira do ar publicidade acusada de machista. (2015, Fevereiro 2). G1. Recuperado de
<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/02/ministerio-da-justica-tira-do-ar-publicidade-acusada-de-machista.html>
- Michaelis, O. L.(n.d).Repugnante. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Recuperado Janeiro 15, 2023, <https://michaelis.uol.com.br/repugnante>
- Griffin, R. (1991). The nature of fascism. Routledge.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (2006). Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis, RJ.
- Guimarães, R. S. (2021). Pandemia e guerrilhas estéticas. Revista Espaço Acadêmico, 20, 92-101.
- Guga Nobla. [@guganobla]. (2021, Junho 25). Proteja o seu filho do Burger King [Imagem] [Tweet]. Twitter. <https://twitter.com/guganoblat/status/1408466839122984961>
- González Rey, F.L (2005). Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos da construção da informação. (pp.27-28) São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2010.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu Online. São Paulo., p. 7-41

- Haraway, D. (2016). Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica*, 3(5), 139-146.
- Hercog, A.(2020). A mídia alternativa ecoou as vozes não hegemônicas. *Diplomatique*. <https://diplomatique.org.br/a-midia-alternativa-ecoou-as-vozes-nao-hegemonicas>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021, Maio 14). PNAD Contínua TIC 2019: internet chega a 82,7% dos domicílios do país. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30521-pnad-continua-tic-2019-internet-chega-a-82-7-dos-domicilios-do-pais#:~:text=De%202018%20para%202019%2C%20o%20percentual%20de%20domic%C3%ADlios%20do%20Pa%C3%ADs,%25%20para%2068%2C%25>
- Kripka, R. M. L; Scheller. M & Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceito e caracterização. *Revista de investigaciones*. 14(2), 58.
- Langraff, R. Z. (2016). O pensamento aristotélico de Tomás de Aquino e sua influência no secularismo pós-moderno. *Revista Ensaios Teológicos*, 2(1).
- Lemos, Flávia Cristina Silveira. (2017) Os microfascismos cotidianos e a produção de subjetividades democráticas na ausência da república brasileira atual. Em: Emerson Fernando Raserá; Maristela de Souza Pereira; Dolores Galindo. (Org.). *Democracia participativa, estado e laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção*. 1ed.Porto Alegre: ABRAPSO, v. 1, p. 263-276.
- Choquei. [@choquei]. (2022, 25 de outubro). Lenda: Linn da Quebrada é eleita “Mulher do ano” do Prêmio Geração Glamour 2022. [Foto]. *Twitter*. Recuperado de <https://twitter.com/choquei/status/1584906701140119554>
- Choquei. [@choquei]. (2022, 25 de outubro). “Mais uma vez o amor vence...”. [Foto]. *Twitter*. Recuperado de <https://twitter.com/choquei/status/1584906701140119554>
- Latin Grammys. (2022, Novembro 17). Liniker Mejor Álbum Música Popular Brasileña. [Vídeo]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=_q3Ho3zIK_o
- Lins, B. F. E. (2013). A evolução da Internet: uma perspectiva histórica. *Cadernos Aslegis*, 48, 11-45.
- Louro, G. L. (2000). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Autêntica.

- Longo, I. (2021, 28 abril). Deputados federais enviam nota ao presidente da Alesp em repúdio à tramitação de PL homofóbico. Revista Forum.
<https://revistaforum.com.br/lgbt/2021/4/28/deputados-federais-enviam-nota-ao-presidente-da-alesp-em-repudio-tramitao-de-pl-homofobico-96102.html>
- Lugones, M. (2014) Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, 22(3): 320, setembro-dezembro. Florianópolis.
- Matos, M., Borges, .B., & Resende, S.(2021, Junho 24). Epidemiologista diz à CPI da COVID que cerca de 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas.
<https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/06/24/epidemiologista-diz-a-cpi-da-covid-que-cerca-de-400-mil-mortes-poderiam-ter-sido-evitadas.ghtml>
- Machado, R., & Marconi, G. (2021, Setembro 23). Por 12 votos a 5, vereadores rejeitam a criação de conselho LGBT de Londrina.
<https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/por-12-votos-a-5-vereadores-rejeitam-criacao-de-conselho-lgbt-em-londrina>
- Mansano, S. R. V. (2012). Alguns desafios colocados para a pesquisa qualitativa na contemporaneidade. Revista Espaço Acadêmico nº136 (online).
- Mansano, S. R. V. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. Revista de Psicologia da UNESP, 8(2).
- Martin-Baró, I. (2017). Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes.
- Mbembe, A. (2016) Necropolítica. Revista Arte & Ensaios (online). n. 32, p. 122-151.
- Melo, C. P. D., & Pimenta, M. (2010). Nanociências e nanotecnologia. Parcerias estratégicas, 9(18), 09-22.
- Minayo, M. C. S; Deslandes, S. F; Gomes, R. (2009). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mignolo, W. D. (2017) Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Revista brasileira de ciências sociais (online). vol. 32 N° 94.

- Metrópoles. (2021, Novembro 23) Paraíba aprova lei que cria Dia Estadual do Orgulho Heterossexual. *Metrópoles*.
<https://www.metropoles.com/brasil/paraiba-aprova-lei-que-cria-dia-estadual-do-orgulho-o-heterossexual>
- Cypreste. J. *Metrópoles*. (2021, Novembro 12). McDonald's é comunista, afirma mulher sobre banheiro unissex. *Metrópoles*. Recuperado de
<https://www.metropoles.com/brasil/video-mcdonalds-e-comunista-diz-mulher-sobre-banheiro-multigenero>
- Oliveira.J., M., D., Mott, L. (2022). Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: Relatório 2022. <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>
- Oliva. G. (2020, 12 dezembro). Após eleições municipais vereadoras trans e negras eleitas recebem ameaças de morte. *Época*.
<https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/apos-eleicoes-municipais-vereadoras-trans-negras-eleitas-recebem-ameacas-de-morte-24793626>.
- O que diz a escandalosa mensagem que o astrônomo Carl Sagan enviou aos extraterrestres. (2020, 04 julho). BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53220971>
- Pater, R. (2020). Políticas do design: Um guia (não tão) global de comunicação visual. Ubu Editora.
- Pastor é processado por orar pela morte de Paulo Gustavo. (2021, 18 abril). Isto é. Recuperado de
<https://istoe.com.br/pastor-e-processado-por-orar-pela-morte-de-paulo-gustavo/>.
- Pelbart P. P. A vertigem por um fio, políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- Preciado, B. (2008). Testo Yonqui. Madrid: Espasa Calpe. Preciado, B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas*, 19, 11-20.
- Preciado, P. B. (2018). Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições.

- Protocolamos um projeto de lei.[@nataliabonavides].(2021, 08 dezembro).Protocolamos um projeto de lei.[Foto] Recuperado de <https://www.instagram.com/p/CXPcKDzML02/?igshid=NjZiMGI4OTY%3D>
- Propaganda e música by Lalala. (2021, Junho 24). Burger King | Como explicar? Aprenda LGBTQIA+ com quem sabe.[Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=Lofncir9A0Y>
- Projeto de Lei n. 00076 de 26 de abril de 2021. (2021). Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competência e funcionamento do conselho municipal dos direitos LGBT. <https://www.cml.pr.gov.br/cml/site/projetodetalhe.xhtml?codigo=PL000762021>
- Projeto de Lei n. 6583, de 16 de dezembro de 2013. (2013). Dispõe sobre o estatuto da família e dá outras providências. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.
- Quando o wi-fi foi criado... (2021, Maio 3). BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56917994>
- Rede Penssan. (2022). Olhe para a fome. Recuperado em Julho 8, 2022, em <https://olheparaafome.com.br/>
- Recomendação N°022, de 09 de abril de 2020. (2020). Recomenda medidas com vistas a garantir as condições sanitárias e de proteção social para fazer frente às necessidades emergenciais da população diante da pandemia da COVID-19. <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1112-recomendac-a-o-n-022-de-09-de-abril-de-2020>
- Rosa, M. D., Da Costa, A.M.M., Prudente, S. (2018). As escritas do ódio: Psicanálise e Política. A São Paulo: Escuta/FAPESP.
- Roda Viva. (2021, Fevereiro 1). Roda viva/ Erika Hilton. [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=qvzQd0tN27w>
- Safer Net. (2021). Indicadores da Central Nacional de denúncias de crimes cibernéticos. Recuperado em 23 de março, 2021. <https://indicadores.safernet.org.br>

- Schucman, L. V. (2012). Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Doctoral Thesis, Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo.
doi:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521
- Senellart, M. (2008). Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)/Michel Foucault.
- STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. (2019, junho 13). Portal STF. Recuperado de <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>.
- Spink, P. (2013). Análise de documentos de domínio público. Spink, M. J. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Editora Cortez. São Paulo.
- Spink, M. J. (2013). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Spink, M, J. org. Centro edelstein de pesquisas sociais. Rio de Janeiro.
- Sibilia, P. (2015). *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. (2ª. ed.). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Soto, C. A. A., & Sánchez, K. D. V. (2019). Violencia en Internet contra feministas y otras activistas chilenas. *Revista Estudos Feministas*, 27.
- Souza Ferreira, S. (2008). A condição animal na filosofia de Tomás de Aquino. *Controvérsia (UNISINOS)*-ISSN 1808-5253, 4(1), 11-17.
- Teixeira, J. M. D. S., & Paiva, S. P. (2021). Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31, e310214.
- Toledo, C. A. A.; Gonzaga, M. T. C. (2011). Metodologias e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas. Maringá: Eduem.
- Tomaz, Kleber. (2018, 10 dezembro). Alexandre Frota é condenado a pagar multa por atribuir fala falsa de pedofilia a Jean Wyllys nas redes sociais. G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/18/alexandre-frota-e-condenado-a-pagar-multa-por-atribuir-fala-falsa-de-pedofilia-a-jean-wyllys-nas-redes-sociais.ghtml>

Tiburi, M. (2015). *Como conversar com um fascista*. Editora Record.

Tribunal Superior Eleitoral.(2022). Fato ou boato publicou quase 200 esclarecimentos contra fake news em 2022. Recuperado de <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/fato-ou-boato-publicou-193-esclarecimentos-contrafake-news-em-2022>

Universo LGBTQIA+[@universolgbti]. (2022, Julho 23). Igreja evangélica promove outdoor contra ativismo LGBTQIA+ [Foto]. <https://www.instagram.com/p/CgXyiMjpMbD/?igshid=OTRmMjhlYjM=>

Vademecum Brasil. (2022). Recuperado de <https://vademecumbrasil.com.br/vade-mecum-online>

Veja a cronologia do twitter. (2022, Abril 25). Folha de São Paulo. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/veja-a-cronologia-do-twitter.shtml>

Volpato, B. (2022, Maio 23). Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2022, com insights e materiais. Resultados Digitais. <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/#:~:text=Instagram,-O%20Instagram%20foi&text=De%20acordo%20com%20o%20report,com%20122%20milh%C3%B5es%20de%20usu%C3%A1rios.>

Wachowski, L., Mitchell, D., Hemon, A., McTeigue, J., Hill, G., Reeves, K., ... & Pictures, V. R. (2021). *The Matrix Resurrections*. Warner Bros.

Wyllys, J., Ambra, P. (2016, Maio 22). Ódio e política no Brasil. <https://revistalacuna.com/2016/05/22/odio-e-politica-no-brasil-entrevista-com-jean-wyllys/>